

POVO UNIDO

Em Penhascoso a APU obteve três mandatos e passou de 12 para 118 votos

O Município de Lisboa aprovou por unanimidade uma proposta sobre a necessidade de promulgação urgente da lei das Finanças Locais



As necessidades das populações de Fanhões e os planos dos candidatos da APU ouvidos pelo "Avante!"

O "Avante!" foi a Fanhões ouvir os candidatos da APU às eleições para a Junta de Freguesia

A vitória da APU em Évora constitui um importante factor de defesa da Reforma Agrária — entrevista com Custódio Gingão deputado do PCP por Évora

Pág. 9



A população de Portalegre manifestou firmemente o seu apoio à manifestação contra a ofensiva do MAP nos campos do Alentejo

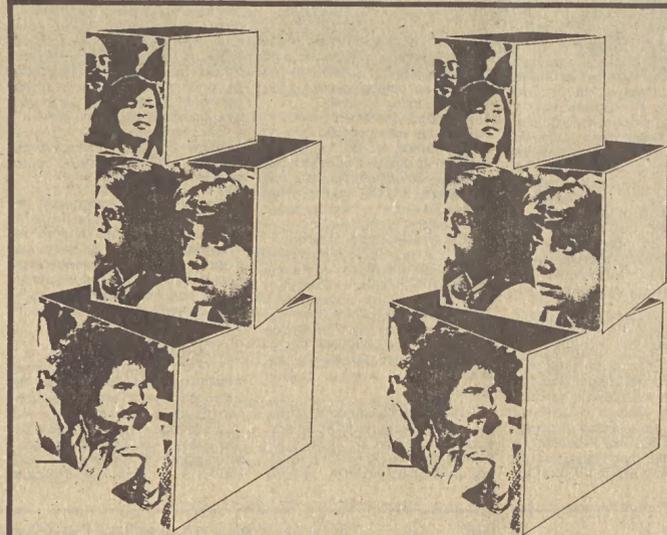
O POVO DE PORTALEGRE MANIFESTA-SE EM APOIO DA REFORMA AGRÁRIA

Pág. 3

As mulheres do Norte reúnem-se em Braga

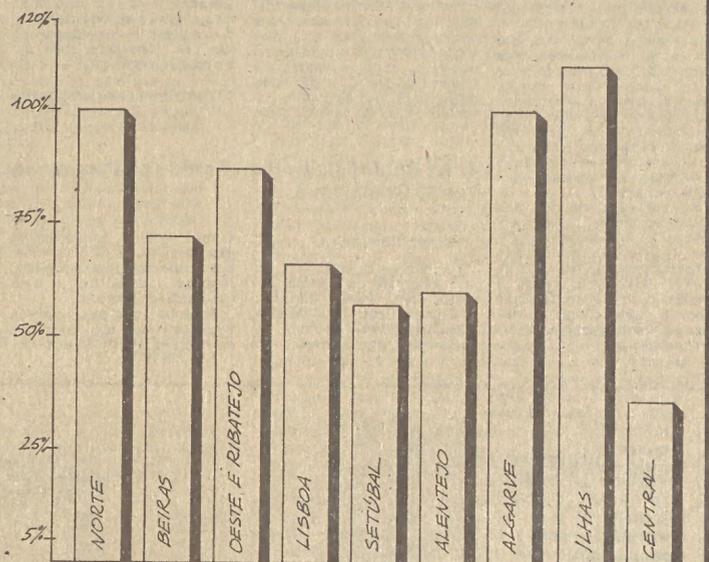


Pág. 3



Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior

A campanha dos 1500 contos para a UJC é já uma vitória



Pág. 6 Algumas organizações da UJC atingiram e ultrapassaram já as suas metas da Campanha

O governo Mota Pinto

Apenas com os elementos divulgados pela Imprensa portuguesa, elaborámos um mapa das ligações de alguns membros do Governo Mota Pinto. E isto é o que se sabe...

Pág. 12



A data da Restauração da Independência de Portugal será propriedade de fascistas e reacçãoários?

1.º de Dezembro



3.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

Pág. 7

Editorial

O SISTEMA DE PARTIDOS E A CONSTITUIÇÃO NA ESTRATÉGIA DA DIREITA

A crise portuguesa assume cada vez mais um carácter generalizado — crise económica, financeira, social e política com fortes incidências ideológicas.

No plano político, a crise governativa iniciada com a formação e a rejeição parlamentar do governo Nobre da Costa, agora substituído pelo governo empossado de Mota Pinto, veio acentuar de maneira notória o afastamento da política governativa em relação aos princípios e normas constitucionais.

O governo de tecnocratas de direita e de latifundiários, ditos independentes, do engenheiro Nobre da Costa, não tinha à partida um nexo político com o Portugal de Abril. Demitido pela Assembleia da República, demonstrou na sua prática política, caracterizada por legalidades e exorbitâncias de poderes, o seu total divórcio relativamente às conquistas democráticas do povo português.

O governo empossado do professor Mota Pinto, pela sua composição, pelas linhas programáticas já apontadas e até pelos seus primeiros passos marcados pela violência, no Alentejo, continua e agrava as características negativas do governo anterior. É um governo ainda mais à direita, onde alguns dos seus componentes, pelo seu comprovado reacçãoarismo, poderiam enquadrar-se perfeitamente em equipas governamentais de Salazar ou Caetano.

A experiência governativa destes quatro meses — que pode prolongar-se na vigência do actual governo empossado de Mota Pinto, no caso de o PS assumir a gravíssima responsabilidade de o deixar passar na Assembleia da República — mostra, pelo seu claro afastamento das normas previstas na Constituição, os perigos reais de uma degradação das instituições democráticas, susceptível de abrir as portas a um regime declaradamente de direita.

reagrupa-se e mobiliza-se. Um governo divorciado do povo e das instituições democráticas que se radique no poder e se proponha como objectivo aberto ou disfarçado a destruição das conquistas fundamentais de Abril constituiria, naturalmente, um incentivo a todos os sonhos, provocações e ambições dos saudosistas do passado, sedentos de desforra.

Não deixar passar este governo de direita é uma necessidade histórica do momento actual, um imperativo categórico de todos os verdadeiros democratas e patriotas, em particular do PS e do PCP. O PCP definiu já a sua coerente posição: apresentará na Assembleia da República uma moção de rejeição. A sorte do governo de Mota Pinto ficará assim inteiramente nas mãos do PS.

O PS fará na Assembleia da República e perante o país a sua opção política fundamental quanto à questão do governo mas, mais do que isso, jogará talvez os seus próprios destinos como grande partido democrático na decisão dos seus órgãos responsáveis.

Porque também, aqui e agora, é preciso dizer ao PS que qualquer fatalismo, qualquer ideia de inevitabilidade de uma perigosa viragem à direita nas instituições do país e na situação nacional actual representariam uma política de vistas curtas das forças democráticas, particularmente do PS, assentariam numa errada avaliação de forças no momento presente. A direita, apesar de alguns sucessos e das posições conquistadas no aparelho de Estado, não goza de qualquer apolo popular sério e estável nem possui visivelmente a necessária coesão interna para poder capitalizar a seu favor as incertezas e desencantos que semeou largamente, servindo-se do PS, nos últimos anos.

É preciso dizer ao PS, aqui e agora, que não é ainda tarde para se redimir dos graves pecados da sua política governativa de recuperação capitalista, que lhe roubaram apolos e coesão e força interior, é preciso dizer aos socialistas que não é ainda tarde para uma atitude viril, para um golpe de rins, que lhes restitua pelo menos uma parte considerável da confiança dos que neles confiaram e lhes estão voltando as costas na hora actual.

É preciso dizer-lhes que as exigências fanfarronas de Sá Carneiro para as eleições gerais antecipadas é pura chantagem sobre o PS destinada a fazê-lo aceitar na Assembleia da República o governo PPD/CDS de Mota Pinto e que não é pacífico que a direita deseje eleições antecipadas, temerosa de um novo e grande êxito da esquerda se fossem por diante.

É preciso dizer aos dirigentes do PS que um governo de direita que passasse agora com os seus votos ou a sua abstenção na Assembleia da República, reduziria ainda mais a base de apoio eleitoral dos socialistas, apuraria mecanismos destinados a violar a livre expressão do eleitorado, introduziria seguramente por via legislativa alterações favoráveis à direita que o afastariam ainda mais de resultados favoráveis.

A ofensiva ideológica das forças da direita e da extrema-direita aponta claramente em duas direcções político-jurídicas que buscam abrir caminho às formas autoritárias de Poder.

Os aivos desta ofensiva são o sistema de partidos e a Constituição da República.

Os reacçãoários têm fundas razões para descreverem da força real e da eficácia política dos seus partidos e para encarem novas-velhas estruturas que lhes assegurem a hegemonia política e de classe.

O PPD, que arrebanhou votos dos seus parcelos reacçãoários nas eleições para as autarquias locais ultimamente realizadas, não pode ocultar as suas graves divisões internas. É conhecida a precariedade da direcção do "chefe", a amplitude da oposição aos seus métodos golpistas dentro do seu próprio partido, as posições públicas divergentes da parte dos signatários das "Opções Inadiáveis".

Quanto ao CDS é um partido em desintegração, verificável aos olhos do observador medianamente informado. Fortes sangrias no seu eleitorado tradicional nas últimas eleições de poder local, acesa luta de competências entre os dirigentes, confissão pública dos divergentes internos, são factos correntes na vida do CDS.

Compreende-se que dirigentes destacados destes dois partidos da extrema-direita legal proclamem em todos os tons a "falência dos partidos", da "classe política", dos "políticos" e passem aos outros atestados de incompetência que só a eles e aos seus partidos cabem com toda a justiça.

Da parte dos cavaleiros do "manifesto reformador" do Solar de Mateus, gente desnaturalizada, sem espaço político, também se compreende o despeitado antipartidarismo.

No fundo, as lucubrações sobre a falência da "classe política" não são senão formas de ataque ao sistema democrático, à democracia política expressa na existência de partidos; não é senão uma filosofia tendente à criação de condições favoráveis à instauração de uma nova ditadura reacçãoária de partido único, que soframos durante quase meio século em Portugal.

Por outro lado, os ataques à Constituição tomam-se cada vez mais numerosos e articulados.

Não falando nas declarações habituais de dirigentes do CDS que votou contra a Constituição, para uma profunda revisão constitucional, outros arautos desta causa vencida desenvolvem com mil argumentos a teoria da revisão.

Ainda recentemente, Sousa Franco, um dos dirigentes das "Opções", preconizava a imediata revisão do texto constitucional. Vendo os artigos que se propõe rever e imaginando o que ficaria depois dos "cortes" de Sousa Franco, a revisão — Incons-

titucional — que propõe deixaria um aborto de Constituição sem qualquer cheiro do 25 de Abril.

Por seu lado o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, não conservando para César o que é de César, ingere-se na discussão anticonstitucional preconizando para o efeito, como se tratasse de um valor absoluto e eterno superior às instituições, o método inconstitucional do referendo.

Devemos perguntar-nos o porquê destes ataques ao sistema de partidos, desta ofensiva concertada contra a Constituição e dar à pergunta uma resposta clara.

Estes ataques, que devem integrar-se na ofensiva ideológica contra o 25 de Abril, exprimem a fraqueza dos partidos da extrema-direita, o estreitamento da sua base social, a verificação prática da sua falência política e a comprovação de que o regime democrático é um obstáculo insuperável ao expansionismo e ao hegemonismo político e social das forças reacçãoárias.

Os resultados das últimas eleições antecipadas para as autarquias locais, as derrotas do divisionismo sindical, a abertura de hostilidade entre os próceres da direita ilustram esta realidade.

Exprimem por outro lado a comprovação da força e solidez do movimento operário e popular, da sua crescente unidade, da amplitude do movimento democrático e antifascista, da largueza política e social das forças que se opõem ao retorno ao passado e lutam pela consolidação da Revolução de Abril e das suas conquistas fundamentais.

As potentes manifestações de massas em Lisboa, Porto e outras localidades, a crescente resistência dos heróicos obreiros da Reforma Agrária, os poderosos movimentos grevistas e outros por melhores salários e melhores condições de vida, a luta e a crescente unidade das mulheres trabalhadoras e da juventude, as importantes acções dos rendelros e dos pequenos e médios agricultores do Norte, Belras, Oeste e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o movimento dos pequenos e médios empresários e dos reformados são o factor determinante do processo democrático em Portugal e ilustram igualmente a força dos defensores de Abril e a fraqueza dos seus inimigos.

No próximo dia 2, a 3.ª Conferência da Reforma Agrária abrirá os seus trabalhos e constituirá seguramente uma importantíssima realização democrática dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo para a defesa desta grande conquista da Revolução e da economia nacional.

A necessária iniciativa política dos partidos e organizações democráticas, em primeiro lugar do PCP, criará novas condições para a defesa, consolidação e alargamento do nosso sistema democrático e das suas realizações e conquistas.

Saudações do PCP

Ao Comité Central do Partido Comunista da Holanda

Queridos Camaradas, No momento em que o Partido Comunista da Holanda celebra o 60.º aniversário da sua fundação, é com viva satisfação que o Comité Central do Partido Comunista Português vos envia, e através de vós a todos os membros do vosso partido, as mais calorosas e fraternas saudações dos comunistas portugueses.

A história do Partido Comunista da Holanda está estreitamente ligada à luta da classe operária holandesa em defesa dos seus interesses de classe, contra o poder dos monopólios, por profundas transformações económicas e sociais, pelo socialismo. É inseparável das grandes batalhas travadas pelos trabalhadores e pelo povo da Holanda contra o nazi-fascismo, pela defesa da independência e soberania da sua Pátria, pela paz. Em todas estas batalhas os comunistas desempenharam e continuam a desempenhar um papel insubstituível.

As relações de amizade e solidariedade há muito existentes entre o PC da Holanda e o PCP estreitaram-se mais após a Revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, quando, depois de quase 50 anos de ditadura fascista o povo português conquistou finalmente a liberdade, empreendendo profundas transformações revo-

lucionárias que abriram a Portugal o caminho do socialismo.

Aproveitamos a oportunidade para vos manifestar o apreço dos comunistas portugueses pelas provas de solidariedade recebidas da parte do vosso partido para com a nossa Revolução e a nossa luta orientada para o reforço da unidade do movimento popular e das forças democráticas, para a defesa das conquistas da Revolução, contra a ofensiva conjugada da reacção interna e do imperialismo. Também vós, queridos camaradas, podeis contar com a solidariedade dos comunistas portugueses na vossa acção em defesa dos interesses e direitos democráticos da classe operária, contra a política do Governo de direita, visando fazer pagar aos trabalhadores as consequências da crise do capi-

talismo, contra as tentativas para amarrar a Holanda aos projectos dos círculos mais reacçãoários e militaristas da NATO, por uma política de independência nacional contra a submissão aos mecanismos de supranacionalidade da Europa dos monopólios.

Desajamos que as relações entre os nossos dois partidos continuem a fortalecer-se. Isto corresponde sem dúvida aos interesses dos nossos dois partidos, da classe operária e dos povos dos nossos dois países. Corresponde igualmente ao interesse do movimento comunista internacional cuja unidade na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, é de vital importância para a coesão de todas as forças democráticas e progressistas na luta pela democracia, pela paz e o progresso social.

O Comité Central do Partido Comunista Português

interesses do povo trabalhador do seu país, pela democracia, pela independência nacional e o progresso social.

Esperamos que, dentro do espírito do internacionalismo proletário, se reforcem os laços entre os nossos dois Partidos no

Ao Comité Central do Partido Democrático da Guiné

Queridos Camaradas, Por ocasião do 11.º Congresso do Partido Democrático da Guiné, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Democrático da Guiné, o camarada presidente Sekou Touré, os delegados ao 11.º Congresso e, por seu intermédio, todo o povo trabalhador da República da Guiné.

O CC do PCP saúda ainda o 20.º aniversário da independência da República da Guiné acontecimento de grande importância para a luta dos povos africanos contra o colonialismo.

É com apreço que os comunistas portugueses constataam os progressos alcançados a partir de 1962 pelo vosso país, designadamente as importantes medidas de carácter económico visando estabelecer o controlo dos recursos nacionais pelo povo guineense. Procedeu-se a uma ampla democratização da vida política e social, no combate

interesse da luta anti-imperialista e de libertação nacional, da luta pela paz e no interesse da unidade de todas as forças democráticas e do movimento comunista internacional.

O Comité Central do Partido Comunista Português

ao analfabetismo e ao obscurantismo. A cultura nacional foi reabilitada e foram criados numerosos estabelecimentos de ensino de todos os níveis.

Por longo destes 20 anos de duras lutas pela consolidação da independência e pelo progresso social, pela defesa e consolidação da opção do desenvolvimento não capitalista, o PDG soube dirigir o povo da Guiné e derrotou todas as investidas do imperialismo para liquidar a revolução guineense.

O PCP denunciou e combatu firmemente o hediondo crime que constituiu a invasão da República da Guiné pelos colonialistas portugueses a fim de intimidar o apoio prestado à luta armada de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde dirigida pelo PAIGC, com Amílcar Cabral à cabeça.

Apesar das difíceis condições de luta clandestina o PCP esteve sempre ao lado do MPLA, da Frelimo e do PAIGC na sua heróica luta pela independência, sempre

esteve solidário com a luta dos partidos e povos que em África e em qualquer outra parte do mundo lutaram e continuam a lutar pela sua libertação nacional e social. Os laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos forjaram-se neste combate contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo e o apartheid.

O imperialismo mundial para manter e prolongar o seu domínio egoísta recorre à ingerência e à agressão contra Estados soberanos, ataca conflitos artificiais entre países, multiplica campanhas e intrigas e calúnias com o intuito de dividir as forças progressistas e semear a desconfiança entre aliados provados e tenta criar dispositivos militares como a chamada "força de intervenção".

Condenando firmemente tal política, o PCP continuará a desenvolver os melhores esforços no sentido da coesão de todas as forças anti-imperialistas e a manifestar a sua solidariedade à luta dos povos africanos pela paz, a independência, o progresso social.

Queridos Camaradas, A Revolução portuguesa modificou radicalmente a face de Portugal e deu um importante contributo à luta vitoriosa pela independência total e completa dos povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe

respectivamente dirigidos pelo MPLA, Frelimo, PAIGC e MLSTP, tal como a luta dos povos irmãos destes novos países deu um importante contributo aos sucessos da luta do Povo português.

Os comunistas portugueses que tiveram um destacado papel na conquista das liberdades democráticas, na realização da Reforma Agrária, nas nacionalizações e na instauração do controlo operário, defendem hoje, à frente da classe operária e das massas populares, a consolidação dessas conquistas revolucionárias, consagradas na Constituição da República Portuguesa, e ameaçadas por uma vasta ofensiva desencadeada pela reacção interna em estreita colaboração com o imperialismo e círculos da social-democracia europeia.

A existência de um forte Partido Comunista com cerca de 150 mil membros, com uma política unitária, construtiva e de intransigente defesa dos interesses nacionais face à política de capitulação diante do FMI levada a cabo pelos últimos governos; o reforço constante do movimento popular de onde sobressai um poderoso Movimento Sindical Unitário; o alargamento da consciência das mais amplas massas populares abrangendo diferentes classes não monopolistas de que a política de recuperação capitalista, latifun-

disto e imperialista prosseguida pelos sucessivos governos leva à catástrofe; a tendência crescente para a cooperação entre militantes socialistas e comunistas e outros democratas, tudo isto são factores que levam a que o PCP ancore o futuro com serenidade e confiança.

Com a Revolução de Abril criaram-se em Portugal condições para o desenvolvimento de novas relações, fundadas na cooperação e vantagens recíprocas com os países africanos. A liquidação do colonialismo foi o primeiro passo firme nesse sentido.

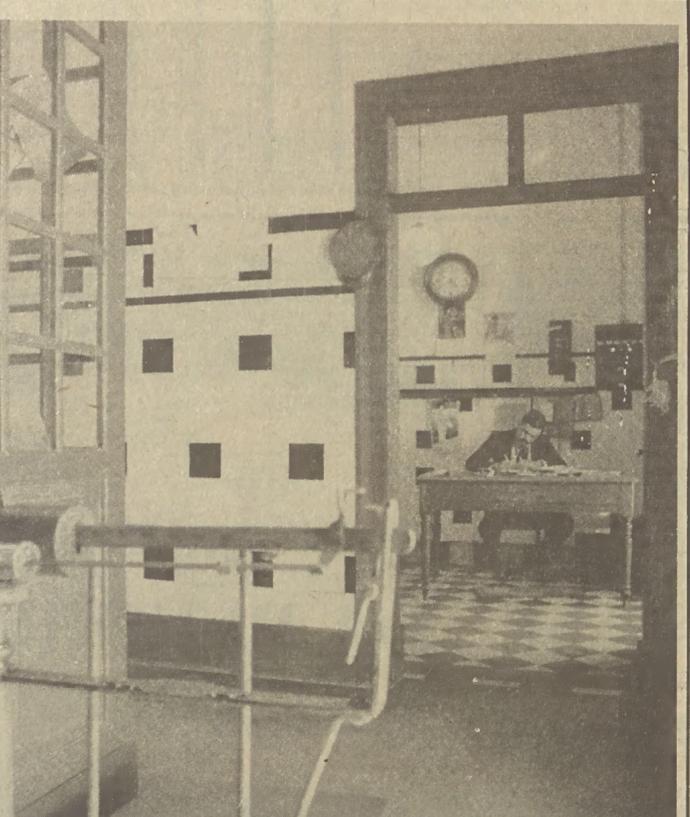
Os comunistas portugueses defendem o estabelecimento, desenvolvimento e aprofundamento dessas relações com os países africanos na base do interesse recíproco, do respeito mútuo, da não ingerência na vida interna dos respectivos países.

O PCP reafirma a sua solidariedade de combate à luta do povo guineense e faz votos para que se desenvolvam os laços de amizade existentes entre o PDG e o PCP, no interesse do desenvolvimento das relações entre os dois povos, entre Portugal e a República da Guiné.

Viva o 20.º Aniversário! Viva o 11.º Congresso do Partido Democrático da Guiné! Viva a Solidariedade Internacionalista!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-6 - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 90 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor de Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 28928. Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Torrão da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493. Centro Distribuidor de Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701. PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e impresso na Hebra Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora. Tiragem média do mês de Outubro: 74 812



Delegação do PCI visita Portugal

A convite do Partido Comunista Português encontra-se de visita a Portugal uma delegação do Partido Comunista Italiano, para troca de experiências sobre o trabalho dos dois Partidos nas autarquias locais.

Municipal de Génova e Giancarlo Depretis, professor da Universidade de Milão.

Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, realizará durante a sua estadia no nosso País, encontros de trabalho com diferentes organizações do PCP, visitará câmaras

municipais, juntas de freguesia, comissões de moradores e diferentes organizações populares, tomando ainda contacto com outros aspectos da realidade portuguesa.



Delegação de estudo do PCP visita a Espanha

De 20 a 25 de Novembro uma delegação de estudo do PCP visitou Espanha a convite do Partido Comunista de Espanha.

Organização Regional do Norte e Júlio Filipe da Organização Regional de Lisboa, visitou as regiões de Madrid e de Barcelona, efectuando numerosas visitas e encontros de trabalho com vista ao conhecimento da realidade espanhola assim como da política e actividade do PCE.

A delegação do PCP teve encontros na sede do PCE em Madrid com Santiago Alvarez e Ramon Mendez, membros do Comité Executivo do Partido Comunista de Espanha. Em Barcelona, a delegação do PCP foi recebida por Miguel Nuñez e Josep Salas, membros do Comité Executivo do Partido

Socialista Unificado da Catalunha e do CC do PCP. A delegação do PCP foi recebida cordialmente nas visitas efectuadas, tendo tido oportunidade de verificar o grande interesse dos trabalhadores e comunistas espanhóis pela revolução portuguesa e a situação em Portugal.



Mulheres do Norte, na 2ª Conferência, repudiam a repressão e condenam aumento do custo de vida

A Segunda Conferência das Mulheres do Norte realizou-se no passado dia 26, em Braga, um ano e poucos meses após a primeira, que teve como palco a cidade do Porto. Mais de mil e quinhentas mulheres participaram, ao longo desse dia, reunidas nas instalações do Liceu Sá de Miranda, na discussão de problemas específicos da sua condição comum e também de questões gerais que preocupam o povo português, como é o caso do aumento do custo de vida registado nos últimos meses e que continua a degradar a qualidade de vida dos trabalhadores, desde o VI Governo Provisório.

Nas cinco sessões de trabalho que funcionaram entre o plenário de abertura e o de encerramento, cumpriram-se as resoluções da Conferência de Maio de 1977, tanto pelo alargamento dos temas de então a outras mulheres, como pelo alargamento da própria temática a tratar. Os problemas das jovens foram incluídos na agenda e mereceram o relevo de uma secção específica,

possibilitando a discussão e reflexão sobre a situação dessa importante camada etária da população e sobre as suas perspectivas de futuro.

As mulheres do Norte deram um particular relevo ao problema da degradação do nível e das condições de vida da população, que associam à política de constante agravamento do custo de vida, enquanto continua a verificar-se, em muitas zonas, a ausência de infraestruturas, como o saneamento, abastecimento de água, electrificação. Continuam também sem solução as carências do parque habitacional e agravam-se de forma geral as condições de habitação, subsiste a falta de postos médicos, creches, infantários, escolas.

Em muitos pontos do Norte — sublinha o texto final da Segunda Conferência — a mulher tem tomado a iniciativa, quer através das organizações populares, quer de formas de organização específicas das mulheres, da luta pela resolução ou minoramento

de alguns desses problemas, em particular contra o aumento do custo de vida. A propósito foram recordadas com destaque as grandes demonstrações de força e da vontade das mulheres de defenderem a Constituição, de defenderem e melhorarem o seu nível de vida, como foram as grandes manifestações do dia 5 de Abril no Porto e as grandes manifestações de Braga, Guimarães, Vila e Vila Real.

O plenário concluiu ainda que pela condenação do recente aumento dos preços dos combustíveis, com os inevitáveis reflexos noutros produtos e serviços essenciais, verberando a política que tem conduzido à falta de géneros de primeira necessidade e alertando ao mesmo tempo as mulheres do Norte para a possível onda de novos e generalizados aumentos.

Por outro lado a Conferência congratulou-se com a consagração do ano que vem como "Ano Internacional da Criança" e propôs redobrar de iniciativas no sentido da defesa

dos direitos da criança num país como o nosso, onde a mortalidade infantil é das mais elevadas da Europa e o número de creches e infantários perfeitamente irrisório.

Esta importante iniciativa, cuja participação ampla abrangia um largo leque de actividades socioprofissionais, debateu ainda o problema dos atentados às liberdades democráticas, condenados os seus autores e mentores. Condenadas foram ainda a repressão e a guerra, flagelo que há mais de quatro anos deixou de existir para os portugueses. A inexistência de guerra no nosso país é decerto para a mulher, afirma o documento final, uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril.

A repressão violenta contra os trabalhadores e as trabalhadoras do Alentejo, mereceria o repúdio das participantes que alertaram para o perigo que significaria para a democracia a impunidade de actos de banditismo e de terrorismo como os que ocorreram no dia 24 no Porto.

Na homenagem a Bento Caraça foi reclamada a necessidade e urgência da união dos democratas

Milhares de pessoas acorreram ao Palácio de Cristal, na noite da passada sexta-feira, para participarem na sessão de encerramento das comemorações do 30.º aniversário da morte do Professor Bento de Jesus Caraça. A vida e o exemplo da acção desenvolvida pelo notável cientista e destacado lutador antifascista foram sublinhados na jornada, que também constituiu uma importante iniciativa de repúdio ao fascismo e um estímulo ao reforço da unidade das forças democráticas.

Nesta significativa manifestação cultural, artística e política participaram a Orquestra Sinfónica do Porto, cuja actuação foi vibrantemente aplaudida pelos participantes. Adriano Correia de Oliveira, Brígida Vitor Jara, Marília Gama e destacados democratas de várias tendências políticas. Na mesa, presidida pelo Professor Ruy Luís Gomes, encontravam-se António Macedo, Edgar Correia, José Morgado, Oscar Lopes, os deputados Joaquim Felgueiras, José Pimenta e Fernando Almeida, o filho de Bento de Jesus Caraça, dr. João Manuel Caraça, assim como outros membros da Comissão Nacional da Homenagem.

Em breves palavras, o Reitor Vitalício da Universidade do Porto começou por salientar aspectos da personalidade e actividade do criador da Biblioteca Cosmos.

«Essa personalidade é extraordinária por si sempre um homem de unidade e diálogo. Filho de camponeses alentejanos, acrescentou, nunca traiu a sua origem e a sua raiz. Quando hoje dizemos camponeses alentejanos estamos a pensar naturalmente na Reforma Agrária e na luta que eles, apoiados por todo o país, travaram para garantir a defesa da terra que lhes pertence».

Por seu turno, António Macedo, Presidente do Partido Socialista e da AM do Porto, realçou o exemplo de Bento de Jesus Caraça, acrescentando: «nunca foi uma consciência traidora e isto é fundamental. Era um homem recíproco, idêntico a si mesmo, que não teve, nem tinha crises de consciência. Deu-nos um grande exemplo de luta, de afinco e de coragem contra a reacção».

Exprimindo o seu protesto face à vaga de violência desencadeada horas antes por bandos nazis,

António Macedo considerou-a integrada na preparação da manifestação fascista, convocada para amanhã, em Lisboa, declarando: «Temos de fazer uma barreira contra estes transviados do terrorismo. Temos de lutar contra o terrorismo».

Interrompido por entusiásticos aplausos, e por um enorme clamor defendendo a unidade, o dirigente do PS afirmou:

«Ouvi agora de tantas bocas o grito de unidade. Era exactamente esse o pensamento de Bento de Jesus Caraça, que sempre se bateu pela unidade de todas as forças da oposição, de todas as forças progressistas. Temos de fazer a unidade das forças progressistas. Vou terminar com o grito de Ruy Luís Gomes, que seria o de Bento de Jesus Caraça se estivesse entre nós: a luta continua».

O Professor José Morgado fez uma circunstanciada análise da obra de Bento de Jesus Caraça, focando a actualidade que ela tem no tempo presente. «Bento de Jesus Caraça, recordou, tinha plena consciência de que os trabalhadores intelectuais e manuais têm os mesmos inimigos; tinha, de facto, plena consciência de que, actualmente, a classe autenticamente revolucionária é a classe operária (...). Se fosse vivo, Bento de Jesus Caraça estaria, neste momento, ao

lado de todos quantos defendem as conquistas de Abril».

Em homenagem a Bento de Jesus Caraça, dia mais adiante José Morgado, «é necessário fazermos todos os esforços para que representantes do Partido Comunista e do Partido Socialista e de outras organizações democráticas se reúnam à volta da mesma mesa, discutamos os principais problemas necessários, com vista à elaboração de um programa mínimo de acção comum para a defesa da democracia, contra as tentativas de assalto ao poder pela direita reacçãoária».

Já está criada no Porto uma Comissão Local de Apoio à Conferência sobre o fascismo, cuja realização foi proposta e aprovada, em Junho último, durante a homenagem prestada a Bento de Jesus Caraça. Estamos certos, — a propósito — frisou Edgar Correia, membro do Comité Central do PCP, que — inspirada pela actividade unitária de Bento de Jesus Caraça — tendo em conta os aspectos da situação política que reclamam o urgente reforço da unidade de todos os democratas e patriotas portugueses, a Conferência sobre o Fascismo irá para a frente e constituirá um importante passo para reforçar a cooperação e a acção conjunta de todos aqueles que querem impedir

o regresso ao passado de tirania e exploração que todos conhecemos».

Também o nosso camarada Edgar Correia denunciou os assaltos nazis e as conivências que os tornaram possíveis reclamando o castigo dos armadores. «O que se passou, acentuou a dado passo — foi apenas a parte prática da teoria da intolerância, da teoria da confrontação que, há algumas semanas, alguns dirigentes da direita andam pregando, desde o senhor Kaulza, ao senhor Amaro da Costa, ao senhor Sá Carneiro e companhia. E a eles que, os democratas, o Povo português deve pedir responsabilidades morais daquilo que hoje se passou e que nós desejáramos não voltasse a repetir-se no nosso país».

«Dissemos que a unidade é necessária. E preciso dizer mais. É preciso também dizer que ela é também urgente. A luta continua!», assegurou a terminar a sua intervenção o camarada Edgar Correia.

Durante a jornada, foram aprovadas moções de repúdio pela ofensiva contra a Reforma Agrária e exigindo a severa punição dos vândalos fascistas que assaltaram, saquearam e tentaram incendiar sedes do Partido Comunista Português, da União da Juventude Comunista, do Partido Socialista e da UDP.



A unidade antifascista foi uma das tónicas dominantes da homenagem a Bento Caraça

Provocações fascistas no Porto



A arruaça

- 15.00 H** Cerca de três centenas de pessoas, estudantes na sua maioria, concentraram-se junto do Liceu Rodrigues de Freitas, para «comemorar» o 25 de Novembro. Muitos envolveram camisas negras, exibiam a cruz suástica e transportavam-se de motorizada.
- 15.30 H** Perante a proibição da manifestação por uma força da PSP, os nazis tentam, debalde, invadir o liceu para agredir contra-manifestantes. Fechados os portões e, após algumas escaramuças, os vândalos dividem-se em dois grupos: um, vai para a sede da secção de Cedofeita do PS e, outro, para a sede da UDP, situada a cerca de cem metros da esquadra da PSP.
- 15.35 H** Início do assalto à sede do PS, na Rua Dr. Carlos Cal Brandão. Partidos todos os vidros das janelas e destruídos muitos materiais de propaganda. Mesas, cadeiras e bancos atirados para o chão. Uma bandeira do PS e documentos são queimados num auto de fé.
- 15.45 H** Os nazis fogem quando uma moradora do prédio pediu ao marido para «trazer, depressa, a metralhadora» (que, obviamente, não existia...). Para a Rua Oliveira Monteiro, dirigiu-se o bando reagrupado, depois de uma parte ter destruído a sede da UDP e tentado assaltar o Liceu Carolina Michaelis, onde queimaram uma bandeira vermelha e estilhaçaram os vidros da fachada.
- 16.05 H** Uma força da PSP chegou ao local, quando já ali não estavam os fascistas. Entretanto, na Ramada Alta, aos gritos de «viva Salazar», e «morte ao comunismo», o bando de fascistas, transportando-se em parte em motocicletas e armados de matriças, investe contra a sede da União da Juventude Comunista, sita na Rua Serpa Pinto, 73. Um grupo de militantes da UJC, que se encontrava reunido, alertado pelo arrombamento da porta, barreira-se nas escadas de acesso ao segundo andar. Durante cerca de um quarto de hora, os vândalos destruíram uma motorizada, uma máquina de escrever, um aparelho de televisão e mobiliários e lançaram o fogo a cerca de 1500 exemplares do «Juventude», órgão central da UJC. Em frente da sede foi feito mais um auto de fé. A acção de populares e dos bombeiros impediu que o fogo ateador na sala de propaganda se propagasse ao prédio.
- 16.20 H** Chega ao local uma força da PSP que se limita a registar a ocorrência. O grupo nazi já se dirigira para a Rua da Constituição, onde, em frente do posto do BCG, atacou uma carrinha do agrupamento teatral «Seiva Trupe», que andava a fazer propaganda do Festival de Teatro Ibérico. O veículo ficou bastante amolgado e com vidros partidos. «Passámos por eles e iam com um ar pacífico», está a resposta de um agente da PSP a elementos da «Seiva Trupe», pouco antes atacados pelos fascistas.
- 17.05 H** «Viva o 25 de Novembro» e «morte ao comunismo», acompanhados pela saudação nazi, eram os gritos dos fascistas quando tentaram atacar a sede da Comissão de Freguesia de Paranhos do PCP, na Rua do Linho Vale. Também ali, o repúdio popular era grande. Durante cerca de 10 minutos, os arraçeiros tentaram assaltar o Centro de Trabalho, corajosamente defendido por alguns militantes comunistas. Foram estilhaçados os vidros e partidas janelas, as portadas e um rádio. Perante a corajosa resposta dos nossos camaradas e a aproximação de uma força da PSP, os nazis fugiram em direcção à Rua Álvaro Castelões, de onde se deslocaram para o Liceu António Nobre.
- 17.30 H** Tentativa de invasão do Liceu António Nobre, gorada devido à comparência da PSP, chamada pelo Conselho de Gestão.
- 18.00 H** Nas imediações da Cooperativa do povo Portuense, uma força da PSP dispersou à bastonada a última tentativa de assalto dos nazis.
- 19.00 H** A PSP, que não efectuou qualquer detenção, dava a situação como «completamente normalizada».

- Comunicado do Secretariado do CC do PCP**
 - 1 Os criminosos assaltos de bandos fascistas a sedes de organizações democráticas, hoje registados no Porto, causam legítima inquietação e não podem deixar de levantar um vivo protesto e repúdio por parte de todos os democratas e do povo português.
 - 2 O PCP destaca que não é por acaso que estes actos de vandalismo fascista surtem no momento em que se desencadeiam novas campanhas de calúnias, provocações e incitamentos de confrontação e de violência, feitos com total impunidade por grupos reacçãoários.
 - 3 O PCP acentua também a inegável responsabilidade de certas forças políticas que na sua prática antidemocrática tudo têm feito para reactivar a histeria anticomunista e contra o 25 de Abril, encontrando lamentavelmente abrigo em órgãos estatizados da comunicação social.
 - 4 O PCP considera que a actuação criminosa dos assaltantes fascistas só foi possível pela passividade e condescendência com que os seus actos foram acompanhados pela PSP.
 - 5 O PCP sublinha que cabe às autoridades o dever de assegurar a manutenção e defesa da ordem democrática e da segurança dos cidadãos.

Caso não o façam, criar-se-ão situações favoráveis ao clima de insegurança e desestabilização que a reacção visa provocar.

 - 4 O PCP reclama do Governo e das autoridades responsáveis medidas efectivas, rápidas e enérgicas, para que sejam localizados e punidos os autores e instigadores das violências cometidas, tornando-se exigência inadiável a aplicação efectiva da recente lei sobre as organizações de ideologia fascista para salvaguarda da legalidade democrática.
 - 5 O PCP manifesta ao mesmo tempo a sua confiança em que os democratas, os antifascistas, os trabalhadores e o povo português em geral, com firmeza, vigilância, serenidade e confiança, não se deixarão intimidar nem arrastar para provocações, isolando os reacçãoários e prosseguindo a sua luta incansável pela consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 24 de Novembro de 1978

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português
- Comunicado da DORN do PCP**
 1. A pretexto de comemorar o 25 de Novembro, pouco mais de três centenas de pessoas, na maioria estudantes, e alguns capatazes por experimentados fascistas, concentraram-se e manifestaram-se na cidade do Porto, assaltando a sede de desprovenidas ou desertas do PS (Boavista), da UJC (Serra Pinto) e do PCP (Lindo Vale), destruindo, queimando documentos, livros e insignias, partindo vidros e móveis — passeando pela cidade a ostentação da mais baixa bestialidade nazi.
 2. A reduzida expressão numérica dos assaltantes, ofato de na sua maioria serem apenas aquela escória moral de jovens drogados, prostituídos, e corrompidos até à medula, mistura de marginais e meninos — bem — reflecte o isolamento dos grupos e das ideias fascistas, o seu total repúdio pelos sentimentos da juventude, dos trabalhadores e do povo da cidade do Porto.
 3. Os desmanchos dos nazis só foram possíveis porque, por um lado, se processaram durante as horas de trabalho, de surpresa, a sedes de desprovenidas; por outro lado, porque as autoridades não quiseram impedir-lhes.
 4. A DORN do PCP não pode deixar de salientar o contraste entre a actuação da PSP expandindo dirigentes sindicais e trabalhadores tóxicos no passado dia 16 (e eram mais de 10 mil os que se deslocaram para a acção da Boavista) e a actuação passiva e expectante da mesma PSP hoje, limitando-se (com excepção da sede do PS no Marquês) e a aparecer depois dos assaltos e a seguir os criminosos sem intervir.
 5. Uma enérgica e imediata actuação da PSP teria cortado pela raiz a acção banditesca dos grupelhos fascistas.
 6. Estas provocações criminosas não são factos isolados. Há alguns dias que aumentou a propaganda fascista nas ruas e nas paredes, nomeadamente em torno do projecto de manifestação em Lisboa destes mesmos grupelhos.
 7. Tais provocações são alimentadas — senão mesmo dirigidas, directa ou indirectamente — por teorias fascistas da confrontação, global ou não, contra os comunistas, descobertas pelos ideólogos estrangeirados do CDS e perilhadas por toda a reacção. Tais reacçãoários são, de facto, pelo menos, autores morais dos crimes praticados pelos grupelhos nazis nesta cidade.
 8. Mas tais provocações são também animadas por toda a política de direita do Governo Nobre da Costa, que Mota Pinto «propôs aprofundar, designadamente pela violenta acção repressiva contra os trabalhadores da Reforma Agrária, contra os rendeiros pobres, contra os trabalhadores em luta.
 9. A DORN do PCP denuncia e condena a acção destes bandos. A DORN do PCP exige a severa punição dos criminosos; exige a aplicação efectiva da recente lei sobre as organizações de ideologia fascista; exige a actuação preventiva, eficiente e pronta das autoridades judiciais e policiais contra estes grupelhos.
 10. A DORN do PCP apela aos trabalhadores e à população do Porto, aos democratas e antifascistas para que reforcem a sua unidade e a sua vigilância no sentido do duro castigo dos provocadores fascistas.
 11. A DORN do PCP exprime aos companheiros socialistas, corajosamente atacados, a fraternidade activa dos comunistas da cidade do Porto, apelando vivamente para que, pondo de lado questões secundárias e marginais, saibamos reforçar
 12. a nossa acção comum, a unidade de combate democrático, antifascista e progressista.
 13. Na vigilância, na acção comum, e na unidade de combate dos antifascistas — e, em primeiro lugar, dos comunistas e dos socialistas — os trabalhadores e o povo, unidos e vigilantes, têm força bastante para travar o passo aos reacçãoários e aos fascistas, para impedir a continuação dum governo e de uma política de direita, para rasgar uma alternativa democrática para o governo, para a política e para a crise.
 14. Os fascistas e os reacçãoários não passarão.
 15. 24 de Novembro de 1978
 16. A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português
- Comunicado do Secretariado da CC da UJC**

Durante horas, um bando de nazis e fascistas, em manifestação pelas ruas da cidade do Porto, assaltou as sedes do Partido Socialista e da UDP, apedrejou as instalações do Liceu Carolina Michaelis, tentou assaltar a sede do PCP da freguesia de Paranhos e assaltou a sede da União da Juventude Comunista, destruindo parte das suas instalações.

Cerca das 16 horas, os arraçeiros arrombaram a porta da sede da UJC, e sob gritos de «Viva Salazar, abaixo o comunismo», entraram e destruíram mobiliário e outros equipamentos do primeiro andar e procuraram lançar fogo à sede, queimando jornais e documentação diversa.

O Secretariado da CC da UJC saudou os jovens comunistas que, com a sua serenidade, firmeza e coragem frente aos bandedeiros impedindo, dessa forma, a destruição da sede e a violência fossem maiores e tivessem consequências mais graves.

Esta acção criminosa só sucedeu porque se continua a tolerar e a permitir que estes grupos organizados de fascistas se dediquem impunemente a actividades terroristas; porque se continua a tolerar e a permitir a resolução das questões que pontualmente se levantam.

O Secretariado da CC da UJC exige que seja aberto um rigoroso inquérito aos acontecimentos, que sejam apuradas responsabilidades e levados a julgamento os culpados por esta depravada acção fábricas e nos campos da Reforma Agrária, são proibidos e os terroristas condenados, tal como estabelecem os princípios da Constituição e a legislação já aprovada pela Assembleia da República.

O Secretariado da CC da UJC alerta todos os trabalhadores, todos os democratas, para que interessem a vigilância contra a acção das forças reacçãoárias. Confiante de que na unidade da juventude e de todos os trabalhadores residentes a força dos ideais democráticos e do 25 de Abril, o Secretariado da CC da UJC apela a todos os jovens, rapazes e raparigas das fábricas, dos campos e das escolas, para que reforcem a sua unidade em torno da defesa dos seus legítimos interesses e aspirações, pela defesa das liberdades e demais conquistas de Abril, por um Portugal livre e independente.

Lisboa, 24 de Novembro de 1978

O Secretariado da Comissão Central da União da Juventude Comunista

Amanhã, no Norte Doze manifestações: trabalhadores e democratas contra a política da direita!

Os Secretariados das Uniãoes Sindicais dos cinco distritos do Norte convocaram para amanhã, às 15.30, manifestações para doze vilas e cidades daquela região, onde as massas populares vão exprimir o seu protesto contra o aumento do custo de vida, pela saída e cumprimento dos contractos colectivos de trabalho, contra a repressão patronal e dos despedimentos, contra a violência e em solidariedade com a Reforma Agrária, pela defesa da Constituição e da independência nacional, contra a política de direita.

A mesma hora, os trabalhadores e todos quantos estão interessados na criação de condições para uma vida melhor convergirão para a Praça do General Humberto Delgado, no Porto; para a Praça 25 de Abril, em Santo Tirso; para a Praça da República, em Felgueiras; para a Avenida Central, em Braga; para a Alameda da Resistência ao Fascismo, em Guimarães; para a Praça Cupertino de Miranda, em Famalicão; para a Avenida da Liberdade, em Barcelos; para a Praça 25 de Abril, em Fafe; para a Praça da República em Vila do Castelo; para a Avenida Carvalho de Araújo, em Vila Real; para o Jardim do Bacalhau, em Chaves; para a Praça 1.º de Maio, em Braga.

Esta importante jornada de luta vem na sequência da movimentação da classe operária, dos rendeiros, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, com a participação de muitos milhares de pessoas que, através das mais variadas formas de acção, têm respondido massiva e exemplarmente à ofensiva do grande capital e do Governo contra os seus principais interesses e aspirações, tentando impor aquilo que o imperialismo e o Fundo Monetário lhes dita.

Nos últimos dois meses, um pouco por todo o Norte, sobretudo nas zonas onde mais se faz sentir a influência e capacidade de organização dos trabalhadores e das forças democráticas, têm-se sucedido inúmeras manifestações, concentrações e desfiles, têm paralisado a sua actividade dezenas de milhares de trabalhadores dos mais variados sectores. Têm unido esforços e coordenado iniciativas democratas das mais variadas tendências.

A solidariedade para com a Reforma Agrária e ao repúdio por uma política de direita têm-se associado e desempenhado um papel catalizador as lutas pela defesa das conquistas e regalias alcançadas, o combate contra as desintervensões escandalosas, ao boicote da banca e a todos os aspectos da política de desastre nacional prosseguida pelos Governos de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Cresem os apoios a estas importantes demonstrações de unidade. A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP apela para a participação nas manifestações de amanhã de todos os trabalhadores e democratas do Norte. E sucedem-se os apoios. Por exemplo, no distrito do Porto, entre outros, já deram o seu apoio a estas jornadas 48 sindicatos, o Plenário de Delegados e Dirigentes Sindicais e de Comissões de Trabalhadores, com 1200 participantes, três Uniãoes locais, uma Federação Sindical, 21 plenários sindicais, com uma participação global de 15 mil trabalhadores, 8 plenários de delegados sindicais, 15 plenários de empresas e 24 estruturas populares, o Encontro de Cooperativas do Norte, com 29 cooperativas, 32 comissões de trabalhadores e sindicais, o Plenário das Comissões de Moradores de São Pedro da Cova, Gondomar.

As manifestações de amanhã, no Norte, servirão para demonstrar uma vez mais os profundos anseios de liberdade, de progresso e de paz, os sentimentos democráticos e de solidariedade do povo do Norte para com a Reforma Agrária. As 12 manifestações serão igualmente uma importante resposta às forças reacçãoárias e fascistas às quais o Povo dirá «basta!».

Semana

22

Quarta-feira

1792 — Nasce, em Setúbal, o cirurgião e professor Vicente José de Carvalho, que foi um dos fundadores do Museu de Anatomia, no Porto.

O Presidente da República dá posse ao IV Governo, da responsabilidade do primeiro-ministro Mota Pinto, o qual na cerimónia protocolar se refere, no seu discurso, ao sector privado, cujo vigor e dinamismo, assentes na confiança que queremos incluir aos respectivos agentes constitui elemento imprescindível da recuperação. ■ Em Ponte de Sôr, milhares de trabalhadores agrícolas manifestam-se contra o prosseguimento da política do MAP, essencialmente dirigida para a recuperação dos latifundiários. ■ Morre o empresário teatral Vasco Morgado que durante o fascismo foi o expoente do domínio capitalista do teatro e que depois do 25 de Abril promove activamente o espectáculo de tipo reaccionário. ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta, na Assembleia da República, três projectos de lei relacionados com os direitos dos cidadãos, numa tentativa organizada de modificar o Código Administrativo de Marcelo Caetano. ■ A União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) manifesta-se contra o IV Governo.

23

Quinta-feira

1608 — Nasce em Lisboa, D. Francisco Manuel de Melo, considerado um dos maiores escritores portugueses do século XVII.

O grupo parlamentar do PCP apresenta, na Assembleia da República, um projecto de lei sobre medidas de emergência para defesa da Reforma Agrária. Por seu turno o grupo parlamentar do PS apresenta um projecto de lei de bases do Serviço Nacional de Saúde. ■ Kaulza de Arriaga, presidente do MIRN, faz o elogio do ex-primeiro-ministro Nobre da Costa e de "muitos dos seus colaboradores que merecem o respeito do País". ■ O CDS decide aderir à central sindical paralela que dá pelo nome de UGT e exorta os seus filiados a aderirem igualmente. ■ Num comunicado do PPD afirma-se que aquele partido "considera insustentável a posição de certos partidos que por um lado acusam o IV Governo de ser o mais conservador de todos os que o País teve desde o 25 de Abril, mas por outro lado não têm a coragem de o inviabilizar à partida, pois receiam ter de enfrentar eleições gerais antecipadas", numa clara alusão ao Partido Socialista. ■ Num comício realizado em Campo de Ourique, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, recorda que o Governo Mota Pinto considerado como formado por independentes é, na realidade, um Governo, do PPD e do CDS disfarçado.

24

Sexta-feira

1975 — Forças reaccionárias erguem barricadas em Rio Maior, cortando a estrada Lisboa-Porto.

Dois dias após a tomada de posse do IV Governo, jovens fascistas manifestam-se no Porto atacando e incendiando sedes de partidos políticos progressistas. Os jovens fazem-se transportar em cerca de 150 motos e começam a sua onda de destruição pela secção de Cedofeita do PS, dirigindo-se depois à sede da UJC, na Rua Serpa Pinto, secção da UDP na Rua de Cedofeita e o centro de trabalho do PCP em Paranhos. ■ O presidente do CDS, Freitas do Amaral, confirma a saída de Amaro da Costa da presidência do grupo parlamentar do CDS. ■ Também o almirante Pinheiro de Azevedo anuncia para breve o seu afastamento do cargo de presidente do PDC, tendo em vista preparar a candidatura às próximas eleições para a Presidência da República. ■ O recenseamento eleitoral foi o tema da reunião de cerca de 200 activistas da Aliança Povo Unido do distrito de Lisboa. ■ Numa resposta às recentes afirmações de Mota Pinto, o secretário da CGTP/IN "denuncia a gravidade das declarações do primeiro-ministro acerca da pretensa falta de assiduidade dos trabalhadores" ao afirmar que trabalham "em média, 200 dias por ano". A CGTP recorda que durante um ano "o número máximo de dias úteis de trabalho é de 224, considerando o descanso semanal, o período de férias e os feriados obrigatórios". Acrescenta ainda o comunicado que o primeiro-ministro está a utilizar "um processo de manipulação da opinião pública (...) porquanto a tendência normal é comparar o número citado com os 365 dias do ano".

25

Sábado

1967 — Grandes cheias, devido em parte à falta de uma rede eficiente de esgotos, origina centenas de mortes na região de Lisboa.

Em Portalegre, são mais de 20 mil os trabalhadores que participam na manifestação em defesa da Reforma Agrária. ■ O Presidente da República participa na Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, nas comemorações do 3.º aniversário do 25 de Novembro. ■ Manifestações de apoio à Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida realizam-se em Torres Novas e Ramalhe de grande participação popular. ■ Em Rio Maior, a assembleia de delegados da CAP delibera "colaborar com o Governo Mota Pinto, dentro da maior independência crítica". ■ Começa em Lisboa a 24.ª Assembleia do Atlântico Norte, que reúne parlamentares dos países membros da NATO.

26

Domingo

1456 — Os pescadores de Lisboa são autorizados a pescar sardinha aos domingos e dias santificados.

Chega a Lisboa uma delegação do Partido Comunista Italiano que se desloca a Portugal a convite do PCP. ■ Em Penhasco, concelho de Mação, a APU ganha três mandatos para a Assembleia de Freguesia reunindo 118 votos. Nas eleições anteriores a APU tivera 12 votos. ■ Organizado pela Confederação Nacional da Agricultura realiza-se em Coimbra um debate sobre a "Defesa da Produção" e que conta com a participação de numerosos agricultores e técnicos agrícolas. ■ Mais de dois mil reideiros do Norte reúnem-se no Porto exigindo a alteração da Lei do Arrendamento Rural. O encontro foi organizado pelo MARN. ■ Na sessão da Assembleia do Atlântico Norte a intervenção do dr. Almeida Santos dá origem a que alguns participantes abandonem a sala, contrariados com a não-subversão daquela orador. ■ Em Braga, mil e quinhentas mulheres participam na II Conferência de Mulheres do Norte, que decorre no Liceu Sá de Miranda.

27

Segunda-feira

1520 — Na sua viagem de circun-navegação Fernão de Magalhães termina a travessia do estreito do mesmo nome e desemboca no Oceano Pacífico.

O jornal "o diário" revela em primeira página que a MDM (pretensa firma de estudos técnicos e financeiros, composta pelo monopolista Jorge de Mello e os bancos Deutsche e Morgan) está a comprar por preços irrisórios numerosas empresas do sector têxtil, armazenagem de vinhos e produção de óleos vegetais, que foram à falência em grande parte devido às imposições do FMI. ■ Os trabalhadores da Empresa de Electricidade da Madeira fazem uma greve de duas horas exigindo a aprovação de uma nova tabela salarial. Regista-se uma adesão de 100 por cento. ■ O PPD através do seu sector sindical informa não aderir à central paralela que dá pelo nome de UGT mas convida os seus militantes a fazerem-no. ■ Os pilotos da Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos (SATA) reiniciam a greve suspensa há uma semana, exigindo a equiparação dos seus salários aos que são praticados na TAP. ■ Na reunião pública da CML é aprovada uma moção em que se apela à população de Lisboa "para que se não deixe instrumentalizar por campanhas de intoxicação reaccionária que visam o estabelecimento de uma situação semelhante ao 24 de Abril de 1974, utilizando, impudica e abusivamente as liberdades que tão determinadamente combatem". ■ Na Assembleia Geral do Sindicato dos Escritórios de Lisboa — uma dos financiadores nacionais da central paralela que dá pelo nome de UGT — o presidente da mesa considera aprovado o orçamento pelo simples facto de um dos presentes entre mais de 600 ter levantado o braço num voto favorável. O presidente da mesa abandonou de imediato a sala.

28

Terça-feira

1968 — Morre o escritor e antifascista Alves Redol, que soube aliar à sua obra literária uma assídua e consequente actividade política.

Em Évora, junto a uma arrecadação de material da GNR, rebenta um engenho explosivo que fere quatro elementos da PSP de Portalegre, entretanto chamados para desactivar o engenho. O carácter provocatório da acção terrorista é posto em evidência pela Comissão Concelhia de Évora do PCP. ■ No Porto, Mário Soares verbera a "selvagemia fascista" o que dias antes destruiu também uma sede do seu partido, propondo a unidade das forças de esquerda "para barrar o caminho a essas forças".

Os Comunistas na Assembleia da República

Assembleia à espera do Governo

Uma pausa na realização de sessões plenárias da Assembleia da República antecede a apresentação e discussão do Programa do Governo de Mota Pinto, que se iniciará na próxima segunda-feira às 15 horas. Com efeito, os deputados da Assembleia da República limitaram-se, durante toda esta semana, a trabalho das diversas comissões parlamentares, depois de terem realizado a última sessão plenária faz hoje oito dias, no decorrer da qual foi apresentado à mesa um projecto de lei do PCP relativo a medidas de emergência para defesa da Reforma Agrária. Trata-se do projecto de lei de alterações à lei Barreto que o deputado Vital Moreira tinha

recentemente anunciado à Assembleia da República, no decorrer do debate que precedeu a concessão do processo de urgência a uma iniciativa legislativa sobre o mesmo tema apresentada pelo deputado Lopes Cardoso e outros independentes. A discussão do Programa do Governo de Mota Pinto — quarta discussão deste tipo que ocorre na Assembleia da República desde a entrada em vigor da Constituição — inicia-se assim precisamente no mesmo dia em que, por todo o país, irão começar as operações relativas ao recenseamento eleitoral. Esta coincidência não pode deixar de constituir motivo de reflexão para aqueles que, sentados na Assembleia da República,

assumiram a responsabilidade perante os seus eleitores de af defenderem Abril. Quanto à anterior sessão plenária, é de salientar que mais uma vez o resultado das eleições para a Câmara de Évora suscitou a atenção do hemiciclo, na sequência da declaração política proferida anteriormente pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, tendo ocupado todo o período de antes da ordem do dia. Não há dúvida de que as declarações da direita-PPD antes e depois de apurados os resultados das eleições demonstram bem que os burros da manipulação se abardam à vontade da oportunidade dos seus donos: antes dos resultados, eram os



discursos inflamados dos principais chefes do PPD, clamando pela importância nacional destas eleições; agora, os mesmíssimos chefes, colocando aquele seu ar de

desdém, tentam convencer-se de que afinal não, era apenas uma votação com efeito local... Por isso, todo o tempo do período de antes da ordem do dia foi ocupado com este tema e com a desmistificação de tal atitude, tarefa de que se encarregou o deputado Carlos Brito. Carlos Brito que, a determinada altura do seu debate com os chefes do PPD, dizia que os ataques contra a Reforma Agrária também eram um crime contra aqueles que já não trabalham porque são muito velhos, e contra aqueles que ainda não trabalham porque são crianças. Foi também por este motivo que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou a iniciativa legislativa que visa tomar medidas de emergência para defesa da Reforma Agrária, para defesa desses velhos e dessas crianças, na sessão em que os deputados socialistas apresentaram à Mesa da AR um projecto de lei que visa criar o Serviço Nacional de Saúde — um dos temas que, com a Reforma Agrária, provocou a ruptura do Governo PS/CDS. É neste contexto que o Governo mais à direita após o 25 de Abril vai apresentar na próxima segunda-feira o seu Programa à Assembleia da República. No mesmo dia em que se iniciam as operações de recenseamento eleitoral e sabendo-se já que tão clara é a oposição do PCP a tal Governo como claro é o apoio do PPD/CDS.

Quatro iniciativas dos deputados do PCP em matéria de justiça administrativa e administração pública

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou recentemente na Assembleia da República, sob a forma de projecto de lei, quatro iniciativas legislativas de grande alcance, todas elas visando a abertura de um amplo debate público sobre as linhas de orientação para a necessária reforma da justiça administrativa e para o reforço dos direitos dos cidadãos perante a administração pública. 2 da Constituição. Neste projecto, os deputados comunistas propõem que qualquer cidadão no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos possa interpor recurso contencioso, com fundamento em ilegalidade, contra actos que tenham objecto nomeações para cargos ou funções políticas ou públicas, concessões de subsídios ou isenções fiscais, alianças (ou concessão de exploração) de bens do domínio público ou de empresas públicas ou nacionalizadas ou desafectação de bens do domínio público, alienação de quotas ou partes sociais de qualquer entidade pública em empresas privadas ou mistas,

revogação de actos de expropriação. Nos termos deste projecto de lei do PCP, é igualmente admitido a impugnação de quaisquer actos administrativos definitivos e executórios dos órgãos das autarquias locais e das regiões autónomas — acção popular correctiva. Por outro lado, quando bens ou direitos a estas pertencentes sejam objecto de usurpação ou lesão, é reconhecido aos cidadãos recenseados na respectiva área o direito de intentar as acções judiciais necessárias para manter, reivindicar ou reaver esses bens ou direitos em nome das autarquias e regiões autónomas lesadas — acção popular supletiva. ● Outro dos projectos de lei — o 145/1 — visa disciplinar o poder regulamentar da administração pública (cujos órgãos, a começar pelo Governo, o têm usado de forma abusiva e caótica, para inclusivamente regular de novo, sem qualquer suporte legal, certas matérias). Nos termos do presente projecto de lei, propõe-se que seja tomada a estas pertencentes sejam objecto de usurpação ou lesão, é reconhecido aos cidadãos recenseados na respectiva área o direito de intentar as acções judiciais necessárias para manter, reivindicar ou reaver esses bens ou direitos em nome das autarquias e regiões autónomas lesadas — acção popular supletiva.

administração está subtraída ao controlo directo dos tribunais. ● Por sua vez, o projecto 147/1 respeita à orgânica dos tribunais administrativos e fiscais, bem como ao estatuto dos respectivos juizes, considerando que as estruturas da justiça administrativa — inadequadas às exigências do regime democrático-constitucional — não foram ainda objecto da revisão que a Constituição impunha até ao termo da 1.ª Sessão Legislativa. ● Finalmente, o projecto de lei 144/1 estabelece as regras de processo a que a administração deve obedecer na tomada de resoluções que afectam de qualquer modo a esfera jurídica dos cidadãos — o chamado processo administrativo não contencioso. Com este projecto de lei visa-se pôr termo a práticas burocráticas que lesam gravemente os cidadãos e dificultam a acção eficaz da própria administração. Globalmente considerado, este projecto de lei dos deputados comunistas aponta para uma administração pública à imagem da Constituição, inteiramente subordinada ao princípio da legalidade.

A reunião em Lisboa da Assembleia do Atlântico-Norte e a independência nacional

A realização em Lisboa da sessão anual da Assembleia do Atlântico Norte — organização que integra parlamentares dos países membros da NATO — que decorre desde o passado dia 25 de Novembro e termina hoje nas instalações da Assembleia da República, não pode deixar de preocupar todo o povo português, os democratas e patriotas, todos os que pretendem defender e consolidar a independência nacional. A reunião da Assembleia do Atlântico Norte ocorre num período difícil e complexo da vida política portuguesa, ocorre numa altura em que um governo que excede largamente a sua competência e feriu profundamente algumas das mais importantes conquistas de Abril é substituído pelo governo mais à direita dos últimos quatro anos. O processo da Revolução portuguesa está já "habitado" a estas coincidências entre realizações da NATO e momentos difíceis e complexos da vida do

nosso povo: em 30 de Janeiro de 1975, as forças da NATO realizavam ao largo da costa portuguesa uma operação denominada "Locked Gate", que envolvia um ataque simulado de aviões americanos a objectivos no centro do nosso país. A propósito desta "coincidência", o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, actualava no Relatório do CC do PCP ao VIII Congresso do Partido: O imperialismo insiste com particular vigor para que Portugal, país da NATO, não se guiasse um caminho que o afastasse da dominação do capitalismo monopolista, cuja defesa é a razão de ser da própria Aliança Atlântica. E logo a seguir sublinhava o secretário-geral do PCP: As pressões militares foram frequentes ao longo dos dois anos e meio decorridos desde o 25 de Abril. Quando em fins de Janeiro de 1975 as forças progressistas se reforçaram e se intensificou a conspiração reaccionária que conduziria ao 11 de Março, a NATO realizou

grande manobras nas costas portuguesas. A presente reunião em Lisboa da Assembleia do Atlântico Norte integra-se por conseguinte, no conjunto de actos com que declaradamente a NATO e os seus organismos pretendem ingerir-se nos assuntos internos do nosso país e do nosso povo. Os trabalhos das diversas comissões — que de acordo com os meios de comunicação social têm levantado certa polémica entre os membros participantes — mais parecem tratar-se de "recados" ou de "avisos" dirigidos ao nosso país. Por exemplo, a Comissão Política, que tem realizado as suas sessões à porta fechada, debate problemas como as "actividades soviéticas em África", "os partidos comunistas da Europa Ocidental", enquanto que a Comissão Militar, igualmente reunida no sigilo dos deuses, debatendo o problema da bomba de neutrões e da sua produção na Europa bem como os problemas relativos ao acordo de limitação de armas estratégicas (SALT II), não tem tido em conta o amplo movimento de opinião que, por todo o mundo, se pronuncia contra a produção da primeira e um rápido acordo quanto ao segundo. No âmbito da reunião, diversos parlamentares — sobretudo da RFA — têm-se pronunciado vigorosamente para que a NATO forneça ajuda militar a Portugal, Espanha e Grécia. Esta posição já fez vencimentos na Comissão Militar, através da aprovação de uma moção. Esta Assembleia do Atlântico Norte mais parece uma assembleia da "guerra fria", com intoleráveis "avisos" e "recados" dirigidos a todos os povos de mundo amantes da paz, em particular Portugal. Ontem e hoje, as sessões decorrem na Assembleia da República e nelas usam da palavra destacadas figuras da NATO como o seu secretário-geral Joseph Luns e o comandante supremo das forças da NATO na Europa, o general americano Alexander Haig, que, segundo noticiam as agências noticiosas internacionais, deixou Lisboa no princípio da semana para se encontrar em Paris com o ex-presidente dos EUA Richard Nixon... A posição do PCP relativamente à NATO é clara. No documento aprovado por unanimidade do VIII Congresso do Partido e intitulado "Medidas para Defesa e Consolidação da Democracia e da Independência Nacional", considera-se a continuação do nosso país na NATO, mas sem qualquer reforço da participação militar e de bases ou efectivos estrangeiros no território nacional, considerando a perspectiva da dissolução dos blocos político-militares, no quadro do desanuviamiento internacional e da cooperação europeia. Aliás, também o artigo 7.º da nossa Constituição se opõe frontalmente às práticas seguidas pela NATO. O citado artigo da Constituição Portuguesa defende a solução

TEMPOS NOVOS
agora em Português
uma revista nova sobre o homem novo

Depois de "Temps Nouveaux" e "Tiempos Nuevos" a edição portuguesa do Panorama Político Mundial, na perspectiva esclarecida e competente duma grande equipa jornalística soviética.

Venda e assinaturas:
Livraria Bertrand, SARL.
Livrarias C.D.L.

TEMPOS NOVOS
TOMANDO O PULSO AOS POVOS

Assinatura anual — 400\$00
Número avulso — 12\$50

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.

PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Desejo receber o volume _____

Para o respectivo pagamento envie séc. — 500 em cheque, vale de correio 1.º — para a CDL, Departamento de Venda Directa — Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1.

edições Avante! JOHN REED

Os saldos tenreiristas da extinção do SAPP

Mais de 360 trabalhadores no desemprego é um dos saldos mais visíveis e directos da operação antinacionalizadora que levou o governo sem poderes e quase sem funções a encerrar o Serviço de Abastecimento de Peixe ao País (SAPP). Mas nessa «extinção efectiva» outros saldos há, qual deles o mais negativo, excepto para a bolsa bem recheada dos especuladores da intermediação e tenreiristas de todo o fétido que pontificam de novo nas pescas.

A «extinção efectiva» do SAPP, como lhe chama a proposta da Secretaria de Estado das Pescas despachada pelo Conselho de Ministros, vai trazer, e rapidamente, mais um aumento brutal dos preços já de todo incompatíveis com a bolsa do trabalhador.

As variedades do pescado comum vão subir ainda mais com esta medida destinada a retirar ao Estado a possibilidade de intervir na comercialização dos produtos da pesca para, mais tarde, pois é esse o caminho da direita, o colocarem em situação de não poder intervir também na captura e em todas as restantes operações ligadas à pesca.

As Comissões de Trabalhadores e os Sindicatos do sector condenam essa atitude como inconstitucional,

destinada a servir uma vez mais os interesses ilegítimos dos grupos privados, que especulam com os preços do peixe, e a prejudicar as classes trabalhadoras e os interesses nacionais.

Numa conferência de imprensa, aquelas organizações dos trabalhadores da pesca afirmaram que a decisão do governo demitido se integra numa «vasta manobra de destruição das empresas nacionalizadas», através de uma política de apoio exclusivo ao grande capital recuperador dos privilégios perdidos com o 25 de Abril.

O triste papel da Comissão do Bacalhau

A Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB), que não se limita

a «regular» (e muito mal) esse comércio, mas intervém no mercado, colocando peixe com a sua própria marca, tem preferido sistematicamente as empresas nacionalizadas em favor dos intermediários. Enquanto o SAPP recebia o pior peixe e o de mais difícil colocação no mercado, as empresas privadas eram (e são) contempladas com as melhores variedades e as mais facilmente escoáveis para benefício das grandes fortunas que por si se vão fazendo à custa da «austeridade».

Um exemplo de competência

À frente dessas manobras e da recusa sistemática do financiamento às empresas nacionalizadas continua o sr. João Albuquerque, secretário de Estado das Pescas, responsável directo pela paralisação da frota da Maurtânia e pelos cada vez mais difíceis problemas de subsistência que se colocam às empresas de captura com o risco consequente para milhares de postos de trabalho.

Como os trabalhadores

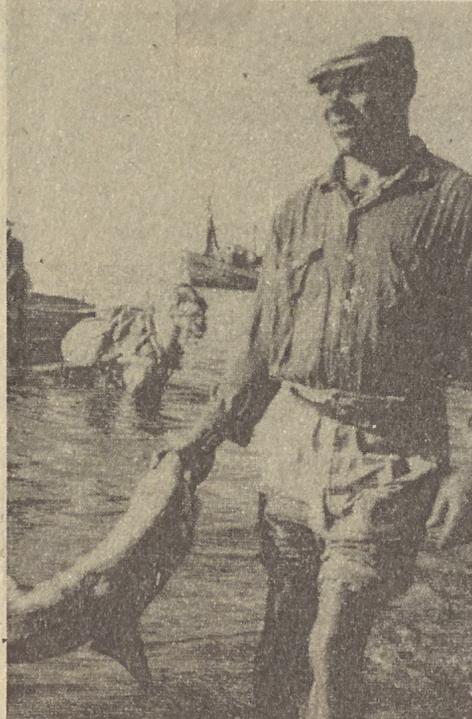
afirmaram na conferência de imprensa, estas competências governamentais à Nobre da Costa só «sabem liquidar empresas».

Que é feito, por exemplo dos 100 mil contos que há mais de um ano foram destinados à criação de uma empresa pública de comercialização e distribuição de pescado? Continuam nos cofres da Caixa Geral de Depósitos?

Uma operação está ainda no início. Ela inscreve-se num plano de ataque mais vasto e cerrado, para o qual alertamos aqui no «Avante!» há uns números atrás, e que inclui mais encerramentos, falências, falta de financiamentos, despedimentos em massa.

E entretanto, o sr. João Albuquerque continua à frente do departamento estatal das Pescas, embora sejam conhecidas as suas ligações directas aos armadores e armazenistas do bacalhau, embora tenha virado o público sem desmentido o seu interesse pessoal em negócios, designadamente com a praça de Aveiro.

É com gente desta que se faz a «competência» da direita.



A extinção do SAPP é mais um golpe vibrado no nível de vida dos trabalhadores, no direito ao trabalho, na recuperação económica das empresas e no progresso do país

Lutas e Tarefas

● **Fundos da UGT** - Num requerimento aprovado em assembleia geral e dirigido à direcção do seu Sindicato, os engenheiros técnicos do Sul reclamam uma informação à classe sobre a origem dos fundos da organização divisionista que adoptou a sigla UGT e de cujos fundadores fazem parte os corpos gerentes daquele Sindicato.

● **Sindicato amarelo na CGD** - A par de outras tomadas de posição, um abaixo-assinado com centenas de assinaturas de trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) afirma que é necessário «isolar os divisionistas e derrotar as suas manobras», pois é essa a melhor maneira de reforçar os nossos verdadeiros Sindicatos, os dos Bancários. Depois de referir que, para a criação do paralelo, «tudo foi feito no mais rigoroso segredo», sem qualquer assembleia constituinte, nem votação de estatutos, o documento lembra que «os trabalhadores devem caminhar na via da unidade», que é a condição da sua força. As diferentes opções ideológicas - acrescenta o abaixo-assinado - não põem necessariamente em perigo essa unidade, porque, no fundamental, os trabalhadores encontram formas de a preservar. O patronato explorador, esse sim - sublinham os signatários -, é que a ataca e procura inviabilizar.

● **Atentado fascista** - Patrões reaccionários e caciques locais atacaram, pela segunda vez desde 1976, a delegação dos trabalhadores têxteis em frente ao Ministério do Trabalho. Num comunicado, a Central unitária condena «a violenta repressão desencadeada por brigadas de choque da PSP» e a acção do governo demitido, que «se caracterizou pela adopção de medidas provocatórias, agressivas e desestabilizadoras, contrárias aos interesses e aos direitos dos trabalhadores».

● **Atentado fascista** - Patrões reaccionários e caciques locais atacaram, pela segunda vez desde 1976, a delegação dos trabalhadores têxteis em frente ao Ministério do Trabalho. Num comunicado, a Central unitária condena «a violenta repressão desencadeada por brigadas de choque da PSP» e a acção do governo demitido, que «se caracterizou pela adopção de medidas provocatórias, agressivas e desestabilizadoras, contrárias aos interesses e aos direitos dos trabalhadores».

● **Suspenções na FM Alçada** - Na sequência da manifestação dos têxteis na Covilhã, o patrão desta firma suspendeu dois jovens trabalhadores. A UJC (Organização Concelhia da Covilhã) protesta contra essa atitude repressiva e solidariza-se com a luta dos trabalhadores.

● **Uma direcção colaboracionista** - O Organismo de Direcção dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa do PCP condena a actuação dos autoproclamados corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios de Lisboa que acusa de «convivência mercenária com as forças mais retrógradas». Não se limitando a condenar as acções das massas trabalhadoras organizadas, como sucedeu com a manifestação do dia 11 em Lisboa, mas tomando atitudes concretas de verdadeira «traição aos interesses dos trabalhadores», aquela «direcção», que aprova «a rescisão de contratos de trabalho resultante dos cercos, da guerra fria e psicológica movida pelo patronato reaccionário e sabotador», deixou

Melhores salários na base da luta em empresas e sectores

Questões de vária ordem relacionadas com a contratação colectiva continuam e predominam entre os motivos que determinam os conflitos de trabalho repartidos por paralisações, greves e outras formas de luta envolvendo centenas de milhares de trabalhadores.

Nos últimos dias, a Empresa de Electricidade da Madeira e a Previdência sobressaíram no panorama das lutas pela contratação colectiva. No primeiro caso, os trabalhadores paralisaram contra o congelamento de salários que se mantém inalterados desde 1975. No segundo, incluindo os Serviços Médicos-Sociais, os trabalhadores continuam a luta por objectivos que há 21 meses lhes são negados, designadamente para evitar a redução de vencimentos, pela revisão salarial e pela participação sindical na regulamentação de trabalho.

Em paralelo com sectores que têm paralisado a nível nacional continua, entretanto, a luta em

empresas duramente afectadas pela política de direita dos últimos governos. Entre dezenas delas, sobretudo no têxtil, atingem pontos de ruptura ou situações insustentáveis as condições criadas na CP, J. Pimenta, Turcopol, Consol, MDF, Messa, Pereira Roldão, Cometna, Sorefame, Xavier de Lima, AC - Arquitectura e Construções e outras empresas de construção civil.

Encontram-se em perigo muitos milhares de postos de trabalho. Em casos como o da J. C. Rodrigues, de Vila Nova de Gaia, os despedimentos já se concretizaram, lutando os cerca de 400 trabalhadores dessa empresa de componentes para a fabricação de calçado por uma solução que vise a reabertura da empresa de

comprovado interesse económico, levada à falência em resultado da evidente incapacidade empresarial em resolver os problemas mais prementes da firma», segundo afirmam os membros da CT.

Uma das direcções mais importantes da luta dos trabalhadores é a reestruturação das empresas, a criação de condições de segurança dos postos de trabalho e do emprego em empresas viáveis com os seus problemas financeiros resolvidos.

Foi por isso que os trabalhadores da Empresa de Electricidade da Madeira esperaram pacientemente durante anos pela revisão dos seus salários, tentando não prejudicar qualquer projecto de reorganização da empresa, designadamente a integração na EDP (Empresa de Electricidade de Portugal), empresa pública que engloba todas as empresas nacionais de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

Mas essa reorganização, ou reestruturação, nesse como em tantos casos, não veio, nem se faz sequer anunciar. E os trabalhadores da EEM não esperaram mais. Em assembleia geral do seu Sindicato aprovaram a greve, de modo a causar um «mínimo de prejuízos à população em geral» e com a consciência de tudo terem feito para evitar esta forma de luta a que os obriga uma comprovada situação de injustiça social perante o aumento desenfreado do custo de vida.

Ainda pela revisão salarial e por outras matérias da contratação colectiva, nomeadamente pelo cumprimento integral dos contratos, foram anunciadas nos últimos dias paralisações em laboratórios farmacêuticos, enquanto os sete mil trabalhadores das 41 empresas que prestam serviços de limpeza cumpriam uma greve nacional de 3 dias por aumentos salariais da ordem dos 20 por cento sobre os 5 000 escudos de salário-base.



Na MDF, um exemplo da persistência dos trabalhadores na luta pela sobrevivência das empresas e a garantia dos postos de trabalho

Comemorações do Dia do Mineiro

Durante sete horas, mineiros do Norte e do Centro do país vão participar numa concentração/festa, no próximo sábado, dia 2, no Pavilhão do Académico, no Porto. Pela primeira vez aqueles trabalhadores, dos mais explorados e dos que desenvolvem a sua actividade em piores condições, vão comemorar o seu Dia. A partir das 10.30, discutirão os seus principais problemas e aspirações para reforçarem a unidade da classe, que já

é grande, como demonstrou a elevada adesão à primeira greve nacional respeitada em massa no passado dia 15 de Novembro. De tarde, decorrerá naquele Pavilhão uma jornada de convívio preenchida com actuações do Coro dos Mineiros de Ajustrel, de Luis Viegas do Conjunto Objectivo, de Sérgio Pacheco e de outros artistas e grupos. A conhecida banda de música dos mineiros do Pejão estará também presente na festa, cujo termo está previsto para as 17 horas.



Encontro em Lamego de trabalhadores agrícolas

Anunciado como sendo de luta e de festa, vai decorrer em Lamego, em 17 de Dezembro próximo, um grande Encontro dos Trabalhadores Agrícolas da Região do Douro.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu, ao anunciar esta sua iniciativa, salienta num comunicado que esse Encontro será «de luta para que juntos possamos afirmar juntos dos governantes o que defendemos e quais são as nossas dificuldades e necessidades. De festa, porque na nossa vida também existe a confraternização entre a classe e assim aproveitaremos esta oportunidade de estarmos todos reunidos para confraternizarmos».

A direcção do Sindicato lança um apelo no sentido de em todas as freguesias e lugares da região se organizarem excursões e outras formas de acesso ao Encontro de Lamego onde actuarão ranchos folclóricos, conjuntos e cançonetistas conhecidos.

Subordinado ao reforço da unidade e ao fortalecimento do Sindicato, o Encontro servirá também de resposta aos «profetas da desgraça» - os divisionistas - que mais não pretendem do que servir os patrões das grandes quintas», lembra o Sindicato apelando à mobilização sindical dos trabalhadores agrícolas para a defesa verdadeira dos seus direitos e interesses.

O Congresso dos Metalúrgicos transcende o âmbito do sector

Dentro de uma semana (8,9 e 10 de Dezembro) reúnem-se em congresso, no Seixal, 600 representantes sindicais de mais de duas centenas de milhares de metalúrgicos.

Aprovado em Junho findo num plenário da respectiva Federação e preparado intensamente desde essa data, o Congresso dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica transcenderá o âmbito do sector - um dos mais

importantes da economia nacional - para se inscrever na reorganização e reestruturação sindical a nível de todo o país.

De alcance previsto e incentivado desde o Congresso de Todos os Sindicatos, em fins de Janeiro de 1977, onde foi apontada a realização de congressos sectoriais a promover pelas respectivas Federações, o congresso sindical dos

metalúrgicos interessará a mais de 214 mil trabalhadores.

A preparação democrática e participada dessa grande iniciativa unitária, aberta a todos os trabalhadores do sector sem a mínima discriminação, tem já no activo, só no distrito de Lisboa, a realização de cerca de 150 plenários com um total muito próximo das 30 mil presenças. Exemplo do que se tem passado

por todo o país, evidentemente com realce para as zonas de maior concentração da indústria metalúrgica e metalomecânica, a preparação do Congresso, onde avulta a discussão as teses a apresentar, é desde já uma garantia do êxito que terá essa jornada de reforço da unidade e da organização do Movimento Sindical no combate ao divisionismo e à traição reformista, da conciliação de classes.



O 1.º Congresso num sector de ponta para o progresso nacional

Trabalhadores do comércio propõem soluções para melhoria do sector

O I Encontro Distrital dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto, realizado este fim-de-semana na Escola Superior de Belas-Artes, contou com a participação de 300 delegados, representando 80% dos trabalhadores do sector, apresentando propostas concretas para a reestruturação da actividade comercial, para a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores e para o reforço da unidade e organização sindicais.

Esta iniciativa, inserida na preparação do Encontro Nacional a realizar no 1.º semestre do próximo ano, contou com uma ampla participação antes e durante a reunião, no decurso da qual foram discutidas 21 propostas de tese e escutadas mais de 50 intervenções. Por unanimidade, foram aprovadas três moções: uma de apoio à manifestação convocada para amanhã, no Porto, por inúmeros sindicatos; outra, reclamando das autoridades providências para o respeito da semana inglesa; a terceira, reivindicando a imediata elaboração e publicação da regulamentação colectiva para o sector de armazéns de ferros e ferragens.

Partindo da premissa de que «o comércio (como as outras actividades) deve deixar de ser um meio de servir interesses particulares, para se tornar um instrumento de uma política de distribuição de bens nas melhores condições», as conclusões do Encontro defendem um vasto conjunto de medidas visando defender os interesses dos consumidores, dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários do sector.

Recusando a política económica seguida pelos últimos governos, na sequência das imposições do imperialismo e do FMI, que tem contribuído para o agravamento da situação dos pequenos e médios comerciantes,

muitos deles ameaçados de falência, as conclusões do Encontro defendem a «criação de linhas de financiamento específico e adequado ao enquadramento e fomento da autonomia do pequeno e médio comércio», o estabelecimento de «incentivos ao associativismo dos pequenos comerciantes», através da redução de impostos, de apoio técnico e de outras medidas, que devem ser planeadas de modo «a garantir, em quaisquer circunstâncias, a manutenção dos postos de trabalho e a melhoria das condições de vida».

Quanto às condições de trabalho, os participantes na reunião foram unânimes em considerar que não abdicam das conquistas e direitos já alcançados, que se encontram contratualmente e legalmente consagrados, como é o caso da semana inglesa e do horário de trabalho. Além disso, reivindicaram, nomeadamente, a cobertura pelo Governo dos défices da Previdência; a actualização das pensões dos

reformados; a institucionalização do Serviço Nacional de Saúde; a resolução efectiva dos problemas dos trabalhadores-estudantes; a criação de condições que permitam o efectivo aproveitamento dos tempos livres.

Condenando as tentativas de divisionismo do movimento sindical, as conclusões do Encontro apelam ao reforço da unidade, ao aprofundamento do estudo e conhecimento da situação do sector, ao avanço na verticalização, ao reforço da organização dos delegados sindicais, ao incentivo à total sindicalização e ao reforço da consciência de classe dos trabalhadores do comércio.

I Encontro reforçará a organização sindical

Para defender os interesses dos trabalhadores do Comércio, reforçando a sua unidade e a unidade de todas as classes trabalhadoras, o secretariado da

Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, que recentemente tomou a decisão de considerar como uma das suas grandes tarefas a preparação e realização do I Grande Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio, previsto para o 1.º semestre do próximo ano.

No discurso de tomada de posse, um elemento do novo secretariado afirmará que esse Encontro sintetizará todos os aspectos daquilo que referiu como «as quatro grandes responsabilidades» dos novos dirigentes: «Dotar a Federação de um âmbito de trabalho marcado nacionalmente; servir os Sindicatos federados com as medidas ajustadas ao reforço da sua própria organização; defender, designadamente através da contratação colectiva, os interesses directos dos trabalhadores do comércio, lutando contra a recuperação capitalista e dos monopólios; desenvolver todas as acções conducentes ao reforço da unidade, desenvolvendo o trabalho

democrático e respondendo às necessidades concretas dos trabalhadores dos Sindicatos». Aquela dirigente acrescentaria que «o comércio atrasado que temos, servindo deficientemente as populações, possibilitando a especulação e vivendo à custa da concorrência desenfreada e anárquica, na qual a empresa de tipo familiar constitui a parte fraca e mais sujeita às dificuldades». Depois de se referir à crise económica e aos perigos particularmente graves que acarreta para o sector, aquele dirigente federativo acrescentou que «essa situação se reflecte, necessariamente no trabalho sindical». Impondo, nomeadamente, «a necessidade de um tipo de trabalho adequado que, se por um lado terá de se basear na já rica experiência dos Sindicatos federados, por outro terá de proporcionar a cada um deles ideias, meios e conhecimentos que só a estrutura nacional estará em condições de obter».

Os trabalhadores têm as costas largas

No entender implícito do dr. Mota Pinto, os trabalhadores têm as costas largamente e culpas que, sem razão, pretende atribuir-lhes.

Num comunicado, a CGTP-IN, ao denunciar, entre outros tópicos, «a gravidade das declarações

do Primeiro-Ministro acerca da pretensa falta de assiduidade dos trabalhadores», esclarece que, no período de um ano, «o número máximo de dias úteis de trabalho é de 224, considerando o descanso semanal, o período de férias e os feriados obrigatórios».

Como se sabe, nas 52 semanas de que é feito um

ano, há 52 sábados e 52 domingos. Com os 30 dias de férias que a lei considera obrigatórios e os feriados também obrigatórios, não nos sobram assim tantos dias para ficar doente...

Ao falar em 200 dias anuais como sendo os que média os trabalhadores efectivamente trabalhariam,

o Primeiro-Ministro, sem referir aqueles 224 dias úteis, está a incorrer num «processo de manipulação da opinião pública, inadmissível - sublinha a CGTP-IN - em pessoas com a sua responsabilidade, porquanto a tendência normal é para comparar o número citado pelo Primeiro-Ministro com os 365 dias do ano».

Ignorar os prejuízos e os sacrificios que o País e os trabalhadores suportam por causa de uma política de direita gravemente ofensiva dos interesses nacionais, afirmando para cima dos trabalhadores com responsabilidades que não lhes cabem, é mais uma forma de à viva força querer fazer pagar a quem trabalha todo o peso

de uma crise de responsabilidade do capitalismo e da sua sordidíssima recuperação, tentando ainda uma vez retirar às classes trabalhadoras a legitimidade e o direito constitucional de lutarem pelos seus interesses - o que continuará a fazer, queira ou não o actual Primeiro-Ministro e o seu Governo de direita.



Milhares de pessoas participaram no comício promovido na passada semana pelo Partido no Clube Atlético de Campo de Ourique, em Lisboa. No decorrer da sua intervenção, vivamente aplaudida, o camarada Álvaro Cunhal reafirmou a necessidade das forças democráticas defenderem a Reforma Agrária e as nacionalizações

Álvaro Cunhal em Campo de Ourique: «A democracia não está interessada em que o PS caia a pique»

Com o número de presenças — vários milhares de pessoas — e o entusiasmo vibrante dos comícios, realizou-se na passada semana, nas instalações desportivas do Clube Atlético de Campo de Ourique, uma sessão de esclarecimento, em que tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, numa curta intervenção sobre a situação política actual, respondendo depois às muitas perguntas que da assistência lhe dirigiram.

Já a sessão tinha começado e continuavam as pessoas a afluír ao ginásio, transbordando para fora deste a animação que no interior reinava, com a instalação sonora a difundir as palavras do Secretário-Geral do PCP para a rua onde se aglomeravam aqueles que a custo conseguiram entrar.

Na mesa que presidiu à sessão encontravam-se Jaime Félix e Jerónimo Castro, do Comité Central, Romeu do Rosário, Margarida Folque e Vitor Castro, do Comité Local de Lisboa, e Madalena Félix, do Organismo de Direcção da 2.ª Zona do CLL.

Foi o camarada Jerónimo Castro quem interveio em primeiro lugar, anunciando as

resoluções tomadas na última reunião do Comité Central e a análise que o CC faz da situação. Muitos aplausos sublinharam o anúncio de que o Partido Comunista Português apresentará na Assembleia da República uma moção de rejeição do Governo que no dia anterior fora empossado.

Foram de confiança as palavras de Álvaro Cunhal, apesar das horas muito difíceis que atravessamos. A defesa da democracia, que era o lema da sessão, foi também o tema da intervenção inicial, tendo o Secretário-Geral do PCP advertido de que se o PS pretende ao admitir a passagem do Governo de Mota Pinto na Assembleia, por receio de eleições gerais antecipadas — ganhar tempo e recuperar uma imagem de esquerda, acabará por criar uma situação desfavorável à democracia.

A democracia portuguesa — afirmou — não está interessada em que o PS caia a pique a favor da direita. E o dirigente comunista, referindo-se a futuras eleições gerais, sublinhou que as forças de esquerda, se soubermos trabalhar, ficarão em maioria!

Quando ao Governo de Mota Pinto — Governo do PPD e CDS disfarçados — não estará interessado na aplicação da Constituição, não respeitará os preceitos constitucionais — previu Álvaro Cunhal, que acrescentou haver naquele executivo recém empossado gente disposta a atacar por todos os meios a Reforma Agrária e as nacionalizações.

A defesa da Reforma Agrária, que seria posteriormente objecto de uma moção aprovada por aclamação, correndo ainda entre os presentes dois abaixo-assinados em seu apoio e contra as violências praticadas no Alentejo pelos seus inimigos, foi também tema saliente na intervenção. A sua defesa depende de uma viragem na política nacional, sublinhou Álvaro Cunhal que, a finalizar a sua intervenção, afirmou:

Por muitas vezes que haja na História, a última palavra é do povo que a dá.

Seguiu-se um vivo período de perguntas e respostas e, como foi salientado, era impossível levar o microfone a todas as pessoas da enorme

sala. Assim, quem quis pôr a sua questão deslocou-se perto da mesa. E foram muitas as perguntas, todas sobre temas de actualidade, perguntas que o camarada Álvaro Cunhal considerou em conjunto e a que respondeu por fim, ordenando-as por temas.

As eleições de Évora e os seus resultados, a defesa da Reforma Agrária, a influência das multinacionais e como combater a sua política nefasta, o futuro do novo Governo, a estabilidade dos órgãos de soberania — foram algumas das muitas questões à volta das quais foram apresentadas perguntas.

O Secretário-Geral do Partido, respondendo a cada uma delas contribuiu para um melhor esclarecimento das posições do PCP.

No desenvolvimento de uma das questões, Álvaro Cunhal anunciou a entrega na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar Comunista, de um projecto visando a revogação de alguns artigos da Lei Barreto. Efusivamente aplaudido, lembrou ainda que se o PS quiser defender a Reforma Agrária, tem agora uma boa ocasião.

UJC: Campanha de Fundos aproxima-se dos mil contos!

A Campanha Nacional de Fundos promovida pela UJC continua a registar grandes avanços em todo o País. Realizado o quarto controlo quinzenal, a Campanha atinge já um total de 951 769\$00, o que significa 64 por cento da meta.

Analisando os resultados por regiões, verifica-se que foram entregues até agora: Norte — 150 000\$00 (100%); Beiras — 57 852\$50 (72%); Oeste e Ribatejo — 103 841\$00 (87%); Lisboa — 262 303\$50 (66%); Setúbal — 171 331\$30 (57%); Alentejo — 90 419\$00 (60%); Algarve — 25 019\$20 (100%) e Ilhas — 5 500\$00 (110%).

São já três as organizações regionais da UJC que alcançaram as metas estabelecidas!

«Estamos confiantes»

Com o objectivo de recolher algumas impressões sobre o andamento da Campanha dos 1500 contos, para a qual tem sido fundamental o espírito de iniciativa e a determinação dos militantes da UJC e o crescente prestígio da organização entre as massas juvenis, o «Avante!» ouviu alguns dos camaradas da Comissão Nacional da Campanha:

● **Alentejo**
Camarada Gama — A Campanha tem decorrido num bom ritmo, apesar das graves dificuldades que a juventude sente na nossa região. Além do aumento do

custo de vida, são os problemas levantados pela ofensiva contra a Reforma Agrária. É o futuro ameaçado para muitos jovens trabalhadores rurais. No entanto, pensamos que está ao nosso alcance desenvolver ainda mais os esforços de todos os militantes e simpatizantes da UJC no Alentejo e terminar a Campanha no mês de Dezembro.

● **Setúbal**
Camarada Amorim — Apesar de existirem Campanhas de Fundos das organizações concelhias do PCP, a Campanha da UJC está também a ser recebida com grande entusiasmo. Estamos confiantes, pois temos vindo a preparar um conjunto de grandes iniciativas que nos permitirão alcançar rapidamente a meta regional.

● **Beiras**
Camarada Evaristo — O desenvolvimento da Campanha tem correspondido às capacidades reais da UJC. Nas Beiras houve, de início, certas dificuldades que, entretanto, já foram ultrapassadas. Na próxima quinzena alcançaremos a nossa meta regional.

● **Oeste e Ribatejo**
Camarada Calvete — É preciso

não esquecer que a UJC não realiza apenas a Campanha de Fundos. Há outras frentes de acção não menos importantes, como por exemplo a preparação dos Festivais da Canção Juvenil. É neste quadro bastante vasto da nossa actividade que se insere a Campanha. A meta nacional será alcançada brevemente.

● **Iniciativas**
Integradas na Campanha, realizam-se amanhã as seguintes iniciativas da UJC: Canto Livre em Aljustrel, Festival da Canção Juvenil em S. João da Madeira (auditório da Câmara Municipal) com a participação da Brigada Victor Jara, baile em Argave (Adega do Zé da Parra), corrida velocipédica em Torres Novas e Festival da Canção Juvenil no salão da Incrivel Almadaense, Almada.

No próximo fim-de-semana terá lugar na Marinha Grande (Pavilhão do Repolho) uma Grande Festa da Juventude. No sábado, a festa começa com um baile (21 e 30). No domingo, a abertura é às 16 horas. Os dois bailaricos da festa serão animados por conjuntos.

Estão marcados para breve diversos Festivais da Canção Juvenil. Aqui ficam alguns: Aveiro (9 de Dezembro), na Escola Industrial e Comercial; Moita/Montijo/Alcochete (dia 8), no salão do Capricho Moitense; Seixal (8) e Benavente (9).

Reunião de jovens

Levando à prática uma das importantes orientações traçadas pela última reunião da Comissão Central da UJC, a organização de Lisboa promoveu recentemente uma reunião de quadros em que estiveram presentes jovens comunistas da Icosal, SIAF, FMBP, Carlar, Lois, Mague, Cindial, Sousa Braga, Volvo, JFS, Carris, CTM, Joca, Meika, Metalúrgica Luso-Italiana, Luxex e Rodoviária Nacional.

A situação social da juventude e as suas reivindicações, o novo Governo (que promete seguir a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista), a luta em defesa dos direitos da juventude e a sua participação nos órgãos representativos dos trabalhadores, a necessidade urgente de promover a sindicalização de todos os jovens e ainda a sua organização unitária, forma algumas das questões abordadas e discutidas no decorrer da reunião. Particularmente analisados e debatidos foram também os problemas que se relacionam com a formação profissional dos jovens, com a situação dos aprendizes, com os direitos dos trabalhadores-estudantes, com a contratação colectiva, promoções profissionais, contratos a prazo, desemprego e ocupação dos tempos livres.

Avança a preparação do Encontro do PCP sobre o desporto

Termina no próximo dia 15 de Dezembro a primeira fase preparatória do Encontro Nacional das Organizações do Partido sobre Cultura Física e Desporto, que se realizará em Março em Lisboa. Por agora, os trabalhos preparatórios têm como objectivo central desenvolver a participação dos grandes sectores de organização do Partido, orientando o debate por temas e assuntos que estão ligados à sua experiência e campo de acção. Esta fase inicial está a proporcionar um levantamento geral da situação, ao mesmo tempo que tem motivado o debate de assuntos e problemas, apontando soluções e relatando experiências concretas das organizações.

Após a primeira fase — que em certos sectores está a decorrer com grande animação e entusiasmo, sendo de salientar a importância da colaboração de muitas pessoas não comunistas ligadas por diferentes motivos à actividade desportiva — os trabalhos preparatórios do

Encontro continuarão com outras orientações e tarefas específicas, devendo os camaradas manter as estruturas e grupos de trabalho.

Entretanto, continuam a ser divulgados e discutidos os documentos-base distribuídos às organizações na primeira reunião da Comissão Organizadora Nacional. Estes textos, que se dividem por temas como o desporto e a infância, os trabalhadores, o ensino, o associativismo, as autarquias, a saúde, a mulher e a juventude, têm dinamizado o debate em várias reuniões e encontros (da organização e com pessoas de diferentes tendências democráticas), ao mesmo tempo que têm incentivado a elaboração de outros textos cuja importância será decisiva para a realização do Documento Global (início da segunda fase preparatória do Encontro) e para o pleno êxito da iniciativa.

Enquanto muitas comissões de dinamização avançam com o trabalho, como em Santarém,

Porto e Coimbra, surgem outras a nível regional e local, integrando camaradas e outros democratas de vários quadrantes.

A DORL, por exemplo, já tem há algum tempo uma comissão de dinamização que reuniu diversas vezes. Brevemente, será constituída uma comissão a nível do Comité Local de Lisboa. Vários organismos da DORL já têm também as suas comissões. É o caso do Sector Intelectual e do Sector Público. O primeiro divulgará nos próximos dias vários documentos, designadamente sobre «Ideologia» e «Educação Física e preparação profissional de bailarinos e actores». As células do Partido na DGD, LNEC, INE, CML e Telecomunicações também divulgarão brevemente vários documentos integrados na dinamização da actividade preparatória do Encontro.

Alguns organismos do Partido têm nos seus planos a realização de torneios. Tal é o caso do Comité Local de Lisboa, que organizará um torneio de xadrez aberto

a todos os interessados. Ainda no âmbito dos trabalhos preparatórios do Encontro, decorrerão nos próximos dias sessões com a projecção de filmes sobre cultura física e desporto na Sorefame, Mague e OGMA. O mesmo género de iniciativa terá lugar brevemente no CT de Alfama, promovida pela Comissão Dinamizadora do Sector Público. Entretanto, estão marcadas para o próximo dia 1 de Dezembro reuniões das Comissões Regionais de Évora e Faro com a Comissão Executiva do Encontro. A primeira começa às 10 horas e a segunda às 17. As duas reuniões terão lugar nos Centros de Trabalho daquelas cidades.

Entre outras iniciativas centrais, está programado um concurso nacional de fotografia desportiva, cujo regulamento será divulgado em breve, e um concurso de desenho infantil subordinado ao tema «O Desporto visto pela criança». Nos próximos dias, será distribuído em todo o país um folheto para divulgação do Encontro.

Reunião de Quadros em Alverca reforça a organização do Partido

Uma centena de camaradas participaram no Encontro de Quadros da Organização de Alverca do PCP, ocorrido no último sábado. Entre eles contavam-se membros da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira e também os camaradas Abílio Martins, da DORL e suplente do CC, e Hipólito Santos, do Comité Central.

Dirigido pela Comissão de Freguesia de Alverca, o Encontro funcionou em dois grupos de trabalho, o primeiro dos quais foi integrado pelos membros de secretariados de células de empresa, tendo discutido especialmente as

questões ligadas à organização do Partido nas empresas, o funcionamento dos secretariados e as soluções para eliminar dificuldades e deficiências que se têm revelado no trabalho.

O segundo grupo reuniu os camaradas destacados em frentes de trabalho do movimento popular, nomeadamente autarquias, comissões de moradores, cooperativas, mulheres. Foram ainda abordadas neste campo questões relacionadas com a organização do Partido nos comités locais que se encontram distribuídos por

várias zonas ou bairros da freguesia.

Toda a discussão efectuada foi caracterizada por uma grande abertura e espírito crítico e autocrítico e pela determinação de avançar e reforçar a organização, de vencer dificuldades e incompreensões.

As 150 intervenções efectuadas, todas de improviso, manifestaram de forma viva a vontade de reforçar a organização, aumentar a capacidade de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores, e foram uma afirmação inequívoca da realidade do

PCP, grande Partido profundamente ligado aos anseios e interesses dos trabalhadores e da população de Alverca.

Realizado na Casa do Povo, o Encontro teve início às 9 e 30 e veio a terminar às 19 horas, depois de divulgadas as suas conclusões e analisada a situação política, na base dos resultados da última reunião do Comité Central.

No final foi aprovada uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da zona da Reforma Agrária e contra as arbitrariedades do MAP, pela revogação da Lei Barreto.



Agenda

DIA 1, Sexta-feira
Lisboa, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, às 9 e 30, reunião de Quadros da ORL do PCP para as Comissões de Trabalhadores.

Dia 2, Sábado
Zambujal, às 21 e 30, na Sede dos Bombeiros, sessão de esclarecimento sobre a actual situação política com o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado do Comité Central.

Festa de Pioneiros

No próximo Domingo há festa de Pioneiros, no Cinema D. João V, na Damala. Promovida e organizada pelos Pioneiros da Amadora, Damala e Brandão e contando com a presença de Pioneiros vindos de outros pontos do distrito de Lisboa, e ainda com a colaboração da Comissão de Moradores da Damala de Baixo, a Festa vai começar às 9.30 da manhã, com canções, palhaças, teatro, ilusionismo, e ainda o Rancho Folclórico dos Pioneiros de Vila Franca de Xira.

Reestruturação do Ensino Superior em Encontro promovido pela UEC no próximo fim-de-semana em Coimbra

A União dos Estudantes Comunistas (UEC) leva a efeito no próximo fim-de-semana, em Coimbra, um Encontro Nacional sobre a reestruturação do Ensino Superior. As sessões plenárias decorrerão no Teatro Gil Vicente e o trabalho das sessões na Faculdade de Letras.

Conforme nos referiram os camaradas Pina Moura, do Secretariado da Comissão Central da UEC e membro do CC do PCP, e Inês de Castro da Comissão Organizadora do Encontro, esta importante iniciativa dos estudantes comunistas, que decorrerá sob o lema «A Universidade que queremos», tem como objectivos centrais aprofundar o estudo da situação existente no Ensino Superior, nomeadamente quanto à sua estrutura e finalidades, bem como dos projectos ministeriais orientados para a sua reestruturação autocrática; definir as linhas gerais para uma reestruturação democrática e coerente, que sirva o interesse dos estudantes e do país; avançar propostas sectoriais para este

trabalho; e dinamizar, precisar e definir com rigor o papel do Movimento Associativo e dos órgãos de gestão democrática do Ensino Superior, contra as reestruturações autocráticas impostas à margem da opinião da Universidade.

O trabalho preparatório

A actividade preparatória do Encontro — disse-nos o camarada Inês de Castro — começou a partir de 15 de Setembro passado, reunindo desde logo a experiência e a força de vontade de muitos camaradas e amigos. Com o desenvolvimento do trabalho, surgiram 18 grupos que analisaram os seguintes temas: Saúde, Agro-pecuária, Engenharia, Arquitectura, Magistério, Gestão Democrática, Ensino Artístico, Universidade Nova, Serviços Sociais, Letras, Ciências, Educação Física, Trabalhadores-Estudantes, Economia e Gestão, Direito e Administração Pública, Regionalização do Ensino Superior, Cursos Complementares do Ensino Secundário e Acesso à Universidade.

Cada um destes grupos de trabalho elaborou um documento resultante do debate preparatório. O documento base do Encontro sintetiza as grandes questões daqueles textos sectoriais.

Tal como nos salientou o camarada Pina Moura, a preparação do Encontro motivou a realização de 10 colloquios, em Lisboa, Porto e Coimbra, de dezenas de reuniões das organizações da UEC, encontros com estudantes e professores não comunistas, cuja participação foi muito importante, além de outras iniciativas. A elaboração dos documentos sectoriais mobilizou mais de 200 camaradas. Não queria também deixar de sublinhar o trabalho de divulgação e propagação do Encontro, no qual se empenharam também muitos militantes e simpatizantes da UEC.

Estarão presentes no Encontro 500 delegados oriundos da Universidade de Lisboa (140), da Universidade do Porto (95), da Universidade de Coimbra (65), de todas as escolas do Ensino Secundário (100), do Ensino Médio (40), além dos 80 elementos que constituem a Comissão Central da UEC.

Participarão também no Encontro cerca de 700 convidados de todo o País, tendo sido enviados convites especiais aos Conselhos Directivos dos estabelecimentos do Ensino Superior, aos reitores das Universidades, a todas as Associações de Estudantes do Superior e Médio, a diversas organizações democráticas com representação estudantil, designadamente à Juventude Socialista,

e a personalidades dos meios culturais e científicos.

Na mesa do Encontro estarão igualmente presentes uma delegação do Comité Central do Partido e outra da UJC. Qualquer convidado pode participar e usar da palavra nas sessões e nos plenários do Encontro.

«A Universidade que temos»

Com a realização deste Encontro, na linha do 1.º Congresso da UEC e do Encontro das Organizações do PCP sobre os problemas da Educação e do Ensino, a União dos Estudantes Comunistas avança propostas que visam colocar a Universidade no caminho da democracia e do progresso social. Simultaneamente, denuncia as pseudo-reestruturações do MEC em curso, que em nome da urgência de novas soluções e de uma reestruturação universitária, impõe «soluções» que accentuam a crise que se diz querer combater. Com a realização deste Encontro, a UEC pretende tomar mais claro que a efectiva reestruturação democrática da Universidade não se faz à revelia da vontade do regime democrático e constitucional, cuja defesa e consolidação se encontra ligada à possibilidade de transformar a Universidade,

colocando-a à medida das aspirações dos que a frequentam e das necessidades do povo do País — sublinha o texto que introduz o documento-base do Encontro. Mais adiante, são desenvolvidos quatro temas centrais: A Universidade que temos, A Universidade que queremos, A democratização da Universidade e O Papel do Movimento Associativo na luta por uma reestruturação democrática. No primeiro ponto, o documento refere que a Universidade que temos «é uma Universidade de classe, fechada à força transformadora dos trabalhadores e apresentando traços de um profundo elitismo» (a percentagem de estudantes de origem operária e camponesa — 4,2 por cento — que existia na Universidade portuguesa em 1963/1964 não se alterou significativamente).

«A Universidade que queremos»

Neste capítulo, o documento da UEC propõe como direcções principais de uma nova política de reestruturação do Ensino Superior: a adequação da Universidade às necessidades de uma nova política de desenvolvimento económico e social do País; a democratização da Universidade; e a melhoria da qualidade pedagógica e científica do ensino ministrado.

Assim, a reestruturação da Universidade deverá assegurar, entre outros, os seguintes objectivos: diversificação dos níveis e graus de formação do Ensino Superior; criação de escolas e cursos em áreas actualmente não cobertas ou insatisfatoriamente cobertas pelo sistema universitário; diversificação dos perfis e saídas profissionais nos cursos actualmente existentes ou a criar; revisão dos «currículos» de diferentes cursos, tendo em conta uma maior profissionalização; e definição de uma política de expansão do aparelho de Ensino Superior com vista à satisfação das necessidades em quadros requeridos pelo desenvolvimento económico e social.

O Movimento Associativo

A reestruturação do Ensino Superior é o problema central que se coloca, no presente momento, ao Movimento Associativo. Em torno desta questão continuará a desenvolver-se uma luta intensa entre tentativas governamentais de impor projectos desadequados e os estudantes, professores e as escolas que, pelo seu lado, se lhe opõem, reivindicando de voz activa a definição dos planos de reestruturação e procurando elaborar propostas e alternativas concretas que sirvam não só os seus

interesses específicos, como também os do Povo e do País. Nesta luta é decisivo o papel do Movimento Associativo, que tem de unir, organizar, mobilizar, e trazer à acção todos os estudantes que são ou serão atingidos pela reestruturação anti-democrática. Isto impõe a mais ampla unidade estudantil, independentemente de opções políticas ou ideológicas. Unidade que terá de reforçar-se na luta pela revogação do decreto de Cardeira sobre as Faculdades de Letras, contra a aplicação do «numerus clausus» no ramo educacional das Faculdades de Ciências, contra a institucionalização do Ano Propedéutico, televisivo,

● Horário do Encontro

Sábado — 1.ª sessão, das 9 e 30 às 13 horas, no Teatro Gil Vicente. Nesta sessão de abertura serão apresentadas, em plenário, várias intervenções sobre os temas centrais do Encontro, devendo também usar da palavra uma camarada da direcção do Partido, e outro do nosso Grupo Parlamentar. Na altura serão ainda dirigidas as saudações da UJC e do organismo dos professores comunistas. 2.ª sessão, das 15 às 20 horas, na Faculdade de Letras — debate nas 12 sessões do Encontro.

degradado e selectivo; pela defesa do ensino unificado, principalmente pela dignificação efectiva funcionamento do 10.º ano unificado; pela abertura dum debate nacional, envolvendo, nomeadamente, Governo, Rectorias, Órgãos de Gestão e Associações de Estudantes, sobre a reestruturação da Universidade; pela criação do Conselho Nacional do Ensino Superior, com a participação de estruturas estudantis representativas; e pela suspensão de qualquer plano de reestruturação que não tenha em conta estes objectivos.

● Sessões de debate

Nas sessões de debate do Encontro Nacional da UEC sobre a reestruturação do Ensino Superior, que funcionarão na Faculdade de Letras de Coimbra, será feita discussão e análise de alguns dos seguintes temas: *Economias, Ciências, Engenharia, Saúde, Letras, Direito e Administração Pública, Magistério, Adequação da Universidade às necessidades económicas e sociais do País, Democratização da Universidade, Melhorias da qualidade do Ensino e Redefinição Institucional da Universidade.*

A maior manifestação de sempre no distrito de Portalegre: trabalhadores decididos a resistir!

Durante as últimas semanas o Alentejo e, em particular, o nosso distrito, têm sido o palco preferido de manobras repressivas e desestabilizadoras — sublinhou Moisés Calado falando em nome do Secretariado distrital das UCP's e Cooperativas de Portalegre, durante a concentração aí realizada no passado sábado, culminando a grandiosa manifestação, a maior de sempre, que percorreu as ruas daquela cidade do alto Alentejo.

Muitos milhares de trabalhadores, notando-se a presença marcada de mulheres, desfilaram pelo caminho que conduzia ao local da manifestação. Dezenas de tratores com reboques transportavam manifestantes que, de todo o distrito, vieram a Portalegre manifestar o seu repúdio pela violência que o MAP tem promovido contra os obreiros da Reforma Agrária.

Agricultura e Pescas. O dirigente do sindicato, Ramos, foi o primeiro a tomar a palavra, pondo ao executivo governamental perguntas embaraçosas: Quem deixa as terras ao abandono? Quem leva os gados para as searas? Quem leva a anarquia e a falência às fábricas e campos? Por sua vez Manuel Lopes, membro do Secretariado da CGTP — Intersindical Nacional, recordou: Não posso deixar aqui referir que as tentativas reaccionárias e repressivas de hoje, há muito os trabalhadores desta cidade e desta região as conhecem, pois nenhum trabalhador dos lamífilos desta cidade esqueceu as reuniões feitas em plena rua no Bairro do Atalalão em 1969, nem as reuniões que tentaram ser

impedidas de se realizar, como aquela feita em 1970 nos Bombeiros Voluntários desta cidade, cercados por polícias e pides.

Hoje como ontem muitos são os que passam a vida a atacar os trabalhadores, a caluniar o seu movimento sindical a tentarem destruir as suas Comissões Sindicais e as suas Comissões de Trabalhadores, e tudo o que têm feito para nos tentarem desmobilizar das lutas pelos nossos direitos e interesses, tentando impedir-nos de demonstrar a nossa força e a nossa razão.

Em nome da Cintura Industrial de Lisboa e da Cintura Industrial de Setúbal falou um trabalhador da Sorefame, Nobre, membro da Comissão de Trabalhadores daquela empresa: Sem nenhuma saudades do defunto Governo Nobre da Costa — disse —, bem podemos entretanto afirmar que, face à composição do actual executivo, e até pelas declarações do primeiro-ministro, foi pior a emenda que o soneto. Com profundas

preocupações e bem poucas esperanças em relação à modificação da política desastrosa seguida pelos últimos governos, os trabalhadores vão assistir à retoma da ofensiva contra os seus direitos e as suas conquistas. Mas tal como foi afirmado na grande manifestação do dia 11 de Novembro, a hora não é de desânimo nem de desespero. Moisés Calado, que viria a encerrar as intervenções, a culminar a grandiosa manifestação de Portalegre, reportando-se às diversas fases que tem assumido a ofensiva contra a Reforma Agrária, declarou:

Temos de estar alertados para as outras fases da ofensiva. Dezenas e dezenas de Cooperativas têm o crédito cortado; o MAP não transfere o crédito de emergência para crédito a médio prazo como desde há muito vem sendo prometido, nem abre linhas de crédito a médio e longo prazo para os novos investimentos que fazemos; o Estado não paga às Cooperativas as dívidas que

tem para com elas, nomeadamente as da cortiça, de subsídio de motomecanização; não é dado qualquer apoio técnico; são fornecidas sementes de má qualidade e em tempo inoportuno.

Atravessamos um período difícil da nossa luta — sublinhou ainda Moisés Calado — mas ela também foi difícil quando quisemos alcançar a jornada de 8 horas de trabalho.

Agora como então não vamos baixar os braços, mesmo que a ofensiva continue ou a reacção coloque mais bombas em Portalegre, como ontem aconteceu. Não ficamos em casa com as manobras com que pretendem intimidar-nos. Tais manobras viram-se sempre contra quem as pratica. E o nosso povo sabe bem de onde parte a violência e quais são as forças que nela estão interessadas.

Continuaremos a gritar bem alto que a razão está do nosso lado, que, com a unidade e a solidariedade entre todos os trabalhadores e democratas, alcançaremos os nossos objectivos.



As ruas de Portalegre foram estreitas para o desfile. Cerca de vinte mil trabalhadores, na maior manifestação de sempre verificada na capital do Alto Alentejo, foram uma presença combativa, afirmando que a direita vai ter dificuldades em impor uma política lesiva dos interesses da maioria dos portugueses.



As mulheres foram uma presença determinante na manifestação de Portalegre. Trabalhadores da Reforma Agrária ou simplesmente democratas que unem as suas vozes às vozes das suas companheiras que defendem a mais preciosa das conquistas de Abril, elas estiveram na concentração manifestando determinação, firmeza e esclarecimento.

Trabalhadores de Torres Novas manifestam-se contra quem tenta destruir Abril

Convocada pela União dos Sindicatos do Distrito de Santarém e pela União local de Torres Novas, apoiada pelo movimento sindical, a manifestação de sábado passado reuniu alguns milhares de pessoas que desfilaram na vila, protestando contra os ataques à Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida, contra a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Os manifestantes vieram depois a concentrar-se junto da União dos Sindicatos, onde dirigentes sindicais intervieram, falando da situação que vivem os respectivos sectores. Registaram-se intervenções de sindicalistas da Delegação de Têxteis de Santarém, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito e do Sindicato dos Metalúrgicos. Finalmente, tomou a palavra José Augusto Paixão, membro da direcção do Sindicato do Comércio e Serviços de Santarém e da União dos

Sindicatos de Torres Novas, que saudou os trabalhadores e os democratas presentes e também os trabalhadores alentejanos e todos os que estão empenhados na defesa das conquistas de Abril.

A situação social e política actual, caracterizada pela tentativa feroz de recuperação capitalista, foi abordada por aquele dirigente sindical, denunciando todos os que querem destruir as conquistas de Abril e boicotar

o avanço económico. A sua intervenção, no entanto, exprimiu por fim a confiança no futuro e a certeza de que os trabalhadores saberão fazer face às arremetidas da direita e do fascismo.

Moções e saudações foram muito aplaudidas pelos manifestantes durante a concentração, destacando-se a que foi enviada pela Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária.

No próximo fim-de-semana em Évora: 3.ª Conferência da Reforma Agrária!

Na defesa da Reforma Agrária, na defesa das conquistas de Abril, os trabalhadores das UCP's e Cooperativas Agrícolas preparam por todo o Alentejo e Ribatejo, a 3.ª Conferência da Reforma Agrária que se realiza o próximo fim-de-semana em Évora. Uma preparação colectiva, através de reuniões e plenários chamando à discussão os trabalhadores rurais do sector privado, os técnicos e pequenos e médios agricultores. Uma preparação que tem de ser exemplo do método de trabalho democrático e que constitui em si mesma uma fonte de mobilização e organização.

Quando vai funcionar a 3.ª Conferência?

Será já no próximo fim-de-semana, nos dias 2 e 3 de Dezembro que se realiza a 3.ª Conferência da Reforma Agrária. Num momento em que uma nova e grande ofensiva das forças reaccionárias está em marcha, num momento em que a direita une forças para a destruição da Reforma Agrária e das conquistas de Abril. Mas também num

momento de pujança e crescimento do movimento popular de massas, de reforço da unidade dos trabalhadores, num momento em que novas vontades, novas forças, inclusive de pequenos e médios sectores da população, despertam para a luta contra a vida difícil que governos da direita impõem a todo o povo.

Quem participa na 3.ª Conferência?

Participam 3 000 delegados, mais de 600 convidados, órgãos de Comunicação Social nacionais

e de outros países e 20 delegações de organizações convidadas de diversos países capitalistas e socialistas.

Quem são os delegados?

Os delegados são os trabalhadores eleitos por todas as UCP's e Cooperativas em plenários e reuniões. São igualmente delegados: — os membros das organizações promotoras da Conferência: Sindicatos Agrícolas, Secretariados e Unões Distritais e membros da Comissão Organizadora; — os delegados sindicais dos Sindicatos Agrícolas na proporção de um por concelho;

— técnicos eleitos em reuniões promovidas pelos Secretariados Distritais e Unões em cada distrito: 10 técnicos para os distritos de Beja e Évora e 6 por cada um dos outros distritos. Outros técnicos que trabalham nas UCP's e Cooperativas, nos Secretariados Distritais e Concelhos, nas Unões e nos Sindicatos Agrícolas são considerados convidados especiais, tendo, portanto, o direito de intervir.

Como vai funcionar a 3.ª Conferência?

Sábado, dia 2, às 9.30 horas, a Conferência iniciará-se com um Plenário de abertura no qual será apresentado o Balanço dos Resultados da Reforma Agrária no campo económico e financeiro e no campo agrícola com base nos inquéritos recolhidos nas UCP's e Cooperativas Agrícolas. Será também apresentado o Balanço da Ofensiva e Linhas de Defesa da Reforma Agrária, com base nos inquéritos e nas reuniões e plenários realizados no âmbito da preparação da Conferência, o qual se discutirá em todas as Secções de Trabalho como Tema I.

Depois do plenário de abertura, os trabalhos funcionarão em quatro Secções, onde serão discutidos e tiradas conclusões dos seguintes temas:

- 1.ª Secção: Tema II — Orientação para uma nova política de produção (apoio técnico e equipamento) — Comercialização e política de preços.
- 2.ª Secção: Tema III — Questões de política financeira e crédito agrícola.

Tema IV — Aliança com os pequenos e médios agricultores e solidariedade com a Reforma Agrária.

3.ª Secção: Tema V — Organização, gestão e quadros.

4.ª Secção: Tema VI — Questões Sindicais:

- a) Organização Sindical
- b) Salários e Contratação Colectiva.

O que vai haver ainda?

No recinto da 3.ª Conferência haverá um Pavilhão Político com exposição de fotografias, produtos da Reforma Agrária e de máquinas oferecidas à Reforma Agrária, etc.

No Monte Alentejano funcionarão serviços de apoio a delegados, convidados

e órgãos da Comunicação Social. No recinto funcionarão um restaurante-bar. Na noite de sábado, no Teatro Garcia de Resende, pelas 21 horas, realizar-se-á um espectáculo com projecção de um filme sobre a Reforma Agrária e cantares e coros alentejanos.

Todos ao Plenário de Encerramento!

O encerramento dos trabalhos da 3.ª Conferência da Reforma Agrária sucederá no domingo pelas 15 horas e será aberto a toda a população. Além das intervenções, serão apresentadas as conclusões da 3.ª Conferência. Participar no plenário de encerramento da 3.ª Conferência da Reforma Agrária é para os trabalhadores, para a população, para os sectores democratas, uma forma mais de dizer a unidade na defesa das UCP's e Cooperativas Agrícolas, de dizer a determinação das massas populares no desenvolvimento da Reforma Agrária, na batalha pelas conquistas de Abril.



Mais de dois mil rendeiros do Norte exigem o fim dos arrestos e despejos

A revogação dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da lei dos senhores ricos, a suspensão de todos os despejos decretados ao abrigo desse diploma; o termo dos arrestos e da parceria agrícola, a entrada em funções dos juizes sociais, a concessão de crédito aos rendeiros e a audição do MARN e dos rendeiros em tudo o que ao arrendamento rural diz respeito, foram as principais exigências aprovadas no maior encontro de sempre de rendeiros do Norte.

Mais de dois milhares de camponeses sem terra dirigiram-se no domingo, de todos os cinco distritos do Norte para a Faculdade de Economia do Porto, a fim de participarem nas comemorações do terceiro aniversário do MARN, assinalada por várias iniciativas que culminaram no Encontro de Rendeiros desta região. Para aquela ocasião, convergiram desde manhã cedo inúmeros rendeiros, acompanhados por familiares, enchendo literalmente a Igreja de Paranhos, onde foi celebrada missa.

Durante várias horas, os camponeses sem terra confraternizaram, assistiram à actuação de um rancho folclórico e discutiram os seus problemas fundamentais. Com o salão nobre da FEP totalmente cheio, iniciou-

-se, cerca das 14,30 horas, o Encontro durante o qual dirigentes do MARN e muitos rendeiros divulgaram as suas reivindicações e exprimiram o seu repúdio face à violência dos senhores ricos e às nefastas consequências para os camponeses sem terra e para a própria economia nacional resultantes da aplicação da lei do PPD.

"Deixem-nos trabalhar e produzir em paz", era o grito unânime da multidão de rendeiros, transmitido em numerosas intervenções. Alto e bom som, eram denunciadas a vaga de violência dos proprietários, absentistas contra os rendeiros e suas famílias, as sentenças judiciais proferidas ao abrigo dos três artigos da lei, os arrestos ultimamente decididos que, além do seu cunho intimidatório, têm contado com a connivência de alguns magistrados, ignorando os depósitos feitos para a libertação da renda, os atrasos na fixação judicial do valor da renda e a sistemática violação do disposto no Decreto-Lei 201/75 pelos senhores ricos.

Como sucede frequentemente com outros diplomas, as autoridades e os órgãos do poder usam e abusam da chamada "lei

do funil". No caso do Decreto-Lei 76/77 não estão a ser criadas condições para a efectiva abolição da parceria agrícola, nem são tomadas medidas efectivas para obrigar os senhores a cumprir o estipulado no diploma, que limita a parceria à divisão dos três principais produtos e proíbe taxativamente o regime das "terças". Por outro lado, continua por fazer o regulamento das

Comissões concelhias de arrendamento, apesar das múltiplas diligências feitas pelo MARN e por rendeiros: assim como ainda não entraram em funções os juizes sociais designados pelos rendeiros do Norte.

Além da declaração do Encontro, mais de dois mil rendeiros aprovaram unanimemente várias moções,

solidarizando-se com os trabalhadores da Reforma Agrária, reclamando a realização de debates sobre o arrendamento rural e a projecção do filme "O Rendeiro", na RTP, exigindo o não pagamento de renda relativa aos vinhos dos produtores directos e facilidades técnicas e económicas para todos os que desejem reconverter as suas vinhas de produtores directos.



Coop. «Unidade do Couço» realizou o seu 2.º Plenário

Levar ao conhecimento da população da freguesia do Couço os problemas e o trabalho realizado pelos trabalhadores das cooperativas agrícolas, informar todos os trabalhadores do balanço geral das actividades e dos resultados obtidos globalmente em todos os sectores da produção, eis os objectivos fundamentais do 2.º Plenário da Cooperativa Agrícola "Unidade" do Couço, que engloba 19 Cooperativas, realizado no passado domingo, no Cine-Teatro desta vila.

Como notas determinantes deste encontro, que reuniu cerca de 600 pessoas, salientam-se a corajosa análise das deficiências e erros cometidos, as correcções no planeamento do trabalho futuro, a determinação na luta contra a ofensiva que visa a destruição da Reforma Agrária, a participação intensa dos presentes e o apoio caloroso da população aos trabalhadores das UCP's e Cooperativas Agrícolas.

Presente como convidada, Margarida Tengarrinha, membro do CC do PCP que tomou lugar na Mesa dos Trabalhos com os seguintes trabalhadores: Rosa Viseu, Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa Unidade do Couço, membros da

Direcção recentemente eleita, representantes das Cooperativas da freguesia do Couço, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Santarém, um representante da Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária, o Presidente da Câmara Municipal de Coucho, o Presidente da Assembleia Municipal, técnicos das Cooperativas e outros técnicos agrícolas que têm dado apoio à Reforma Agrária no concelho de Coucho.

Integrando-se, igualmente, no âmbito da preparação da 3.ª Conferência da Reforma Agrária, o 2.º Plenário da Cooperativa Unidade do Couço constituiu uma prova da consciencialização dos

trabalhadores perante os perigos que a Reforma Agrária enfrenta, e simultaneamente um desejo feito acção na necessidade de reforço da unidade — reforço do qual a Cooperativa "Unidade" é já um fruto —, e de confiança na força dos trabalhadores para defenderem as unidades colectivas e cooperativas.

Na intervenção final, Margarida Tengarrinha saudou a formação da Cooperativa "Unidade" do Couço, considerando — a sua constituição, um passo em frente, na organização, na unidade dos trabalhadores e na solução dos problemas do momento actual. Desejando grande êxito no trabalho da Cooperativa "Unidade", Margarida Tengarrinha analisou os difíceis tarefas desta União de Cooperativas, as quais os trabalhadores levarão a bom termo, confiantes não só nas suas próprias capacidades como ainda no apoio e na solidariedade cada vez mais amplas à defesa da Reforma Agrária.



O povo de Évora votou a defesa da Reforma Agrária

— entrevista com Custódio Gingão

Dada a situação de Évora, em pleno coração da zona da Reforma Agrária, os resultados obtidos nas eleições para a Câmara Municipal de Évora, com um significativo avanço da APU, são um símbolo da vontade da população na defesa da Reforma Agrária.

Custódio Gingão, deputado do PCP pelo círculo de Évora, analisando na perspectiva da defesa da Reforma Agrária os resultados das eleições de Évora, disse-nos:

— Mais uma vez se provou que os esquerdistas são aliados da direita. Pode parecer uma frase pesada mas se avallarmos os factos verificamos que temos razão.

Antes da realização das eleições para a Câmara Municipal de Évora vinhamos dizendo já que os esquerdistas, com a sua política de não alternativa para os problemas reais, com a sua política de provocação, vlam a sua influência decrescer no Alentejo. Com a realização das eleições confirmaram-se as nossas palavras. O esquadismo desceu de 980 votos para cerca de metade. Mas tal como em 1976, fazendo o seu papel de dispersão de votos de esquerda, os esquerdistas, a UDP e os outros grupelhos, abriram o caminho à reacção, impedindo por escassos 150 votos que a APU ganhasse um quinto vereador e permitindo que o PPD/PSD elegesse um segundo vereador. Os esquerdistas fazem assim o trabalho que a direita não pode fazer:

dividir o eleitorado potencialmente de esquerda. Dividi-lo e confundir-lo é sabido que, no Alentejo, muitos trabalhadores analfabetos de determinada idade quando vêem uma foice e um martelo pensam estar na presença do PCP, partido que pelo seu passado e presente de luta aceltam cheios de confiança. Quando, dois dias antes das eleições, o "pcp-ml" desistiu, sabia que nos boletins de votos ia surgir o seu símbolo com a foice e o martelo para confundir os trabalhadores. Só quem pensa que o Alentejo é apenas a cidade de Évora e se esquece das pequenas aldeias e lugares, é que não atribui significado a esta acção de confusão dos esquerdistas.

Mas se falamos nas eleições para a Câmara Municipal de Évora não é tanto para analisar os seus resultados numéricos, o que já foi feito, mas antes o que eles simbolizam: simbolizam que os trabalhadores, a população votou a defesa da Reforma Agrária, a resistência à ofensiva, ao votar APU, ao reforçar a APU e ao demonstrar a queda real do esquadismo no Alentejo. "Avante!" — A direita e os esquerdistas basearam a sua propaganda para as eleições

para a Câmara Municipal de Évora num anticomunismo primário e esse facto não constituiu motivo de espanto. Mas esta tónica de anticomunismo foi repetida por alguns dirigentes do PS de forma chocante sem que, como é evidente, o PS tenha tirado algum resultado deste caminho que o aproxima dos esquerdistas e das forças de direita. Vêem alguma relação entre os dois reveses sofridos pelos esquerdistas e pelo PS?

Custódio Gingão — Antes de responder directamente, quero acentuar exactamente o anticomunismo primário de certas forças na campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Évora. Os que se dizem civilizados, os que se dizem cristãos colocaram panos na cidade clamando: "Os comunistas fora da Câmara já!" As pessoas saíam para o trabalho e enfrentavam, quatro anos depois da revolução de Abril, estas palavras de ódio e de violência. Que o PS tenha caracterizado a sua campanha quase no mesmo tom não poderia dar bons resultados. Que o PS enquanto esteve no Governo e tudo pôde, nada fez e agora que nada pode, tudo promete, não dá bons resultados. Os trabalhadores não têm a memória curta, não podem esquecer que foi com o PS no Governo e, sob sua autoria e responsabilidade, que foi aprovada a Lei Barreto, uma lei inconstitucional, antidemocrática,

agora aplicada a ferro e fogo no Alentejo de um modo que levanta o protesto cada vez mais generalizado por todo o país e inclusive no seio do próprio PS onde cresce o número dos que contestam a Lei Barreto.

Porque actuou contra a Reforma Agrária, porque tem tido, na generalidade, uma prática anticomunista, o PS perdeu influência em Mirandela, em Évora e perderá noutras eleições a realizar no país se não operar uma viragem radical na sua política. E nós, trabalhadores, nós, comunistas, não estamos satisfeitos com a perda de influência do PS: quando principalmente o PS desce e o PPD/PSD cresce, isto representa uma derrota das forças democráticas. É altura do PS meditar e rever a sua política para evitar que os resultados de Mirandela e de Évora se repitam por todo o país. Se não se orientar para uma política de unidade com os comunistas na resolução dos problemas nacionais, na resposta positiva ao diálogo com o PCP, se se esquecer que na Assembleia da República existe uma maioria de esquerda e que é possível votar leis no interesse dos trabalhadores e nomeadamente na defesa da Reforma Agrária, o PS terá por todo o país a resposta que teve em Évora. E isto, repito, não nos deixa contentes porque o PS tem o seu lugar na democracia portuguesa.

Ainda sobre Évora e o método de Hondt

Vários leitores se dirigiram ao «Avante!» durante os últimos dias fazendo notar o que pensaram constituir um erro nos cálculos que apresentávamos no último número com base no método de Hondt e acerca das eleições de Évora e do papel representado pelos votos perdidos na UDP.

Concretamente, os leitores faziam-nos notar que quando afirmámo que a UDP, mesmo mantendo intacta a sua votação anterior (984 votos), necessitaria que existissem 23 vereadores na Câmara de Évora para eleger um, as contas estavam erradas pois bastaria que fossem 18, elegendo a UDP, teoricamente, o 18.º. Baseavam-se os camaradas para esta afirmação no facto de que, colocando por ordem os resultados das divisões feitas pelos sete factores nos totais de votos obtidos pelos diversos partidos, os hipotéticos 984 votos da UDP surgiriam em 18.º lugar e não em 23.º — donde o erro.

Sucedo porém que as contas (para estudarmos a hipótese que nos interessava, ou seja, em que circunstâncias um número x de votos poderia eleger um vereador) não podem ser feitas nas bases das contas reais que se aplicaram uma vez que nestas apenas se fez a divisão por sete factores.

Se a Câmara de Évora tivesse 18 vereadores, todos os resultados obtidos teriam de ser divididos por 18 factores e feito então o apuramento dos 18 maiores, o que daria o seguinte resultado:

- 1.º 12 635 (1.ª operação da APU)
- 2.º 6 317 (2.ª operação da APU)
- 3.º 5 115 (1.ª operação do PPD)
- 4.º 4 211 (3.ª operação da APU)
- 5.º 4 041 (1.ª operação do PS)
- 6.º 3 159 (4.ª operação da APU)
- 7.º 2 557 (2.ª operação do PPD)
- 8.º 2 527 (5.ª operação da APU)
- 9.º 2 106 (6.ª operação da APU)
- 10.º 2 020 (2.ª operação do PS)
- 11.º 1 805 (7.ª operação da APU)
- 12.º 1 705 (3.ª operação do PPD)
- 13.º 1 579 (8.ª operação da APU)

- 14.º 1 403 (9.ª operação da APU)
- 15.º 1 347 (3.ª operação do PS)
- 16.º 1 280 (1.ª operação do CDS)
- 17.º 1 278 (4.ª operação do PPD)
- 18.º 1 263 (10.ª operação da APU)

Ou seja: mesmo assim, os tais 984 votos não chegariam para eleger ninguém, fundamentalmente porque seria necessário continuar as operações com os votos da APU.

Para vermos que possibilidades teria a UDP com aquela votação teremos que ir dividindo todos os resultados até que nenhuma operação dê mais do que os 984. Concretamente, temos, depois dos 18 anteriores:

- 19.º 1 148 (11.ª operação da APU)
- 20.º 1 052 (12.ª operação da APU)
- 21.º 1 023 (5.ª operação do PPD)
- 22.º 1 010 (4.ª operação do PS)

E só então apareceria a primeira operação da UDP (984:1=984, superior à 13.ª da APU (971), à 6.ª do PPD (852), à 5.ª do PS (808) e à 2.ª do CDS (640).

Todos estes cálculos podem parecer um pouco académicos, mas a verdade é que se torna necessário divulgar junto de todos os eleitores a forma como o seu voto pode efectivamente desempenhar um papel activo na definição dos destinos da democracia e do país. Através destas contas, claramente fica demonstrado não só o papel divisionista das forças de esquerda desempenhado pelos grupelhos como a UDP como igualmente a política de embuste e mistificação levada a cabo pelos seus dirigentes: fazendo estas contas, não hesitam em escondê-las, em anunciar a possibilidade de elegerem vereadores, de obterem resultados, o que é manifestamente impossível e acaba apenas por servir — como claramente demonstrou Évora — para beneficiar as forças da direita.

Nas urnas como na sua actividade provocatória em todos os sectores, os grupelhos esquerdistas são e serão aliados decisivos da reacção.

Mais de mil reformados participaram em Braga num importante plenário

Mais de mil reformados, provenientes de todos os pontos do distrito de Braga, concentraram-se no passado dia 22 no pavilhão insuflado do Parque Municipal de Exposições para analisarem a situação em que se encontram e exigirem reformas que reponham o seu poder de compra ao nível de 1975.

O plenário, que representou uma das mais poderosas, senão a mais poderosa demonstração de força dos reformados levada a cabo na cidade de Braga, foi organizado pelo MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) com a colaboração do sector respectivo da União dos Sindicatos de Braga.

Da sua realização nasceram, entretanto, novas fórmulas organizativas a nível distrital, ficando decidida desde logo a criação de um órgão coordenador que incluía representações de todos os concelhos e promovia a formação de comissões concelhias nos casos em que elas ainda não existiam.

Aqueles que gastaram o melhor da sua vida a trabalhar, quase sempre em difíceis condições e sob a mais brutal exploração, são hoje marginalizados por governantes apostados na recuperação capitalista e na reconstituição dos antigos monopólios, agravando o custo de vida ao ponto de tomar cada vez mais insustentável a sobrevivência digna na velhice. As pensões e as reformas, segundo se afirmou, perderam com o aumento dos preços — que sucessivos governos têm provocado — as legítimas melhorias obtidas a seguir ao 25 de Abril. Por isso o plenário exigiu que o poder de compra permitido em 75 pelas reformas e pensões, constantemente reduzido, fosse reconstituído com a urgente actualização dos respectivos montantes.

Em múltiplas intervenções, vivamente seguidas por um auditório que se comprimia no amplo pavilhão, foram postas em causa as vultosas dívidas do patronato à Previdência, denunciadas fraudes e ilegalidades em Casas do Povo do distrito e classificada de antinacional a política dos últimos governos.

A violência brutal praticada no Alentejo contra os trabalhadores da Reforma Agrária foi também veementemente condenada pelos reformados e pensionistas de Braga que dirigiram, a partir dali, um abaixo-assinado aos órgãos de poder repudiando a actuação do Ministério da Agricultura e Pescas.



Assembleia Municipal de Leiria ainda não aprovou regulamento sobre publicidade

A terceira sessão da Assembleia Municipal de Leiria voltou a ter como ponto quente a discussão do famigerado Regulamento Municipal de Publicidade, embora ainda não fosse desta vez que a comissão para a elaboração do referido regulamento conseguiu a aprovação do mesmo.

A Assembleia Municipal, onde prevalece a maioria PPD/PSD e CDS, parece ter como seu ponto de honra o levar por diante o referido Regulamento, que poderá vir a limitar grandemente a liberdade de expressão e de informação consignadas na Constituição da República, uma vez que estão previstas penalidades para quem não se limite ao seu cumprimento restrito e a propaganda política é tratada em pé de igualdade com a propaganda comercial.

Tendo como base a limpeza da cidade, o referido Regulamento pretende na prática condicionar, espartilhar e impedir ilegalmente o exercício de um direito fundamental consagrado na Constituição.

Como já se verificou noutros pontos do país, em situações semelhantes, os representantes da APU na Assembleia Municipal de Leiria e na comissão para a elaboração daquele regulamento continuam a lutar para que a aprovação do mesmo seja feita sem lesar a liberdade de expressão dos cidadãos e para que a sua aplicação não vá colidir com o direito de informar a população.

A próxima Assembleia Municipal, onde o Regulamento sobre Publicidade voltará a ser debatido, só se deverá realizar no início do próximo ano.

Câmara de Almada aprova plano e orçamento para 1979

Em sessão pública realizada no passado dia 20, a Câmara Municipal de Almada aprovou por unanimidade os Planos e Orçamentos para o ano de 1979, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

O facto de, num concelho onde a APU detém 6 dos 11 mandatos à vereação da Câmara, se ter verificado unanimidade quanto à aprovação dos documentos já referidos, é bem demonstrativo da ampla e democrática participação e discussão dos mesmos, por parte das várias forças políticas com representação naquele executivo. Esta tomada de posição é tanto mais de realçar quanto o Orçamento e Plano são documentos que traçam as linhas fundamentais, pelas quais se norteará a actuação camarária no próximo ano.



Monumento ao 25 de Abril

Por decisão da Assembleia Municipal de Oeiras, aprovada por unanimidade, vai ser construído naquele concelho um monumento dedicado ao 25 de Abril. Segundo a deliberação daquele órgão autárquico, que pretende consagrar o 25 de Abril como símbolo vivo da confiança do concelho de Oeiras na liberdade e na democracia, o monumento deverá estar pronto em 25 de Abril de 1979.

Para a concretização deste projecto, os órgãos autárquicos do concelho de Oeiras estão a desenvolver diversas iniciativas, que vão desde a recolha de fundos entre a população à procura da colaboração de empreiteiros de obras públicas e construtores civis com sede comercial ou residencial no concelho que, gratuitamente ou em condições excepcionais, cooperem com tal realização.

Câmara de Lisboa alerta a população contra provocações fascistas

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão pública na passada segunda-feira, decidiu manifestar o seu vivo repúdio pelos atentados terroristas levados a cabo por grupos fascistas no Porto, com destruições de sedes de partidos e outras organizações políticas, chamando a atenção das entidades competentes para a necessidade de se tomarem medidas que evitem a repetição de tais actos.

Na mesma moção, apresentada por Cunha Serra, do "Povo Unido", alerta-se ainda para os riscos de se reproduzirem incidentes análogos durante a manifestação fascista anunciada para amanhã, em Lisboa.

De referir, a propósito, que a proposta da APU foi votada em duas partes, a pedido dos vereadores do PPD/PSD que, afirmando a sua condenação dos actos de vandalismo praticados no Porto, manifestaram completa discordância pelo paralelo feito com a manifestação dita "nacionalista" convocada para a capital.

Segundo a vereadora D. Helena Roseta — que finalmente lá voltou a aparecer nas sessões da Câmara — nada indica ao PSD que tal manifestação vise objectivos menos democráticos que qualquer outra... Pelo contrário, D. Helena Roseta acha que todos os democratas nela devam participar, atendendo à data e não aos que pretendem instrumentalizar o dia da Restauração.

Os votos contra dos dois "socialistas-democratas" não impediram contudo a aprovação total do texto, como não impediram a aprovação de uma outra moção, apresentada por Aquilino Ribeiro Machado, presidente do município, em que se manifesta a preocupação da edilidade com a exploração tendenciosa que algumas forças antidemocráticas pretendem fazer de certas datas históricas, caras a todos os portugueses.

Nesta moção, aprovada pelos vereadores do PS e "Povo Unido", apela-se à população da cidade de Lisboa para que se não deixe instrumentalizar por campanhas de intoxicação reacçãoária, que visam o restabelecimento de uma situação semelhante ao 24 de Abril de 1974, utilizando, impudica e abusivamente, as liberdades que tão determi-

nadamente combatem. As tentativas de D. Helena Roseta para substituir "reacçãoário" por "totalitário" e introduzir no texto da moção um autêntico "calendário" repudiando o 28 de Setembro (não a manifestação frustrada da "maioria silenciosa" entenda-se), 11 de Março e 24 de Novembro, foram rejeitadas. Em todas estas tomadas de posição os eleitos do CDS decidiram abster-se dado que, no seu entender, a Câmara não se deveria pronunciar sobre tais matérias. Como se os atentados à liberdade democrática nada tenham a ver com vida dos municípios...

Precisamente quinze dias depois de terem recusado uma proposta da APU para a formação de uma comissão dinamizadora das acções de recenseamento, os vereadores da Câmara de Lisboa "acordaram" para as dificuldades das Juntas em levar a cabo tal tarefa e decidiram, por unanimidade, apelar a todos os cidadãos da cidade para que cumpram o dever dívico de colaborar com as Juntas de Freguesia, nas tarefas que a Lei lhes comete, acorrendo aos postos para o efeito criados e divulgando amplamente o significado e a importância de que este acto se reveste.

Como então disse Silva Graça (APU), foi pena que só nas vésperas do início do recenseamento (próximo dia 4) a vereação tivesse tomado consciência da importância do recenseamento e das dificuldades com que as Juntas se debatem para o realizarem.

Aprovitando a oportunidade para destilar mais um pouco do seu ódio visceral aos comunistas, a diligente D. Helena Roseta fez questão de justificar a anterior recusa do PPD dizendo "que

o PCP queria era fazer propaganda pré-eleitoral".

Esqueceu-se a vereadora que a proposta tinha sido feita em sessão não pública e se referia à formação de uma comissão onde todas as forças políticas representadas na Câmara tinham lugar. Lapsos...

Pedida a promulgação da Lei das Finanças

A Assembleia Popular do Concelho de Almada (APCA) reuniu em plenário, no passado dia 18, na Sociedade Balneária União Artística Pledense, para proceder ao balanço de actividade do seu secretariado e das organizações populares daquele concelho.

Da ampla discussão efectuada durante o plenário sobre a acção desenvolvida pela APCA, com base num documento apresentado pelo respectivo secretariado, ressalta como mais importante o fortalecimento do movimento popular do concelho de Almada através da criação de novas organizações, nomeadamente a comissão de trabalho para os transportes colectivos, comissão para o estudo dos problemas da cultura e comissão de trabalho para a alfabetização.

Da análise do trabalho efectuado salienta-se ainda a conclusão de que a manutenção e desenvolvimento das relações de cooperação entre o movimento popular e os órgãos autárquicos do concelho são condições indispensáveis para se avançar na resolução de muitos problemas locais, em benefício das populações.

As perspectivas de trabalho futuro definidas durante o encontro apontam para uma cada vez maior intervenção das estruturas do movimento popular nos diversos sectores da vida do concelho, alargando e consolidando a sua acção, dinamizando a população



As organizações populares do concelho de Almada intervêm de forma cada vez mais construtiva na resolução dos problemas locais

Almada Movimento popular reforça as suas estruturas

A Assembleia Popular do Concelho de Almada (APCA) reuniu em plenário, no passado dia 18, na Sociedade Balneária União Artística Pledense, para proceder ao balanço de actividade do seu secretariado e das organizações populares daquele concelho.

Da ampla discussão efectuada durante o plenário sobre a acção desenvolvida pela APCA, com base num documento apresentado pelo respectivo secretariado, ressalta como mais importante o fortalecimento do movimento popular do concelho de Almada através da criação de novas organizações, nomeadamente a comissão de trabalho para os transportes colectivos, comissão para o estudo dos problemas da cultura e comissão de trabalho para a alfabetização.

Da análise do trabalho efectuado salienta-se ainda a conclusão de que a manutenção e desenvolvimento das relações de cooperação entre o movimento popular e os órgãos autárquicos do concelho são condições indispensáveis para se avançar na resolução de muitos problemas locais, em benefício das populações.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

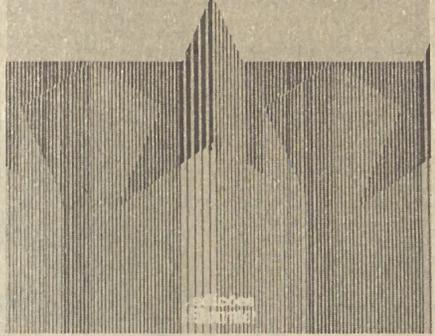
«Na história do pensamento filosófico e sociopolítico existiu um sem-número de diferentes ideias e teorias. Muitos pensadores do passado procuravam dar aos homens não só o conhecimento do mundo no seu conjunto, como também indicar-lhes o caminho da justiça social e da felicidade. «No entanto, todos estes pensadores, por muito sinceros que fossem as suas preocupações pelo bem dos homens, ficavam sempre sós, ou, no melhor dos casos, limitavam-se a exercer uma influência ideológica sobre reduzidos grupos de adeptos. Quaisquer que fossem as suas reais preocupações, a felicidade e a prosperidade humanas, a justiça, a justiça não chegava aos homens.

teoria verdadeira, que reflecte correctamente e profundamente a realidade. E uma das causas que determinam este conhecimento justo da realidade é a filosofia marxista. O marxismo-leninismo diferencia-se de todas as concepções teóricas precedentes justamente por uma profunda fundamentação filosófica de todas as suas teses principais. «Não foi por acaso que Marx, Engels e Lênine foram não só

«Histórico», lançado recentemente pelas Edições «Avante!», e dá-nos uma síntese clara, acessível e firme da natureza científica do marxismo-leninismo. Nunca será demais repetir que o marxismo-leninismo, o materialismo dialéctico, e histórico, torna-se, pois, imperioso para se poder enfrentar e rebater a ofensiva de ideologia burguesa. Esta, que durante muito tempo «ignorou» a filosofia do

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

CURSO DE MATERIALISMO DIALECTICO E HISTORICO



«Ao aparecer na arena mundial a classe operária, que tem a missão de alcançar a transformação revolucionária do mundo, surgiu a necessidade imperiosa de criar uma teoria que indicasse as vias da realização dessa grande missão. Esta teoria revolucionária é a teoria do marxismo-leninismo, que respondeu às questões práticas levantadas no decurso da luta de classe do mundo de muitas centenas de milhões de homens.

grandes revolucionários, políticos economistas e praticos do movimento revolucionário. Durante toda a sua vida atribuíram um excepcional significado ao estudo e ao desenvolvimento da filosofia. Foi por isso que souberam encontrar as soluções justas e determinar correctamente o curso do desenvolvimento dos processos sociais durante as complexas e bruscas viragens na vida social.

marxismo-leninismo, foi obrigada a «conhecê-la» mas fazendo tudo para a deturpar ou negar-lhe o carácter científico: é uma das formas ardilosas de desenvolver o anticomunismo. Por isso cada militante, cada revolucionário, se deve armar ideologicamente e desferir o contra-ataque.

«Não foram as ilusões e os sonhos piedosos a respeito da felicidade dos homens, mas uma análise objectiva científica da realidade, que permitiu determinar os fins da luta dos oprimidos e explorados pela transformação da sociedade e elaborar as formas concretas desta luta que tornou o marxismo-leninismo a arma da transformação prática do mundo.

«O estudo da filosofia marxista-leninista permite compreender as leis do desenvolvimento do mundo, analisar na base delas os complexos processos do desenvolvimento social e os fenómenos sociais, contemplar o futuro e prever o curso da história da humanidade.»

No «Curso de Materialismo Dialéctico e Histórico» encontrará o fundamental para entender como Marx e Engels souberam pegar em tudo o que o conhecimento humano havia adquirido anteriormente, estudar os mais recentes avanços da ciência e a partir daí elaborar uma teoria explicativa do universo e da sociedade. E também encontrará bem patente que Marx, Engels e depois Lênine o conseguiram porque se colocaram decidida e combativamente ao lado da classe que representa o progresso histórico: o proletariado.

«A vitória de várias revoluções socialistas, a construção do socialismo e a edificação da sociedade comunista tomaram-se factos reais porque o fundamento teórico desta histórica actividade das massas é a filosofia do marxismo-leninismo, a concepção do mundo dos partidos comunistas.

Este texto é a transcrição integral da conclusão do «Curso de Materialismo Dialéctico

«Ao surgir não só das necessidades da luta de classes mas também da ciência no seu processo de desenvolvimento, a filosofia do marxismo-leninismo oferece um método verdadeiramente científico do conhecimento da realidade e constitui a base teórica da direcção científica da sociedade.

»

«Ao surgir há mais de 125 anos, o marxismo-leninismo demonstra o seu carácter imortal e a sua vitalidade. A força do marxismo-leninismo reside no facto de ser uma

Temas vários

URSS: 61 vezes o grande Outubro (3)

A cultura viva do homem novo: o teatro, por exemplo!

Para assinalar o 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Clube dos Estudantes do Instituto Politécnico de Leninegrado, que mantém em funcionamento o Teatro Estúdio Popular, montou o espectáculo «A Tragédia Optimista», de Vichnevsky. As 19 horas do dia 4 de Novembro já a sala de espectáculos do Clube, com uma lotação superior a 500 lugares, se encontrava repleta.

Público muito jovem — o espectáculo era oferecido aos alunos de uma escola média de radiotecnica de Leninegrado, que seguem interessados e entusiasmados o desenvolvimento da actividade amador dirigida pelo encenador profissional Valeri Soustov, director de um dos mais conhecidos teatros de Leninegrado — o Komissarskaia.

teatro popular — agrupamentos que, por assim dizer, se encontram a meio caminho entre o teatro de amadores e o teatro profissional.

Para se ter uma ideia do desenvolvimento da actividade teatral na União Soviética — onde existem 573 teatros profissionais — basta citar o exemplo da Estónia socialista, onde no ano passado mais de um milhão de espectadores (repare-se que quase a totalidade dos habitantes da república) frequentaram os espectáculos dos nove agrupamentos profissionais.

Por sua vez, os agrupamentos de teatro popular — que dão uma média de oito a dez espectáculos

Tchecov, de Konstantin Simonov, etc.

Os teatros populares da Estónia, além de representarem autores clássicos e contemporâneos estonianos e soviéticos, contam no seu repertório com peças da autoria de grandes nomes da dramaturgia mundial, como Brecht, Garcia Lorca, Priestley, Calderon de La Barca, Arthur Miller, Sean O'Casey, Molière, Tennessee Williams, etc.

Por outro lado, uma particular atenção é dada ao teatro para a infância e a juventude. Dos 573 teatros profissionais existentes na URSS, 158 trabalham exclusivamente para crianças.

Em Tallin, capital da Estónia, existe o Teatro do Jovem Espectador, dirigido por Kalliu Komissarov o qual, depois de nos ter explicado que a grande frequência de espectadores do teatro estoniano se deve ao facto de esta república, mesmo antes da sua adesão à URSS em 1940, possuir um índice de alfabetização extremamente elevado, produziu a seguinte curiosa observação: «A população já superou a era do televisor e reconhece que um contacto directo não se pode estabelecer através de um ecrã de vidro, mas de homem para homem.

O teatro dirigido por Komissarov destina-se a um público que vai dos 14 aos 25, 30 anos. Fundamentalmente dirigido a jovens operários e estudantes — que constituem 85 por cento do público que ocorre aos espectáculos do Teatro do Jovem Espectador — é constituído por 40 actores que fazem cerca de 10 espectáculos por ano e mais de 500 representações. Desse 40 actores que integram o Teatro do Jovem Espectador, 4 são amadores e 36 possuem formação superior...

Aliás, é curioso verificar que, apesar do elevado índice de frequência aos espectáculos de teatro, sobretudo na Estónia, os diferentes grupos — amadores, populares e profissionais — desenvolvem cada vez mais e mais iniciativas, com o objectivo de aumentar esse índice.

Segundo ficámos a saber depois de um encontro que mantivemos no Teatro Popular Paul Pinna, em Tallin com a directora-adjunta do Ministério da Cultura da Estónia, camarada Maila Kraus (aliás, ex-membro deste agrupamento de teatro popular, de onde saiu para assumir as funções oficiais que agora desempenha, o que é elucidativo) e no qual participaram igualmente Paul Kilgas, director artístico da Casa da Arte Popular, e Walter Ludz, encenador do Teatro Paul Pinna, as iniciativas com esse objectivo nunca param.

Assim, o mês de Março é considerado o mês do teatro, o mês da propaganda teatral, no decorrer do qual se fazem programas especiais, encontros com espectadores, etc. Em Março deste ano, os 14 teatros populares da Estónia deram 244 representações para um público calculado em mais de 40 mil espectadores. Além disso, de dois em dois anos, tem lugar, nos meses de Maio e Junho, a Primavera Teatral. Nesta realização participam os três melhores



O actor V. S. Solotukhin, do Teatro Taganka, interpretando um dos personagens da peça de Bertolt Brecht «A Boa-Alma de Tsé-Tchouan», numa encenação de Iuri Liubimov



Aspecto do encontro do enviado especial do «Avante!» com os responsáveis do teatro Popular Paul Pinna, da cidade de Tallin, capital da Estónia Socialista

colectivos dramáticos e o melhor colectivo de marionetas que, no decorrer desse período, percorrem as principais cidades da Estónia, dando espectáculos, promovendo conferências e discussões.

Por outro lado, de três em três anos realiza-se o Proscénio da Amizade, em que participam os dois melhores colectivos das três repúblicas soviéticas do Báltico (Estónia, Letónia e Lituânia) e da república da Bielorrússia.

O teatro e a cultura rumo ao futuro

Todos estes dados ajudam a compreender que mais de 500 jovens estudantes tivessem seguido o interesse e os entusiasmos de uma «Tragédia Optimista» representada no dia 4 de Novembro deste ano pelo Teatro Estúdio Popular do Clube dos Estudantes do Instituto Politécnico de Leninegrado.

Todos estes dados permitem que a surpresa de um cidadão como nós, oriundo de um país em que o teatro — e a cultura, de uma forma geral — é tão maltratado pelas entidades oficiais, se transforme na constatação de um facto natural. Facto que passa a ser natural, vemos os teatros constantemente cheios de um público que segue atentamente os diferentes espectáculos que lhe são apresentados.

Vimos os mais diversos espectáculos, as mais diferentes propostas teatrais: desde «os Bolcheviques», de Mikhail Chatrov, encenado por Oleg Efremov no Teatro Contemporâneo, à «Boa Alma de Tsé Chouan», de Bertolt Brecht, numa encenação de Iuri Liubimov para o Teatro Taganka, passando pelo inesquecível Teatro de Marionetas de Obratsovo. E em todos estes diferentes espectáculos um público vivo, espectáculos vivos, por vezes polémicos.

É esta uma das mais importantes realizações destes sessenta e um anos de socialismo na URSS: o direito à cultura é uma realidade que se pode sentir a cada passo. Sessenta e um anos depois do Grande Outubro, a cultura é uma realidade do quotidiano do povo soviético, porque cada vez mais cada cidadão é uma personalidade socialmente activa, rumo ao futuro.

O que se pode ler no último número de «O Militante»

Defender a Reforma Agrária e Defender Abril, diz na capa o último número de «O Militante», publicação no corrente mês de Novembro. Com efeito, as primeiras páginas do Boletim de Organização do Partido Comunista Português são dedicadas à defesa daquela importante conquista da Revolução de Abril dos sistémicos ataques que lhe desferem os últimos Governos.

Na secção de Perguntas e Respostas, a redacção de «O Militante» responde a uma questão de actualidade: O que se passa entre o Vietname e a China. Será possível que a China pretenda actuar contra esse heróico povo como actuaram os imperialistas franceses, japoneses e americanos?

Um depoimento, sob forma de entrevista, de um militante sindical que foi membro da UDP, dá conta da experiência desse operário que aderiu àquele agrupamento «esquerdista» logo após o 25 de Abril e dele saiu, optando pela unidade dos trabalhadores.

O Recenseamento eleitoral, que se vai desenrolar durante o mês de Dezembro até 14 de Janeiro, é o tema do segundo artigo, anunciando o esforço já empenhado pelas organizações do Partido no sentido da apresentação dos seus delegados às Comissões de Recenseamento e sublinhando a necessidade de o promover.

Outro assunto focado neste número é o Reforço da Organização do PCP no Norte, que se refere à Reunião de Quadros da ORN, havida no Porto em 29 de Outubro passado. São publicadas as conclusões desse Encontro, que contou com a participação de 600 camaradas.

A preparação do 9.º Balanço Geral da Organização, que o Partido promove, merece a atenção do artigo seguinte, onde se apela para a ajuda a dar por todas as organizações a esta tarefa que será levada a cabo a nível nacional.

O amplo debate nacional que constituirá o Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto, marcado para Março próximo, é sublinhado no artigo seguinte, que analisa alguns aspectos da importância social e cultural do desporto e aponta a necessidade de definir uma nova política que promova a sua democratização.

Desafizando incompreensões que ainda existem sobre a política do PCP em relação aos católicos, «O Militante» apresenta um trabalho sobre o assunto onde, a dado passo, se afirma:

Finalmente, e antes de uma notícia que dá conta da experiência da organização de uma festa em Portimão, e das cartas de leitores, o último número do Boletim de Organização do PCP apresenta um trabalho sobre o Recrutamento Orientado e Activo Voltado para os Camponeses.

Mais de um quinto dos membros do Partido da Organização Regional de Lisboa,

«Temos falado da política do PCP em relação aos católicos. Mas os católicos não são uma realidade exterior ao PCP. Milhares de católicos militam no PCP.

«Formação de Quadros é o título de uma intervenção que recentemente se verificou numa reunião de quadros para discussão de problemas de organização em determinado sector do Partido, e que «O Militante» publica, pelo seu interesse genérico relativamente ao problema tratado.

29 de Novembro de 1946 dia da Jugoslávia Socialista

Em 29 de Novembro de 1946 foi proclamada a República Socialista da Jugoslávia, depois de quadro duros anos de resistência do povo jugoslavo aos invasores nazis. Em 15 de Maio de 1945, o exército nazi dos Balcãs assinava a sua capitulação, sagrando-se deste modo a libertação de todo o território da Jugoslávia. Em 29 de Novembro de 1946, com a proclamação da República Socialista, novas perspectivas se abriram ao povo da Jugoslávia que, assim, afastou definitivamente das suas fronteiras o espectro do fascismo.

Após a I Guerra Mundial, e o desmembramento do império austro-húngaro, emerge a monarquia jugoslava que, praticando uma «democracia» mais que duvidosa, protege os partidos burgueses e força o Partido Comunista à clandestinidade, o que não impede a sua crescente força e implantação, em particular nas zonas industriais.

Em 25 de Março de 1941 o governo adere ao Eixo e coloca o país ao serviço da Alemanha Nazi, o que provoca enorme convulsão, traduzida em grandiosas manifestações de protesto e num golpe de um grupo de jovens oficiais da aviação, que demite o governo. A resposta da barbárie nazi não se fez esperar: bombardeamento de Belgrado, em que morrem 3000 pessoas, e ocupação do país pelas hostes do III Reich.



O Partido Comunista é o único partido que promove e desencadeia a resistência generalizada ao invasor, surgindo como o verdadeiro e único partido nacional. Em três meses a resistência é estruturada. A partir daí inicia-se o longo processo de resistência que mobilizou todos os patriotas jugoslavos, organizando um verdadeiro Exército de Libertação ao povo e exprimindo a enorme força criativa do movimento libertador e revolucionário dirigido pelo Partido Comunista.

Os guerrilheiros jugoslavos começaram por conseguir impedir que a economia do país fosse posta ao serviço do ocupante nazi, desejoso de aproveitar os seus recursos económicos para alimentar a guerra de agressão que levava a cabo.

Em Dezembro de 1941 as forças guerrilheiras contavam já com 80 000 combatentes, e quando as tropas nazis eram vencidas pelo heroísmo dos defensores de Estalinegrado, o Exército de Libertação Nacional da Jugoslávia estava organizado em dois Corpos, 12 divisões, 37 brigadas;

34 unidades de guerrilheiros e 12 batalhões autónomos.

A colaboração militar entre as forças revolucionárias da Jugoslávia e o Exército Vermelho foi-se alargando no decurso da guerra contra o inimigo comum.

Em fins de 1944, na altura da contra-ofensiva nazi nas Ardenas, Hitler foi obrigado a enviar três novas divisões para a Frente jugoslava, a fim de tentar conservar as suas posições nos Balcãs, onde o Exército Vermelho e o Exército de Libertação Nacional da Jugoslávia, na base dos acordos concluídos em Setembro de 1944, tinham já libertado a Sérvia Oriental, Belgrado e Voivodina. Após a libertação de Belgrado o Exército Vermelho dirigiu-se para a Hungria e o Exército de Libertação Nacional prosseguiu a sua marcha até as fronteiras ocidentais da Jugoslávia.

Durante a ocupação foram mortos pelos nazis um milhão e setecentos mil jugoslavos, a que se somaram mais 305 mil guerrilheiros do Exército Nacional de Libertação, caídos durante a luta contra o invasor. São números impressionantes, que traduzem não apenas o martírio dum povo mas sobretudo, a sua extraordinária capacidade de resistência à opressão, não hesitando em se erguer de armas na mão para expulsar o invasor, libertando todo o solo pátrio.

Edições Avante! LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO Albert Williams



O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético

Grande Exposição do Livro Marxista Até 8 de Dezembro nos Centros de Trabalho de COIMBRA e AVEIRO

Semana

22 Quarta-feira 1963 - É assassinado em Dallas o Presidente norte-americano John Kennedy.

Os delegados da maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovam uma declaração sobre os meios de comunicação, que consagra a luta contra o colonialismo e o racismo. Surgem nas ruas de Pequim cartazes de parede com acusações ao presidente da RP da China, Hua Kuo-feng. A União Soviética acusa os países da NATO de impedirem, por todos os meios, a conclusão das negociações sobre o problema de Chipre, no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Frente Nacional de oposição à ditadura do Xá Reza Pahlevi, do Irão, anuncia em Paris que foram mortos pela polícia 28 pessoas e 60 ficaram feridas na cidade iraniana de Chiraz. A Costa Rica corta relações diplomáticas com a ditadura de Somoza, da Nicarágua. O presidente de Cuba, Fidel Castro, anuncia que seriam libertados cerca de 3600 presos políticos, mas que os EUA teriam de aceitar os prisioneiros que quisessem partir para aquele país. A Conferência Episcopal Espanhola decide, por maioria, renunciar à Concordata que, desde 1953, dá à Igreja Católica um certo número de privilégios em Espanha, substituindo-a por quatro acordos bilaterais, já negociados entre a Santa Sé e o governo madrileño. Reduz-se, em Moscovo, o Comité Político Consultivo do Pacto de Varsóvia. São entretidos a Comissão de Descolonização da ONU dois projectos de resolução destinados a uma solução do problema do Sará Ocidental. O Rádio «Voz da Etiópia Revolucionária» anuncia que uma força de intervenção governamental tomou a cidade de Asmara depois de ter esmagado a última resistência rebelde na estrada que liga aquela cidade a Massawa.

23 Quinta-feira 1875 - Nasce em Kiev na Ucrânia Anatoli Vassilievitch Lunacharsky, primeiro Comissário do Povo para a Instrução Pública da URSS e filósofo eminente.

O ministro espanhol da Defesa, general Gutierrez Mellado, promete em Madrid, perante o Parlamento, que os militantes espanhóis investigarão até completo esclarecimento o abortado golpe de direita contra o governo, ocorrido na semana passada, e manterão totalmente a disciplina nas suas fileiras. O presidente do Partido da Oposição brasileira, Ulysses Guimarães, afirma que as recentes eleições parlamentares revelam que o Brasil está na Oposição. Segundo o «New York Times» o presidente Carter, dos EUA, queixou-se recentemente do «deficiente trabalho» dos diferentes serviços secretos norte-americanos, nomeadamente da CIA, por se mostrarem incapazes de prever acontecimentos como os recentemente ocorridos no Irão. O jornal britânico «Daily Telegraph» revela que o presidente soviético, Leonid Brejnev, advertiu a Grã-Bretanha, numa carta ao primeiro-ministro James Callaghan, das consequências sérias nas relações soviético-britânicas caso se concretize a venda dos aviões ingleses «Harrier», de descolagem vertical, à China.

24 Sexta-feira 1912 - Abertura do IX Congresso da II Internacional, em Basileia, na Suécia.

Termina em Moscovo a Conferência do Comité Político Consultivo do Pacto de Varsóvia, tendo os países signatários aprovado uma declaração onde se apela às cinco potências nucleares - URSS, EUA, Grã-Bretanha, França e China - que iniciem negociações a fim de eliminar os arsenais de todos os tipos de armas atómicas e reservar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. O Ministério do Interior espanhol proíbe todas as manifestações no país a partir de hoje e até ao dia 10 de Dezembro, com o fim de garantir um clima de tranquilidade no período pré e pós-constitucional. As autoridades tanzanianas afirmam ter descoberto mais de 120 cadáveres de soldados ugandeses executados por ordem do ditador Idi Amin e lançados em território da Tanzânia, junto à fronteira, para dar à ideia que haviam perecido em combate. Um golpe de Estado militar na Bolívia, comandado pelo general Padilla, depõe o ditador Pereda e promete eleições imediatas e totalmente legais. Os membros mais proeminentes da aristocracia e da alta burguesia do Irão põem-se em fuga do país, desconhecendo-se o seu paradeiro, na maior parte dos casos. Sobera para quase um milhão de vítimas o misterioso «suicídio colectivo» na Guiana, enquanto a oposição da Guiana denuncia que o governo do seu país demonstrava grande indulgência para com a seita de fanáticos promotora do massacre por esta ter chegado precedida de «recomendações» norte-americanas de primeiro plano, incluindo da senhora Carter e do vice-presidente dos EUA, Walter Mondale.

25 Sábado 1936 - O VIII Congresso Extraordinário dos Soviéticos adota a nova Constituição da URSS.

O representante da oposição brasileira, Horácio Hortiz, pede ao general Figueiredo que renuncie do cargo de presidente do Brasil, que assumirá em 15 de Março do próximo ano, pois «o país está na oposição», sugerindo que se convoquem eleições directas para a presidência da República e para os governadores de Estado. Na Hungria é comemorado o 60.º aniversário da criação do Partido Comunista da Hungria. Novos recortes no Irão, na cidade provincial de Gorgan, entre manifestantes e a polícia do Xá, provocam nove mortos e pelo menos 30 feridos, enquanto uma greve geral paralisa o país.

26 Domingo 1919 - Termina em Berlim o Congresso que funda a Internacional Juvenil Comunista.

São presos no aeroporto de Palma de Maiorca 16 elementos da organização fascista espanhola «Força Nova». Registam-se, na fronteira com a Costa Rica, dois recontros armados entre guerrilheiros sandinistas e tropas do ditador Somoza, da Nicarágua. Desconhecidos armados abatem a tiro o vice-governador da prisão de Long Kesh, na Irlanda do Norte, onde se acham encarcerados a maioria dos guerrilheiros urbanos condenados da província. A Confederação Geral do Trabalho, a principal organização sindical francesa, inaugura em Grenoble o seu 40.º Congresso.

27 Segunda-feira 1917 - É decretado o controlo operário pelo governo soviético.

O poderoso sindicato metalúrgico IG, da RFA, toma público que os seus 208 000 trabalhadores da indústria do ferro e do aço do noroeste do país entrarão na sua primeira greve em meio século, caso o patronato não ceda às suas reivindicações. A secretaria da Agricultura dos EUA anuncia a compra de 145 000 toneladas de trigo pela China. O jornal «Times of India» informa que, no norte do país, a «milícia privada» dum latifundiário local assassinou, violentou e pilhou os habitantes da ocupação de Baji Tpur, que haviam protestado várias vezes contra a ocupação ilegal pelo latifundiário de 80 ha. de terras que lhes tinham sido arrendadas pela Administração. O primeiro-ministro japonês Takeo Fukuda declara que se demitirá do seu cargo, após perder por larga margem em favor de Masayoshi Ohira numa eleição primária destinada a escolher um novo presidente para o Partido Democrático Liberal, no poder. Em S. Francisco, EUA, são assassinados a tiro o presidente do Município, George Moscone, e um membro do Conselho de Fiscalização Municipal; Moscone havia nomeado em 1976 o «reverendo» Jim Jones, responsável pelo recente «suicídio colectivo» da Guiana, para o Departamento Municipal de Habitação.

28 Terça-feira 1820 - Nasce Friedrich Engels.

O vice-primeiro-ministro chinês, Teng Hsiao Ping, indica que está a decorrer uma importante reunião política em Pequim. A RP de Angola anuncia de novo a eminência de um ataque dos racistas sul-afrikanos ao sul do país. O governo dos EUA, segundo o «Washington Post», iniciou contactos com forças da oposição ao Xá do Irão, na sequência das manifestações e greves que paralisaram recentemente o país.

Pacto de Varsóvia propõe: fim das armas nucleares

Uma vez mais este ano, em Moscovo, nas comemorações do 61.º aniversário de Outubro, foi reafirmado que a comunidade socialista é um factor decisivo da segurança internacional. Não foi necessário esperar que passassem muitos dias para que este facto voltasse a ser confirmado pela prática: chefes de Estado dirigentes dos partidos comunistas, ministros dos Negócios Estrangeiros e ministros da Defesa da União Soviética, Polónia, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e Roménia, debateram em Moscovo as grandes linhas de acção comum na cena política internacional.

Dessa reunião do Pacto de Varsóvia as conclusões agora divulgadas não deixam dúvidas quanto ao sentido dos debates efectuados, quanto ao sentido de uma política: a declaração final propõe a realização de uma conferência entre os cinco países com potência nuclear - a URSS, os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a China - para a eliminação dos arsenais de armas nucleares e a utilização de energia atómica exclusivamente para fins pacíficos; insiste na necessidade de um rápido entendimento sobre a redução dos orçamentos militares, na importância da assinatura de novos acordos entre a URSS e os EUA sobre limitação de armas estratégicas, e do desenvolvimento das negociações que têm em vista a redução dos armamentos; volta a propor um compromisso por parte do Pacto de Varsóvia e da NATO de não aumentarem o número dos seus membros; realinha o princípio consignado no texto da própria formação do Pacto, de dissolução automática, no caso de dissolução da NATO.

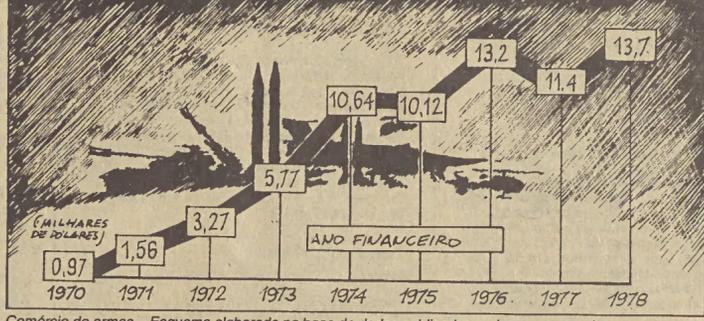
O contraste com as conclusões e a prática na NATO é tão flagrante que seria desnecessário sistematizá-lo não fora a propaganda sistemática - paga pelos mesmos que

decidem sucessivos aumentos do orçamento militar - que esgrime com o velho «argumento» da «ameaça soviética». As últimas reuniões da NATO têm-se distinguido pela insistência numa escaleta evidente no nível dos armamentos e no orçamento destinado às despesas militares. O orçamento militar dos EUA bate em cada ano o seu recorde do ano anterior. Carter acaba de dar luz verde à produção da bomba de neutrões. Os EUA estão presentes em todos os pontos onde é possível desencadear, promover, alimentar, conflitos armados. No exercício financeiro de 1978, terminado a 30 de Setembro, as exportações de armamento por parte dos EUA atingiram a soma recorde de cerca de 13,7 mil milhões de dólares. A geografia destas exportações é expressiva aproximadamente metade das armas destina-se ao Médio Oriente. A Arábia Saudita foi o maior comprador. Segue-se-lhe o Irão, com Israel em terceiro lugar. As ditaduras reaccionárias e fascistas, particularmente as da América Latina, são também um bom «cliente». O alimentar do militarismo chinês por parte dos

países da NATO é uma realidade preocupante. Só nos últimos dias podem assinalar-se diversos factos que confirmam uma política de deliberado agravamento do clima político internacional, de ingerência na vida interna dos outros países. É o caso das ameaças de intervenção directa no Irão, não menos reais apesar de prontamente desmentidas pela Casa Branca, face ao firme aviso da União Soviética. É a tentativa de criar novos problemas com Cuba, com violações do espaço aéreo da ilha do socialismo no continente americano. É a enviguarda das manobras militares conjuntas dos EUA e da Grã-Bretanha, no Golfo do México e a Noroeste do Mar das Caraíbas, sem paralelo com quaisquer outras desde 1962, o que não só assume o aspecto de uma provocação face a Cuba como encerra o visível intento de exibir o poderio militar do imperialismo perante um continente onde recrudescem a luta popular por uma liberdade e uma independência que Washington se tem esforçado, por todos os meios, para impedir. Não há neste momento tarefa mais importante, para o presente e para o futuro da humanidade, que

a de meter travão à corrida aos armamentos, passar a uma fase de real concretização do desarmamento. Apesar dos passos obtidos no sentido do desanuviamento do clima político internacional, é visível, e assume formas perigosas, a resistência dos meios mais agressivos do imperialismo, quer boicotando quaisquer iniciativas a acções pelo aprofundamento do desanuviamento político e militar, quer esforçando-se por impedir soluções justas e conformes com a vontade dos povos dos problemas internacionais. Mais: num momento em que os passos qualitativos no aperfeiçoamento dos instrumentos de morte, de genocídio, assume formas determinantes, não tem sido possível dar um único passo no caminho decisivo da limitação de armamentos e do desarmamento.

A reunião do Pacto de Varsóvia, agora realizada em Moscovo, demonstra uma vez mais quem se bate pelo desarmamento, quem promove a corrida armamentista. Constitui uma importante contribuição para uma luta que é de todos nós, para uma luta vital: a batalha da paz.



Comércio de armas - Esquema elaborado na base de dados publicados na imprensa americana

Informação: que liberdade?

Na 20.ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi apresentado à votação um documento, cujo título traduz de forma clara o objectivo em vista: «Declaração sobre os princípios fundamentais da utilização dos grandes meios de informação visando o reforço da paz e a compreensão internacional e a luta contra a propaganda belicista, o racismo e o apartheid». Este documento não pôde ser aprovado na sua forma original. Foi posteriormente obtida uma solução de compromisso, no momento aprovada por aclamação, mas que, poucos dias volvidos, faz já soar vozes discordantes nos meios da informação do capital.

Porquê? Porque os atrasos e as dificuldades num campo em que todos dizem ser incondicionais defensores da liberdade? Porque a magnitude que hoje assume - e cada vez mais - o problema da informação?

No mês de Outubro, em Paris, na 20.ª sessão da UNESCO, alguns resultados positivos foram obtidos, algumas posições mais clarificadas. O documento inicialmente apresentado à votação não foi aceite, porque delegados dos países capitalistas apontaram como um atentado à «liberdade de informação», a proposta obrigatória de empenhamento dos órgãos de informação na luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid. Isto foi dito assim. E deixa mais claro o que se entende por «liberdade» em Washington, em Bona ou em Londres. Agora, aprovado um documento que consagra a luta por esses mesmos objectivos, como um dos princípios que deve nortear a actividade dos meios de

comunicação, como forma de contribuição para o fortalecimento da paz e a compreensão internacional, as «livres» fontes de «informação» do capital voltam à liça. Representantes das cadeias de rádio e da associação de editores de jornais dos EUA insurgem-se contra tal «atentado» à «liberdade de informação». Juntam-se-lhes o delegado austríaco, o «neuro» governo suíço e, naturalmente, o governo chinês.

Um outro tema levantou vozes e atizou debates na sessão da UNESCO: a necessidade de lutar contra o monopólio da informação por parte do imperialismo - 70% da informação mundial provém de Nova York -, necessidade que, não só pela criação de agências informais nos países em vias de desenvolvimento (problema já encarado na conferência dos não-alinhados em Colombo), como pelo direito dos Estados a filtrarem a invasão imperialista no domínio da informação. Contra isto se insurgiram também os porta-vozes do capital, erguendo - neste caso como no da proposta obrigatória de defesa de valores fundamentais nas relações internacionais - o espantilho de uma «censura», a que se assimilou o «controlo de Estado». Apesar destas posições, foi possível inserir no documento final a afirmação da necessidade de ser estabelecida uma «nova ordem internacional de informação», que permita aos países em desenvolvimento libertarem-se do domínio dos monopólios capitalistas da informação.

Assim, os resultados obtidos foram duplamente positivos. Pela primeira vez um documento internacional afirma que os «mass media» devem contribuir para reforçar a paz e o entendimento

internacionais. Pela primeira vez, uma declaração saída de uma conferência reunindo interesses e pontos de vista tão heterogéneos defende a reestruturação das relações internacionais no campo da informação, dependentes ainda em grande parte do passado colonialista e do peso do imperialismo.

Por outro lado, ao recusarem, ainda que em nome da «liberdade», um compromisso que obrigaria a informação a empenhar-se de facto na defesa da paz e da melhoria das relações internacionais - os representantes do capital não podem deixar de se desmarcar aos olhos da opinião pública internacional. Que liberdade é essa que se concretiza no deixar as portas abertas às vozes que defendem o racismo, o colonialismo, a guerra?

Os resultados obtidos - embora susceptíveis de fugas descaradas - assumem a importância que lhes confere a dimensão crescente da luta ideológica. Quando a luta ideológica a nível internacional - a luta ideológica entre socialismo e capitalismo - assume uma dimensão cada vez maior, quando a deformação da verdade, o anticomunismo, a manipulação dos factos, a exaltação do racismo, do tribalismo, dos valores caducos, o silêncio sobre as lutas e os problemas do mundo capitalista, as realidades do socialismo, são a substância da informação que atinge cerca de dois terços da população mundial, particularmente na Ásia, África e América Latina - um passo na regulamentação internacional da informação, parte integrante da batalha de classes a nível mundial, não pode deixar de assumir uma importância insubstituível.



Bolívia - os trabalhadores que ontem lutavam contra a ditura de Banzer, manifestam-se hoje pela democracia

24 Novembro: Povo boliviano apoia deposição de Pereda

Para o dia 24 de Novembro, em La Paz, capital da Bolívia, estava marcada uma manifestação de protesto contra Pereda, pela democracia, contra a marcação de eleições para 1980. Na madrugada de 24, militares bolivianos, encabeçados pelo general David Padilla, actualmente presidente do governo provisório, depuseram Pereda. A manifestação, convocada pela Frente de Unidade Democrática Popular (FUDP) - anteriormente proibida - realizou-se. Em novas condições políticas. Não já como um protesto, mas como uma manifestação pela democracia, de apoio às promessas oficiais, de exigência de transformação da vida social e política do país. Uma das maiores manifestações de sempre em La Paz.

De momento não se pode considerar a situação política na Bolívia como estável e definida. Foram convocadas eleições gerais para Julho de 79, com a promessa de entrega de poder ao povo, em Agosto, no dia da independência

nacional. Mas não estão delineadas as linhas de acção política, social, económica. As forças conservadoras mantêm um cauteloso silêncio. A Frente de Unidade Democrática Popular (que inclui o Partido Comunista da Bolívia), afirma o seu apoio às promessas oficiais de democratização da vida nacional. A Confederação Operária Boliviana (COB) salienta a necessidade da identificação governamental com o povo, nomeadamente através de medidas que vão ao encontro dos interesses das massas trabalhadoras. A Confederação Universitária Boliviana realça o carácter positivo da demissão de Pereda, que corresponde a uma profunda exigência popular. As massas trabalhadoras, as forças progressistas, manifestam o seu empenhamento em que o 24 de Novembro represente de facto a implantação da democracia na Bolívia. Em Julho deste ano, através de uma farsa eleitoral que a própria direita se viu obrigada

a reconhecer, Juan Pereda, candidato oficial do governo de Banzer, assumiu a presidência da Bolívia. 4 meses depois, Pereda é derrubado, e são criadas condições mais favoráveis à institucionalização da democracia. Isto revela a força do movimento popular, que já anteriormente tinha imposto a realização das eleições de Julho, uma lei de amnistia política geral em Janeiro de 78, o levantamento da interdição à actividade dos partidos políticos em Novembro de 77, o restabelecimento das liberdades sindicais também em Janeiro de 78.

O elemento que surge como determinante na cena política boliviana é exactamente esta determinação popular na conquista da liberdade e da democracia. Que sobreviveu à brutalidade repressiva sob o regime de Banzer. Que se impôs, apesar da repressão no governo de Pereda. E que hoje toma a iniciativa para concretizar na prática as promessas de democracia.

Breves notícias

● URSS e Etiópia estreitam relações - «Presentemente, quando o povo etíope lançou um combate decisivo aos inimigos internos e externos que atentaram contra a Revolução e a sua unidade, torna-se necessário assentar numa base sólida a luta contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático» - assinala a imprensa soviética a propósito da Etiópia revolucionária, na sequência da visita oficial à URSS do presidente da Etiópia, Mengistu Haile Mariam.

Durante esta visita foi assinado um Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países, o que muito contribuiu para o reforço das relações bilaterais e o estreitamento da cooperação entre a URSS e a Etiópia revolucionária. Em Moscovo, o presidente da URSS, camarada Leonidas Brejnev, reafirmou o desejo sincero da União Soviética de prestar à Etiópia uma importante ajuda no desenvolvimento da economia nos sectores financeiro, técnico e industrial, salientando, na altura em que foi assinado o acordo, que «as relações entre ambos os países se baseiam na comunidade de interesses dos

Estados socialistas e dos países em vias de desenvolvimento, no desejo de reunir esforços na luta pelo desenvolvimento independente dos povos e pelo seu progresso social, por uma paz sólida e contra a agressão e a corrida aos armamentos».

Durante a estadia de Mengistu Haile Mariam na URSS, os dirigentes dos dois países analisaram em pormenor a actual situação internacional, tendo realçado a importância do fortalecimento da coesão e da unidade de acção dos países africanos que se batem por uma paz justa, contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo.

Na circunstância o camarada Leonidas Brejnev sublinhou que os colonialistas legaram em herança aos Estados africanos muitos problemas que se fazem sentir até hoje, e que os seus governos estão interessados nos conflitos que de tempos a tempos deflagram em África em consequência de litígios territoriais e procuram utilizar esses conflitos em seu proveito, incitando ao ódio entre os países africanos e virando-os uns contra os outros.

Por seu lado, o dirigente etíope assinalou que a situação internacional, agora mais que nunca, é favorável a todos quantos lutam pelo progresso, pela independência, pela paz e igualdade entre os homens, tendo salientado que os combatentes do Zimbábue e da Namíbia vencerão, na sua luta não só contra o racismo e o colonialismo, mas também contra o imperialismo, acrescentando ainda, em relação ao Médio-Oriente, que os acordos de Camp David sem a participação da OLP e outras partes interessadas, nada mais são que uma conspiração inspirada pelo imperialismo internacional; por outro lado, o seu país, na questão do sudeste asiático, congratula-se pelo facto de, após trinta anos de luta contra o imperialismo francês e americano, o povo vietnamita ter vencido e prosiga, agora, a luta pela paz e pelo socialismo.

Finalmente, o presidente etíope sublinhou que a Revolução no seu país contribui para o desenvolvimento futuro das relações tradicionais existentes entre os dois Estados e que a Etiópia aplicará todos os esforços para o aprofundamento

e o fortalecimento dessas relações.

● As manobras imperialistas no Médio Oriente - A questão do Médio Oriente, caracterizada genericamente pelo conflito surgido entre a comunidade árabe e o expansionismo israelita, que ocupou nos últimos anos violenta e ilegalmente territórios de povos árabes, foi sempre explorada pelo imperialismo e em particular pelos EUA, desde o princípio apoiantes do sionismo, a «ideologia» oficial do governo de Israel.

O presidente Sadat, do Egipto, ao encetar negociações separadas de «paz» com os sionistas, abriu uma grave brecha na luta da comunidade árabe contra Israel e a sua política imperialista. Estas negociações foram promovidas e acarinadas directamente pela administração norte-americana, desejosa de aprofundar o mais possível a divisão que a atitude aventureira de Sadat proporcionara. Dessas «negociações» já há um triste historial: precipitado na voragem da sua própria inconsequência, Sadat acabou

por, de «retirada» em «retirada», cedendo sempre mais e mais face a um Begin intransigente e arrogante, bem escorado pelos apoios políticos e militares dos EUA e a própria fragilidade que a atitude capitulacionista de Sadat proporcionou.

Assim se chegou a uma situação em que Sadat, ao princípio «intransigente» na questão de Gaza e da Cisjordânia, acabou por «abdicar» de Gaza e fazer finca-pé - por enquanto - na Cisjordânia, negociando com os sionistas a tal propósito sem a mínima autoridade para tal. A «boa vontade» do governo de Israel para com o seu parceiro de «paz», entretanto, tem-se traduzido no avanço da política de colonatos impostos em território cisjordano, com todo o estandarte repressivo que tem caracterizado esse tipo de acções.

● A Questão de Chipre - Recentemente, a União Soviética acusou os países da NATO, tendo à frente os EUA, de impedirem por todos os meios a conclusão das negociações no Conselho de Segurança das Nações Unidas relativamente ao problema de Chipre. De facto, o imperialismo tem sempre

evitado uma solução correcta para o problema, interessado como está em manter na zona e na ilha as suas posições estratégicas de hegemonismo.

Não é por acaso que os EUA não votaram a favor da resolução sobre Chipre adoptada pela 33.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, como também não foi por acaso que levantaram o embargo de armas à Turquia, apesar de, formalmente, condenarem a ocupação ilegal que este país fez de 40% do território de Chipre, de resto servindo os desígnios do imperialismo e da NATO, explorando a circunstância de esta ilha possuir duas comunidades, grega e turca.

A situação de Chipre - a sofrer uma ocupação militar em quase metade do seu território - tem de ser ponderada e resolvida no âmbito da negociação, já que a existência de duas comunidades na ilha, a grega e a turca, foi gravemente explorada pelo imperialismo e conduziu a um conflito delicado. Só que o imperialismo, promotor deste estado de coisas, não está interessado na resolução do conflito, mau grado as suas declarações muito pela «paz» e independência dos povos.

O GOVERNO MOTA PINTO

O governo Mota Pinto, tanto pela fórmula e composição política e pessoal (incluindo elementos abertamente reaccionários), como pela previsível prática governativa, é um governo abertamente de direita e denuncia o prosseguimento de uma política de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da ofensiva contra as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril e contra o regime democrático consagrado na Constituição. (Do documento do Comité Central do PCP de 20 de Novembro de 1978)

Ligações com o capital monopolista antes do 25 de Abril	Ligações com o Estado fascista	Ligações com o imperialismo e os monopólios internacionais	Ligações com partidos de direita depois do 25 de Abril	Ligações actuais ao grande capital
<p>Álvaro Barreto Ministro da Indústria e Tecnologia</p> <p>Foi director da Lisnave de 1969 a 1971 e, em 1972, administrador-delegado da Setenave (grupo CUF)</p> <p>Repolho Correia Ministro do Comércio e Turismo</p> <p>Ocupou durante o fascismo cargos directivos no Banco Fonseca & Burnay, na Sociedade Financeira Portuguesa, na Diamang e na Marconi.</p> <p>Marques da Costa Ministro dos Transportes e Comunicações</p> <p>Esteve ligado desde 1960 à Siderurgia Nacional (grupo Champallimaud).</p> <p>Marques de Carvalho Ministro do Trabalho</p> <p>Foi director do Banco Borges & Irmão (grupo Quina) e responsável pela "política de pessoal" em grandes empresas privadas.</p> <p>Pronça de Carvalho Ministro da Comunicação Social</p> <p>Inspector da Polícia Judiciária, terá estado ligado às avariações do caso da herança Sommer - função de que partiria para a de advogado de António Champallimaud, réu nesse processo. Passou depois para a Companhia de Seguros Mundial (grupo Champallimaud) e para os serviços de contencioso das empresas daquele grupo monopolista.</p> <p>Hugo Fernandes de Jesus Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base</p> <p>De 1957 a 1963 trabalhou no Centro de Estudos Económicos da CP e nos Cimentos de Leiria (grupo Champallimaud). Foi consultor económico da CUF e membro da administração colonialista de Moçambique (secretário provincial da Economia), cargo para que foi nomeado em 1970. Em 1973 entrou para a Setenave (grupo CUF) como director financeiro.</p> <p>António Cardoso Cunha Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras</p> <p>Trabalhou no grupo CUF até 1966. Posteriormente, em Angola, foi administrador de várias grandes empresas capitalistas e presidente da Associação Comercial da Huila. Trabalhou na União Fabril do Azoto e na Sociedade Portuguesa de Petroquímica.</p>	<p>Jacinto Nunes Vice-primeiro-ministro para os assuntos económicos e ministro das Finanças e do Plano</p> <p>Subsecretário de Estado do Tesouro em 1955, principal autor da legislação bancária em vigor nos últimos anos do regime fascista. Procurador à Câmara Corporativa fascista.</p> <p>Álvaro Monjardino Ministro adjunto do primeiro-ministro</p> <p>"Deputado independente", em 1973, à Assembleia Nacional fascista.</p> <p>Freitas Cruz Ministro dos Negócios Estrangeiros</p> <p>Cônsul-geral em Nova York em 1962; em 1964 promovido a ministro plenipotenciário de 2.ª classe e colocado em Salisbúria, na África do Sul; promovido a ministro plenipotenciário em 1968, foi nomeado representante de Portugal na OCDE com a categoria de embaixador. Em 1971 foi o representante do Estado fascista na RFA. Colaborador próximo dos ministros fascistas dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira e Rui Patrício.</p> <p>Repolho Correia Ministro do Comércio e Turismo</p> <p>Vereador à Câmara Municipal de Lisboa antes do 25 de Abril. Membro do gabinete de Ulisses Cortês, ministro da Economia e das Finanças de Salazar.</p>	<p>Jacinto Nunes Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos, Ministro das Finanças e do Plano</p> <p>Representante de Portugal junto do Banco Mundial e do FMI, com papel de destaque nas negociações havidas.</p> <p>Álvaro Barreto Ministro da Indústria e Tecnologia</p> <p>Frequentou, antes do 25 de Abril, cursos sobre gestão de empresas nos EUA; o Management Course da American Management Association, em 1968, e o Program of Management Development da Harvard Business School em 1969. É representante de Portugal na AWES - Association of West European Shipbuilders, membro efectivo da Comissão Internacional dos Construtores Navais Europeus e da direcção da Lloyd's Register of Shipping de Portugal.</p> <p>Repolho Correia Ministro do Comércio e Turismo</p> <p>Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base no governo rejeitado de Nobre da Costa. Tem participado nas negociações para a celebração de acordos no âmbito da CEE, OCDE, GATT, EFTA, FMI e BIRD.</p> <p>Marques de Carvalho Ministro do Trabalho</p> <p>Frequentou nos EUA cursos de sociologia e economia</p> <p>Freitas Cruz Ministro dos Negócios Estrangeiros</p> <p>Representou Portugal junto da OCDE. Era actualmente embaixador de Portugal na NATO.</p> <p>Hugo Fernandes de Jesus Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base</p> <p>Licenciado em Finanças, frequentou vários estágios e seminários nos EUA e em Inglaterra.</p> <p>Francisco Correia Guedes Secretário de Estado do Comércio Externo</p> <p>Trabalhava actualmente na Shell Portuguesa.</p>	<p>Mota Pinto Primeiro-ministro</p> <p>Líder parlamentar do PPD até Dezembro de 1975, é um dos "dissidentes" do Congresso de Aveiro.</p> <p>Álvaro Monjardino Ministro adjunto do primeiro-ministro</p> <p>Vogal para a economia e finanças da Junta Regional dos Açores, em 1975/76, presidente da Assembleia Regional dos Açores, colaborador de Mota Amaral. Em Junho de 1976 foi eleito, como "independente", deputado do PPD/PSD pelo círculo da Graciosa.</p> <p>Pronça de Carvalho Ministro da Comunicação Social</p> <p>Foi director do "Jornal Novo" na qualidade de homem-de-mão da CIP. Defensor de réus da rede bombista e de diversos pides e de elementos do gang de Centeio Maria.</p> <p>Xavier de Bastos Secretário de Estado da Presidência do Conselho</p> <p>Filiado no PPD é, com Mota Pinto e outros, um dos dissidentes do Congresso de Aveiro.</p> <p>Francisco Correia Guedes Secretário de Estado do Comércio Externo</p> <p>É conhecido como simpatizante do Partido Popular Monárquico, nas actividades do qual tem participado.</p> <p>Ferreira do Amaral Secretário de Estado da Estruturação Agrária</p> <p>Militante do PPM.</p>	<p>Vaz Portugal Ministro da Agricultura e Pescas</p> <p>Conotado com a CAP, foi secretário de Estado do Fomento Agrário no Governo PS-CDS, Ministro da Agricultura e Pescas no Governo Nobre da Costa. Responsável pela recente ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária.</p> <p>Álvaro Barreto Ministro da Indústria e Tecnologia</p> <p>Administrador-delegado da Lisnave à data da nomeação, considerado responsável pela degradação das condições de trabalho naquela empresa nacionalizada. Foi, em 1974, antes das nacionalizações, presidente do Conselho de Administração da Setenave (grupo CUF).</p> <p>Pronça de Carvalho Ministro da Comunicação Social</p> <p>Actualmente administrador da Torralta após a desintervenção desta empresa. Foi director do "Jornal Novo", órgão da CIP.</p> <p>Marques de Carvalho Ministro do Trabalho</p> <p>Foi "director de pessoal" da Sociedade Central de Cervejas, onde se mantinha em funções de gerência.</p> <p>Marques da Costa Ministro dos Transportes e Comunicações</p> <p>Entrou para a Metalúrgica Duarte Ferreira em 1974 (antes da intervenção).</p> <p>Hugo Fernandes de Jesus Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base</p> <p>Administrador da Setenave em 1975, era actualmente do conselho de gerência da NAVIS</p> <p>Francisco Correia Guedes Secretário de Estado do Comércio Externo</p> <p>Foi presidente do Fundo de Fomento de Exportação e estava actualmente na Shell Portuguesa.</p> <p>Ferreira do Amaral Secretário de Estado da Estruturação Agrária</p> <p>Conotado com a CAP, exercia no governo Nobre da Costa o cargo que ocupa actualmente. Conhecido como o responsável jurídico da Lei Barreto, colaborador de Barreto e Portas na sua elaboração, é - com o actual ministro Vaz Portugal - responsável pela violência e ilegalidades que têm atingido a Reforma Agrária.</p>

O PCP tomará na Assembleia da República a única atitude que corresponde aos interesses dos trabalhadores e do país: a apresentação de uma moção de rejeição (Do documento do Comité Central do PCP de 20 de Novembro de 1978)

A luta pelo desarmamento e a paz e a manipulação das sondagens

As sondagens à opinião pública são uma prática corrente nos países capitalistas desenvolvidos, onde se fazem a propósito de tudo e são utilizadas como expressão e prova de democracia.

De facto, as sondagens à opinião pública, quando feitas honestamente, podem permitir uma conclusão bastante exacta do sentir das populações ou do país sobre este ou aquele assunto.

Nos EUA, por exemplo, essas sondagens são muito completas e exaustivas, existindo, para o efeito, numerosos Institutos e agências especializadas na matéria. Só que uma coisa é a sondagem e os seus resultados, outra é a leitura política que dela faz um governo, leitura essa que determinará a utilização dos dados obtidos.

Vejamos alguns exemplos do que é e como se usa nos EUA a sondagem política.

Entre 29 de Abril e 6 de Maio deste ano um inquérito feito pela "Harris Survey" mostrou que 71% dos estadunidenses consultados eram partidários do desanuviamento internacional e 75% a favor da pronta celebração dum novo acordo soviético-americano sobre a limitação das armas estratégicas (SALT II). Se a administração Carter necessitava de pontos de apoio vindos do seu povo para

actuar decididamente no campo da paz, ali os tinha. De facto, a administração Carter utilizou os dados obtidos... só que ao contrário: ao ver o seu povo favorável a uma política de desanuviamento e de desmilitarização, tratou de engendrar uma campanha sobre o "perigo vermelho de Moscovo" vindo dum fantasmagórica "superioridade militar do adversário", o que permitiu justificar a nova aceleração na corrida aos armamentos que, semanas depois, o governo dos EUA pôria em prática na reunião do Conselho da NATO, em Washington.

Outro exemplo, no enquadramento do anterior. Segundo o mesmo serviço "Harris", em Julho do ano passado 44% dos norte-americanos eram partidários da bomba de neutrões e,

actualmente, apenas 35% a aprovam. Houve, portanto e apesar de todas as artimanhas da propaganda a favor da "morte neutrónica", um aumento substancial dos adversários dessa monstruosa arma. Sabe-se qual foi a opção do governo dos EUA a tal respeito, opção essa também justificada pela campanha anti-soviética da "superioridade militar": começou por adiar a produção da bomba e, recentemente, autorizou a construção das estruturas técnicas necessárias para a sua operacionalidade.

No entanto, o governo norte-americano também faz as suas sondagens privadas, com serviços próprios, como é o caso do "Conselho Americano de Segurança", organização cuja tarefa fundamental é lutar contra o desanuviamento e elevar o orçamento do Pentágono para a construção do bombardeiro B-1 e da bomba de neutrões. Numa recente "análise científica" publicada na revista "Aviation Week" e feita por esta organização para sondar as opiniões dos norte-americanos sobre o desanuviamento, a URSS e os acordos "SALT", concluiu-se que... o povo americano é favorável à corrida aos armamentos e contra o desanuviamento! Só que as perguntas da tal "sondagem" eram deste tipo: "Os EUA devem ou não

restabelecer a sua superioridade militar sobre a União Soviética?" Restabelecer! Como se essa superioridade estivesse em causa e existisse, de facto, "um perigo vermelho"... Ou ainda esta, muito mais primária: "Prefere ter um arsenal de bombas de neutrões a um km de sua casa ou a 10 km?". É claro que todos preferiam a 10 km... ao mesmo tempo e sem darem por isso, admitiam a "necessidade" da bomba de neutrões.

É assim que se viciam as sondagens ou se manipulam os seus resultados. Não é por acaso que, nos EUA, as sondagens à opinião pública se transformaram em novo instrumento do poder, permitindo a este localizar os problemas mais "explosivos" ou os descontentamentos mais profundos para, de seguida, os neutralizar, não com soluções, mas com promessas demagógicas assentes num aparente conhecimento e interesse pelos problemas.

E, é claro, sempre na base de um optimismo transbordante.

O tipo de utilização das sondagens à opinião pública praticado pelo governo dos EUA não parece ser, de facto, a melhor prova de que a democracia norte-americana funciona e respeita a vontade popular...



ANATOLI KARPOV

Este ano foi assinalado por um acontecimento desportivo de grande destaque, seguido com enorme interesse em todos os continentes: o match final do campeonato do mundo de xadrez: partida disputadíssima, ganha pelo soviético Anatoli Karpov, de 27 anos, que bateu Victor Korchnoi por 6-5.

Na conferência de imprensa que recentemente deu em Moscovo, Karpov começou por referir o momento mais difícil do match, a última partida, a 32.ª. "É que nessa partida, de cada lance dependia o resultado de todo o encontro".

O problema do cansaço foi depois outra das questões abordadas por Karpov que afirmou:

"No período de 1975 a 1978 eu jogei muito e creio que actual correctamente. Anteriormente o campeão do mundo ia normalmente para o match decisivo um tanto destreinado, ao passo que o pretendente, que passara as etapas eliminatórias, estava em excelente forma. Analisando tal prática, decidi alterá-la. É possível, contudo, que neste ou naquele torneio, tenha jogado demais, e tenha por isso ficado um pouco cansado. Mas no seu conjunto creio que a linha que segui foi correcta. Creio que o número ideal de partidas que deveria disputar por ano é de 80".

O psicólogo

Os jornalistas perguntaram a Karpov o que acontecera quando, ao atingir os 5 - 2, e o match parecia decidido, perdeu 3 partidas seguidas...

"É possível que interiormente me tenha convencido de que já ganhara. Não consegui dominar os nervos. E creio que terá sido por isso que perdi três partidas consecutivas".

Os problemas constantemente levantados por Korchnoi mereceram o seguinte comentário de Karpov: "Ele estava numa posição bastante cómoda depois de ter afirmado que estava a ser prejudicado. Se pudesse, dizia, que tinha perdido porque o tinha prejudicado. Se vencesse, diria que vencera apesar de o terem prejudicado". E explicou a presença de um psicólogo no seu grupo de apoio, acusado pela imprensa ocidental de fazer hipnose: "Quando, nos breves minutos de descanso, necessitamos de nos distrairmos, o descanso deve também ser correctamente organizado. E aí, é importante a ajuda de um especialista, de um psicólogo".

"Essas questões foram, na minha opinião, exacerbadas. Se se acreditasse em tudo isso, chegar-se-ia à conclusão de que não vale a pena jogar xadrez. A mim, pessoalmente, ninguém me consegue impedir de realizar normalmente uma partida".

Planos para o futuro

Karpov é fisicamente afectado pelo jogo? Na anterior final, em 68 dias perdeu 10 por cento do seu peso. No match com Korchnoi perdeu 4,5 quilos em 93 dias, ou seja, cerca de 8 por cento do peso. Pode-se mesmo supor que para o próximo encontro para o campeonato do mundo engordará!

"Até ao próximo match, afirmou Karpov sobre o futuro, já não falta assim tanto tempo, uns dois anos e meio. Entretanto tenho de começar a preparar-me. Suponho que disputarei a minha primeira partida depois do Ano Novo. Se for de facto organizado nos Estados Unidos um torneio com os mais fortes grandes mestres, tenciono tomar parte nele".

O seu recente adversário e ainda Spasski foram apontados por Karpov como os seus potenciais adversários na disputa do título de campeão do mundo. "Ambos são já formalmente pretendentes. Quanto aos restantes, é difícil apontar nomes. Temos hoje no xadrez uma situação algo surpreendente, em que os grandes mestres da geração mais velha jogam ainda muito bem, e os jovens progredem rapidamente. Veremos até que ponto os veteranos conseguirão conservar as suas forças e se prepararão, e em que medida os jovens progredirão. Mas a luta vai ser cerrada".